

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM
HISTÓRIA

ALESSANDRO MENDONÇA DOS REIS

**COLONIZAÇÃO AFRICANA SIM, TRÁFICO DE
ESCRAVOS NÃO: O DEBATE SOBRE A
COLONIZAÇÃO AFRICANA NA PROVÍNCIA DO
RIO DE JANEIRO, 1854 A 1860**

Niterói
2018

ALESSANDRO MENDONÇA DOS REIS

LINHA DE PESQUISA
Sociedade, movimentos populacionais e de culturas

**COLONIZAÇÃO AFRICANA SIM, TRÁFICO DE ESCRAVOS NÃO: O
DEBATE SOBRE A COLONIZAÇÃO AFRICANA NA PROVÍNCIA DO RIO DE
JANEIRO, 1854 A 1860**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, campus Niterói, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Marieta Pinheiro de Carvalho

NITERÓI

2018

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universo
Campus Niterói

R375c Reis, Alessandro Mendonça dos.

Colonização africana sim, tráfico de escravos não:
o debate sobre a colonização africana na província
do Rio de Janeiro, 1854 a 1860 / Alessandro
Mendonça dos Reis. - Niterói, 2018.

145 p.

Bibliografia: p. 128-133.

Dissertação apresentada para obtenção do título de
Mestre em História - Universidade Salgado de
Oliveira, 2018.

Orientador: Dsc. Marieta Pinheiro de Carvalho.

1. Brasil - História. 2. Brasil.[Lei Eusébio de
Queirós (1850)]. 3. Brasil - Condições
socioeconômicas - Séc. XIX. 4. Trabalho escravo -
Brasil - História - Séc. XIX. 5. Trabalho livre -
Brasil - História - Séc. XIX. 6. Rio de Janeiro (RJ) -
História - Séc. XIX. 7. Jornais brasileiros - História -
Séc. XIX. I. Título. II. Subtítulo: o debate sobre a
colonização africana na província do Rio de Janeiro,
1854 a 1860.

CDD 981

Bibliotecária: Elizabeth Franco Martins CRB 7/4990

ALESSANDRO MENDONÇA DOS REIS

**"COLONIZAÇÃO AFRICANA SIM, TRÁFICO DE ESCRAVOS NÃO: O
DEBATE SOBRE A COLONIZAÇÃO AFRICANA NA PROVÍNCIA DO RIO
DE JANEIRO, 1854 A 1860"**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História, aprovada no dia 22 de agosto de 2018 pela banca examinadora, composta pelos professores:



Prof.ª Dr.ª Marieta Pinheiro de Carvalho

Professora do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)



Prof. Dr. Humberto Fernandes Machado

Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF)



Prof.ª Dr.ª Karoline Carula

Professora da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Aos amores da minha vida,

Ana e Carol.

Agradecimentos

Nesses dois anos da minha trajetória, encontrei nos caminhos que trilhei muitas pessoas que me ensinaram. Elas fizeram isso sem que percebessem. Sempre tive a certeza que a gratidão é uma das virtudes mais importantes no caráter humano. Dessa forma, neste momento de conclusão, considero ser a oportunidade virtuosa para realizar o exercício do agradecimento.

Para que eu pudesse chegar nas etapas mais relevantes da vida, minha amável esposa Ana foi fundamental. Sem ela, certamente não teria conseguido perceber o que fazer e andar nos caminhos claros do conhecimento. Carol filha querida, sou grato por estar ao meu lado.

Agradeço imensamente as preciosas orientações da professora Marieta Carvalho. Neste período de convivência, ela mostrou-me o ofício de ser historiador. Sem pestanejar posso afirmar o quanto isso transformou os meus olhares sobre a História e a vida. Agradeço muitíssimo a todos os professores e colaboradores do Programa de Pós-Graduação em História da Universo. Faço uma menção especial ao professor Jorge Prata de Sousa. Suas aulas promoveram em mim reflexões impactantes. Deixo também à professora Márcia Amantino, coordenadora do curso, meu sincero muito obrigado. Muito grato também ao Capes pela bolsa.

Aos colegas que fiz neste período agradeço por terem contribuído na parceria que construímos. Faço questão de destacá-los: Álvaro, Carlos, Domingas, Everton, Felipe, Mirian, Luís Fernando, Rodolfo e Yann.

Tenho muito a agradecer a um amigo em especial, Nilton Paiva. Sua amizade ajudou-me a forjar os caminhos e acreditar que eu seria um historiador. No âmbito familiar, meus agradecimentos as primas Rose, Eliane e a madrinha Márcia pelo apoio de sempre. Vocês não imaginam o quanto foram valiosas neste momento da minha vida. Sigo lembrando da Maria Luiza, querida sobrinha, e Alessandra estimada cunhada. Um obrigado ao meu irmão Marcello, a tia Lia e Abigail.

Reservo também algumas linhas aos que estão *in memoriam*, a saudade é grande de vocês. A meu pai José Manoel, minha mãe Delza, avô Manoel e avó Nair. Como esquecer tia Honorina e tio Moacyr. Lembro também de dois jovens que se foram tão cedo, primo Ricardo e meu fraterno amigo Rafael.

Finalizo este momento de profundo reconhecimento aqueles que participaram tão intensivamente da minha vida. Afirmo que sempre busquei a cultura como forma libertadora de se expressar realisticamente e sonhar. Para justificar isso, me vem à lembrança Cecília Meireles: “Liberdade é uma palavra que o sonho humano alimenta, não há ninguém que explique e ninguém que não entenda”. Ademais, obrigado!

*"Não sou nada.
Nunca serei nada.
Não posso querer ser nada.
À parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo. [...]"*
Fernando Pessoa

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar a ideia de colonização africana vinculada na imprensa da corte entre os anos de 1854 a 1860. Após a extinção do tráfico de escravos através da Lei Eusébio de Queiroz e os novos rumos fundiários previstos na Lei de Terras, a transição da mão de obra da escrava para a livre havia começado. O projeto de colonização do governo era o instrumento legal que deveria suprir as lavouras com trabalhadores suficientes para dar conta do processo. O que se vislumbrou naquele momento foi trazer levas de colonos europeus para isto, juntamente com a intenção de começar um progresso civilizatório contra o atraso proporcionado pela escravidão. Apesar do amparo legal, a ordem escravista no Brasil resistia a mudanças. Na imprensa o apoio ao projeto de colonização europeia do governo era majoritário, entretanto, os jornais *A Patria* e *O Paiz* começaram a tentar emplacar a ideia do colono africano livre como substituto do escravo. Diante disso, muitos foram os embates com os demais periódicos, que viam nesta ideia um tráfico disfarçado. O cenário era a província do Rio de Janeiro e o local de discussão as páginas dos principais periódicos da capital do Império.

Palavras-Chave: colonização africana, colonização europeia, imprensa

Abstract

The present work has the objective of analyzing the idea of African colonization linked in the press of the court between the years of 1854 to 1860. After the extinction of the slave trade through the Eusébio de Queiroz Law and the new land foreseen in the Land Law, the transition from slave labor to free labor had begun. The government's colonization project was the legal instrument that was to supply the crops with enough workers to handle the process. What was envisioned at that moment was to bring European settlers to this, along with the intention to begin civilizing progress against the backwardness of slavery. Despite legal protection, the slave order in Brazil resisted changes. In the press, support for the government's European colonization project was in the majority, however. The newspapers *Patria* and *O Paiz* began to try to settle the idea of the free African settler as a substitute for the slave. Faced with this, many were the clashes with the other periodicals, who saw in this idea an undercover traffic. The scenario was the province of Rio de Janeiro and the place of discussion the pages of the main periodicals of the capital of the Empire.

Keyword: african colonization, european colonization, press

Sumário

Introdução	1
1.1 As Pressões inglesas e o malfadado <i>Bill Aberdeen</i>	12
1.2 A lei de terras e o incômodo aos senhores de escravos	30
1.3 A ideia de colonização africana <i>versus</i> projeto de colonização europeia.....	37
Capítulo II - Entre a imprensa e o Parlamento: a falta de braços para a lavoura é discutida politicamente	50
2.1 Entre perguntas e respostas: como substituir o braço escravo?	51
2.2- Precisamos de colonos, pois a lavoura vai mal!.....	64
2.3 Braço europeu ou africano: questionamento a ser resolvido	77
Capítulo III - O jornal <i>O Paiz</i> em 1860 e sua ideia de promover a colonização africana	98
3.1- Apresentando os periódicos: como se posicionaram diante da tentativa de uma colonização africana	99
3.2- Os jornais trocam argumentações acerca da colonização africana	108
3.3- Colonização africana: uma ideia discutida apenas na imprensa	115
Considerações finais	125
Fontes	129
Impressas:	129
Manuscritas - IHGB:	129
Bibliografia	130

Introdução

Com a abolição do tráfico, em 1850, ocorreu, a partir de então, a transição do trabalho escravo para o livre. Isso se fundamentou não só na obrigatoriedade legal, mas também diante do discurso de uma possível carência de braços para a lavoura que, por sua vez, alimentou os debates sobre a colonização. Para que não houvesse dificuldade em conseguir mão de obra, o governo implementou seu projeto de colonização, sendo os europeus o principal alvo. Assim, fez surgir também uma ideia: a da colonização africana. Ela foi difundida, principalmente, pelos periódicos *A Patria* e *O Paiz*. A própria convivência e o costume com o escravo, além de suas características físicas em tolerar o duro trabalho nas lavouras brasileiras, foram argumentos disseminados que contribuíram para a tentativa de prosperar a ideia de colonos africanos livres. A intenção era difundir a pela imprensa através dos jornais citados e transformá-la em projeto, como nos moldes do governo.

A década de 1850 foi promissora para a produção do café, principalmente no Vale do Paraíba, e isso se justifica, segundo Rafael Marquese e Dale Tomich, pela ampla oferta de terras e de trabalho nas fazendas dessa região.¹ Mesmo que a preferência do governo fosse por colonos europeus, tentou-se, também, em algumas oportunidades, a vinda de chineses como opção de mão de obra. Isso ocorreu mais precisamente entre 1854 e 1855 por meio do sistema de parcerias, conforme explica Maria Luiza Tucci Carneiro.² Quanto aos africanos, não se falava oficialmente sobre o assunto, isso foi dado como resolvido após a promulgação da Lei Euzébio de Queiroz. Todavia a necessidade de vigiar quanto a um possível retorno do tráfico e de não esmorecer fazia parte dos planos do governo. A grande potência econômica e bélica da época, a Inglaterra, estava atenta e não iria deixar que, finalmente, ocorrida a extinção do tráfico, essa atitude fracassasse. Isso aconteceu, principalmente porque a poderosa nação tinha experiências anteriores desagradáveis quanto ao não cumprimento de tratados e leis em sua integralidade por parte do Brasil a

¹ MARQUESE, Rafael & TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: MUAZE, Mariana & SALLES, Ricardo (Org.) O Vale do Paraíba e o Império do Brasil: nos quadros da Segunda Escravidão. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015, p. 49.

² CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. A imagem do imigrante indesejável. Artigo disponível em: www.usp.br/proin/download/revista/revista_seminarios3_imagemimigrante.pdf - Acesso em: 20/01/2017.

respeito do “infame comércio”³. O Tratado de 22 de janeiro de 1815⁴ e a Lei de 7 de novembro de 1831⁵ são bons exemplos vividos pelos ingleses quanto à extinção do tráfico.

Os debates na imprensa da capital do Império, durante os anos de 1850, a respeito dos aspectos que envolveram os rumos da escravidão se firmaram basicamente sobre duas perspectivas importantes: a necessidade de braços para o trabalho na lavoura e quem substituiria o escravo no momento da transição da mão de obra. O impacto do fim do comércio de escravos, num primeiro momento, vislumbrou uma provável falta desses braços e isso se acentuaria caso o governo não colocasse em prática, o quanto antes, seu projeto de colonização.

No presente trabalho, interessa-nos tratar dos discursos sobre a ideia de colonização africana difundidos na imprensa da corte durante o processo de transição da mão de obra escrava para a livre entre os anos de 1854 e 1860. Para o referido recorte temporal, podemos justificá-lo sob dois aspectos: o primeiro é a respeito da entrada em vigor no ano de 1854 da Repartição Geral de Terras Públicas que mexeu nas estruturas fundiárias presentes na época. O segundo é o próprio segmento dos debates entre os periódicos que se acentuaram no período aliado a circulação em 1860 do jornal *O Paiz*. Seus argumentos e os embates contra e a favor são de suma importância para entendermos os motivos que levaram a insistência na continuidade do braço africano após a proibição do tráfico.

A impressão de uma possível escravidão do colono africano, vista pelos contrários dessa ideia, era um fato que não se poderia excluir. Afinal, o trato com o africano era praticamente um costume, uma situação natural diante de uma sociedade forjada no escravismo. Um bom diagnóstico sobre isso pode ser visto nas opiniões do deputado Tavares Bastos, do Partido Liberal, acerca do africano livre no Brasil, onde ele atentou para as dificuldades encontradas por essas pessoas em fazer valer sua condição. O deputado publicou diversas cartas no periódico carioca *Correio Mercantil*, assinando

³ Infame Comércio é um termo cunhado por Jaime Rodrigues onde ele analisa aspectos, propostas e ocorrências para o fim do tráfico de escravos na primeira metade do século XIX. O termo não só é o fio condutor de sua proposta analítica, como dá nome ao livro. RODRIGUES, Jaime. O Infame Comércio: Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

⁴ Para a consulta na íntegra do Tratado de 22 de janeiro de 1815 entre Portugal e Inglaterra, este encontra-se disponível em: bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1764 - Acessado em: 05/01/2017.

⁵ A íntegra da Lei de 7 de novembro de 1831 está disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html – Acesso em: 05/01/2017.

sempre com o pseudônimo *Solitário* para demonstrar os seus posicionamentos e ideias relativos à escravidão e a assuntos referentes à política, à economia e aos fatos sociais sobre o futuro do Brasil.⁶ Quanto a colonização, numa dessas cartas, comentou a respeito das circunstâncias que envolveram o tema:

[...] Sei que, sobretudo, pesou para isso a conveniência que se tinha em vistas de encher o país de trabalhadores adaptados ao seu clima. Sei que se alegava como uma inépcia reexportar braços que já se possuíam, e de cuja criminosa introdução não era o governo culpado. Eis aí a linguagem do egoísmo! Não, direi eu sempre, devera-se ter cumprido a lei por ser lei, e ainda porque a sua disposição era a melhor. Em primeiro lugar, tratava-se do desempenho de um dever sagrado. Em segundo, não era tão urgente a carência de braços, que os devêssemos obter por estratagemas pérfidos. Em terceiro, era esse o meio de alimentar a procura de braços africanos, e, portanto, o mesmo tráfico, pois que se acostumava o país a ver no africano o criado, o *servus*, o trabalhador para os ínfimos misteres. Em quarto lugar, essa tendência para o trabalhador africano, ou a procura de seu serviço, aumentava na proporção em que extinguiu as primeiras tentativas de colonização europeia, estabelecendo demais contra esta uma concorrência terrível. E os fatos demonstraram e demonstram ainda que a emigração forçada africana deteve e embarçou a corrente espontânea, que começava a romper, da emigração europeia. A sombra do braço do negro seria sempre uma imagem repulsiva do trabalho livre. [...]⁷

O deputado se referia aos africanos apreendidos após a Lei Euzébio de Queiroz entrar em vigor. A lei garantia que fossem empregados em trabalhos sobre a tutela do governo até sua reexportação, conforme o Artigo 6º, mas, no entanto, em um país de mentalidade escravista, exercia-se todo o empecilho para garantir o uso dessa mão de obra, até mesmo, se fosse preciso, ignorar a legislação vigente, algo repugnante para Tavares Bastos.

⁶ FILHO, Evaristo de Moraes. As ideias fundamentais de Tavares Bastos. Rio de Janeiro: Difel, 1978, pp. 2-6. O autor aponta na página 2 sobre a Cronologia da vida de Tavares Bastos que ele assinava suas cartas publicadas no *Correio Mercantil* com o pseudônimo *O Solitário*.

⁷ O conteúdo completo desta carta, assim como outras de Tavares Bastos, disponível em: www.brasiliana.com.br/obras/cartas-do-solitario/pagina/6 Acesso em: 22/12/2016. O trecho em que fazemos referência está na página 127 e pertence à carta IX com a seguinte sinopse: *A sorte dos africanos livres. O direito que a regula. A convenção adicional de 18 de julho de 1817, e a de 23 de novembro de 1826. Lei de 7 de novembro de 1831. — A garantia da reexportação do africano. Decreto de 12 de abril de 1832. Por que não se executou a lei? Razões alegadas. Refutação. — A arrematação dos serviços dos africanos livres por habitantes do Município da Corte. Exposição e análise das cláusulas do aviso e instruções de 29 de outubro de 1834. — Consequências da medida. O africano livre reduzido ao cativo. — Extensão da medida a todos os municípios do Império: o aviso de 19 de novembro de 1835. — Destino dos salários. — Formalidades. — Revelações do aviso de 15 de setembro de 1836 e consequências. Indução do art. 6º da lei n.º. 581, de 4 de setembro de 1850. Como se deverá cumprir esse artigo. — O prazo da emancipação. Alvará de 26 de janeiro de 1818. Decreto de 28 de setembro de 1853. Modo de executá-los. Procedimento recente dos srs. Ministros da Agricultura e Justiça. — Resumo e conclusão.*

A possibilidade da ideia de uma colonização africana se transformar em projeto esteve ligada aos desdobramentos da escravidão no Brasil. Um desses era o risco de transformar o africano livre em escravo. Algo visto como possibilidade pelos opositores da colonização africana, principalmente por causa de uma sociedade de mentalidade escravista. Em “*Cousas desta nossa boa terra*”, publicada no dia 2 de abril de 1862 no jornal *Diario do Rio de Janeiro* e assinada apenas como M.S., o autor, num determinado trecho, relata que:

[...] O africano livre entregue a serviço de particulares ou de estabelecimentos públicos, não passa de um verdadeiro escravo; os que desfrutam seus serviços não caem na asneira de facilitar-lhes a emancipação, e, como escravo que é de fato, não pode adquirir meios pecuniários com que pague advogados e procuradores para tratarem de sua emancipação. [...] ⁸

O caminho entre a colonização europeia e a africana gerou todo o tipo de debate e de argumentações e, como vemos, mesmo no florescer da década de 1860, ainda era factível discutir a ideia do uso do africano livre como mão de obra. Havia sempre o risco de se abrir brecha para a volta do tráfico em um país onde a relação social se baseou e ancorou suas forças na estrutura política e comercial do trabalho do cativo. No entendimento de Sidney Chalhoub, toda discussão em torno da repressão do tráfico de escravos no mar e no desembarque que as leis de 1831 e 1850 abrangeram foi aprofundada, permitindo, assim, que a escravização legal por terra continuasse a seguir seu rumo.⁹ Uma forma encontrada de prosseguir a antiga lógica que se assentava no país em que a escravidão necessitava ainda de sua estrutura econômica preservada.

Os discursos a favor e contra as colonizações europeia e africana, nos periódicos da cidade do Rio de Janeiro, aguçaram-nos e motivaram para este trabalho. Entre os anos de 1854 e 1860, jornais como *A Patria*, *Jornal do Commercio*, *O Paiz*, *Diario do Rio de Janeiro*, *O Philantropo*, *O Correio da Tarde*, *Correio Mercantil*, dentre outros, continham, em suas páginas, debates a respeito do projeto de colonização europeia promovido pelo governo e a ideia de colonização africana. Entretanto *O Paiz* e *A Patria*, principalmente esses, apareceram como defensores e difusores contumazes da colonização africana. Em determinado momento da década de 1850, os dois discursos

⁸ A edição de 02 de abril de 1862 do *Diario do Rio de Janeiro* disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20186&pesq=O%20africano%20livre,%20entregue> Acesso em: 20/12/2016.

⁹ CHALHOUB, Sidney. *A Força da Escravidão: Ilegalidade e Costume no Brasil Oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pp. 123-126.

ligaram-se provocando argumentações que se entrelaçaram depois da aprovação da Lei Euzébio de Queiroz e da Lei de Terras, desenvolvendo uma nova perspectiva na situação do escravismo brasileiro. A situação à qual nos referimos diz respeito às necessidades da introdução de braços que fizesse o mesmo trabalho do escravo nas lavouras das províncias. Essa mão de obra teria que ser livre e paga, o que provocaria naquele momento e circunstâncias a transição do trabalho escravo para o assalariado. O escravo passaria a conviver com um trabalhador remunerado, um colono, vindo, principalmente, da Europa.

Os nossos objetivos para este trabalho são três: o primeiro é analisar as consequências que o fim do tráfico de escravos proporcionou para a ordem escravista, dentro de uma perspectiva dos debates parlamentares e da imprensa que estavam vinculados às pressões inglesas e às leis Euzébio de Queiroz e de Terras. No segundo, examinar o contexto de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, tendo por base o embate entre os discursos de colonização africana e europeia na imprensa da corte. Finalmente, o terceiro é perceber como ocorreu a discussão sobre a ideia de colonização africana nos periódicos *A Patria* e *O Paiz* que circulavam na imprensa da corte.

Partimos das seguintes hipóteses: a primeira é que a carência de braços para a lavoura impulsionou e influenciou os discursos no Parlamento e na Imprensa da corte. As pressões inglesas, a situação em que a lavoura se encontrava e as Leis Euzébio de Queiroz e de Terras permearam esse debate. Já a segunda, entendemos que o momento de transição do trabalho escravo para o livre foi propício para se aventar a possibilidade do uso da mão de obra do africano como colono. Isso se daria dentro da perspectiva de que o africano era mais talhado para o trabalho duro na lavoura do que o europeu. Dentro dessa lógica, surgiram argumentos que essa possibilidade poderia suscitar um tráfico de escravos disfarçado. O temor dessa eventualidade alimentou discursos para o afastamento enfático da ideia. E a terceira, que a imprensa foi decisiva, através dos debates nos periódicos, para anular de vez qualquer possibilidade do retorno do tráfico, considerando o projeto de colonização europeia e derrotando a ideia de colonização africana.

Em um momento importante para a história do Brasil, onde a transição para o trabalho livre começou, discutir a relevância da colonização se faz pertinente. Não é possível empreender tamanha jornada sem nos ampararmos em autores que deram suas contribuições para a historiografia. Para isso, devemos destacar que sem primeiro demonstrar a determinante influência inglesa no processo não conseguiríamos atingir nossos objetivos. Assim, Leslie Bethell, entre outros historiadores, destaca em seu livro, *A abolição do Comércio Brasileiro de Escravos*, as abordagens sobre as questões

diplomáticas diante da pressão da Inglaterra para o fim do tráfico. Robert Conrad em *Tumbeiros* destacou a ação mais direta do tráfico de escravos e traficantes, assim como Manolo Florentino no livro *Em Costas Negras: Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. Uma historiadora que nos trouxe questões institucionais e políticas sobre o tráfico pertinentes para o nosso trabalho foi Beatriz Mamigonian na obra *Africanos livres: A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. Já Alan Manchester¹⁰ e Richard Graham¹¹ trabalharam em seus livros a determinante predominância dos ingleses sobre o ponto de vista econômico e político. A ação política, neste caso, está relacionada ao incômodo provocado na intromissão da soberania brasileira, como julgavam os políticos do período.

Na perspectiva e contribuição em referência ao assunto colonização, uma delas é, sem dúvida, Emília Viotti da Costa em *Da senzala à colônia*. Ela trouxe as implicações históricas no momento em que o trabalho livre começou a substituir o escravo nas lavouras do país. A entrada dos colonos como promessa de suprir a mão de obra cativa se faz presente. Destacamos também três obras de Paula Beiguelman que englobaram assuntos, como a crise do escravismo, imigração e política. Ao nosso ver, os livros se completam. Não poderíamos deixar de fora as contribuições de José Murilo de Carvalho, onde *A Construção da ordem; Teatro das sombras* nos foi útil para entender como se deu o panorama do império brasileiro diante das transformações pós-extinção do tráfico. Um historiador que nos proporcionou felizes descobertas foi Tâmis Parron com o seu *A política da escravidão no Império do Brasil*. Conseguimos destacar e perceber, no livro, assuntos que foram da política à imprensa. As imbricações do sistema escravocrata entre os interesses das classes dominantes e ajuste da continuação do poder, foram-nos profícuos. Devemos evidenciar que especificamente a colonização africana estava destacada nas páginas imprensa da época. Por isso, nosso trabalho irá contribuir para o ganho de uma nova visão no que diz respeito à colonização africana. A ideia de colonos africanos livres é um novo olhar sobre os propósitos escravistas pós-abolição do tráfico.

Para evidenciar a imprensa do século XIX, autores, como Marco Morel e Mariana Barros, definiram-na como capaz de aceitar em suas publicações ao mesmo tempo assuntos provenientes da escravidão e posicionamentos contrários a ela. Em *A História*

¹⁰ MANCHESTER, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

¹¹ GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil: 1850-1914*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

da *Imprensa no Brasil*, Nelson Werneck Sodré produziu um clássico que nos atendeu e ajudou a localizar e compreender como os jornais foram fundados e seus serviços prestados. Isabel Lustosa, Tania Regina Luca e Ana Luiza Martins construíram em seus trabalhos e destacaram o crescimento da imprensa através de sua história e a interação com a sociedade. Também cito Humberto Machado, em seus trabalhos com a imprensa e a lavoura cafeeira. Por fim, devemos ressaltar que a bibliografia por nós utilizada, neste trabalho, vai muito além das que realçamos, e o debate historiográfico se fez presente ao longo dele. Como prova disso, cito que Márcia Motta em *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX* demonstrou que a tentativa de quebra das sesmarias através da Repartição Geral de Terras Públicas, a partir de 1854, foi fundamental para a modificação do cenário até então vigente no Brasil. Outra visão, quando estudamos a colonização e já frisamos anteriormente, está na possibilidade que o europeu branco traria para o Brasil a civilização e o progresso, algo que com o negro não seria possível. Quem destaca essa ideia é Célia Maria Azevedo.

Os grupos sociais que mais se interessaram na manutenção da atividade escravista foram os do Vale do Paraíba, de Campos dos Goytacazes, da Zona da Mata mineira e do Recôncavo baiano¹². Tâmis Parron argumenta que esses grupos, com força política e econômica, tinham boa representatividade institucional e, geralmente, eram saquaremas que atuavam sobre três grandes eixos: 1º- Blindar o parlamento contra as discussões sobre o cativo; 2º- Fomentar a imigração livre para obter fonte paralela e não excludente da mão de obra barata; 3º- Assegurar os fluxos estratégicos de cativos, como o tráfico interprovincial, o deslocamento dos escravos urbanos para o campo e o retorno dos que abalavam para as repúblicas vizinhas, onde o cativo não gozava reconhecimento legal. Ainda, segundo o autor, a partir de 1849, houve a circulação de publicações de folhetos e periódicos contra o comércio de escravos que adotavam um tom de censura, como por exemplo: *O Philantropo* (1849 a 1852), *O Contemporâneo*, *A Verdade*, *O Grito Nacional*, *O Século*, *Revista do Commercio*, *Tamandica*, *Observador*, *Reformista* e o *Abolicionista*.¹³

O trabalho com as fontes primárias, sendo elas os jornais, permitiu-nos compreender como a imprensa da segunda metade do século XIX se posicionou em virtude da colonização. Esse processo que entrou em vigor com a Lei de Terras de 1850, como projeto de governo, produziu nos periódicos discussões fecundas quanto à carência

¹² Idem, *ibidem*, p. 287.

¹³ Idem, *ibidem*, p. 287-288.

de mão de obra. Na visão de Nelson Werneck Sodré, a nova fase da imprensa, a partir do período da conciliação, foi utilizada para contribuir e servir a estrutura escravista.¹⁴ Quanto a este designo, podemos evidenciá-lo quando analisamos a estrutura dos jornais. No entanto, a partir do ano de 1850, o destaque pode ser estabelecido para a tentativa de um novo panorama com a transição do trabalho. Para Ana Luiza Martins, a imprensa ganhou força e expressão com escritos de toda ordem atuando a favor do ideário civilizatório. Ela destaca que era uma inserção do Brasil na cultura ocidental. Foi também o “império da palavra impressa” tamanha a relevância do café no período.¹⁵

A imprensa agiu também como ressonante das imbricações argumentativas do período. Não seria possível chegar a qualquer conclusão sem que fosse dada a devida importância às personagens envolvidas. Nesse caso, as folhas continham páginas devidamente separadas por sessões, o que nos permitiu estudar o nosso objeto diametralmente. Em relação ao debate público, a imprensa periódica não ficou presa somente à elite letrada, ela ultrapassou essa aparente dificuldade para também atingir o público iletrado com inserções de expressões orais e escrita. Isso permitiu alcançar os dois grupos.¹⁶

Na corte, a imprensa se desenvolveu proporcionando o surgimento de inúmeros jornais ao longo das décadas dos anos 1800 depois da independência do país. Influenciar o leitor por questões de opiniões contrárias e a favor sempre esteve presente como uma das funções dos jornais. No Brasil, não foi diferente. Podemos assegurar que, diante das discussões travadas nos periódicos, a colonização floresceu como protagonista, era apenas necessário definir se europeia ou africana. Dessa forma, levou-se em consideração o legalismo gerando a oportunidade de persuadir o leitor como fatos considerados em ambos os lados irrefutáveis para o desenvolvimento do Brasil. Vimos que os jornais eram a tentativa de materialização das ideias correntes. Logo, segundo Martha Victor Vieira, os redatores e correspondentes tentaram buscar legitimar suas posições, criticar o governo e ganhar novos adeptos sendo submetidos à opinião pública.¹⁷ Houve, no processo

¹⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, pp. 208-209.

¹⁵ MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina de (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, pp. 28-29.

¹⁶ MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, pp. 45-46.

¹⁷ VIEIRA, Martha Victor. *História, literatura e circulação das ideias antiescravistas de Joaquim Manuel de Macedo*. In: BESSONE, Tânia, RIBEIRO, Gladys Sabina, GONÇALVES, Monique de Siqueira e MOMESSO, Beatriz (Orgs.). *Cultura escrita e circulação de impressos no Oitocentos*. São Paulo: Alameda, 2016, p. 128.

dinâmico do tratamento dos assuntos dentro da modernidade disponível da época, a pretensão não só de atender como atingir o maior número de leitores interessados. Difundir o entendimento pretendido e fomentar o debate esteve presente entre as atribuições da imprensa da corte.

Para atender aos objetivos propostos, dividimos esta dissertação em três capítulos. No primeiro, abordaremos as influências e o incômodo que as pressões inglesas provocaram no Brasil após a determinação do fim do tráfico de escravos em 1850. Traremos uma breve compreensão sobre os aspectos diplomáticos; analisaremos, ainda, os debates políticos e da imprensa sobre o assunto. O advento das leis Euzébio de Queiroz e de Terras, principalmente esta última, produziram reflexos no sistema escravista através das argumentações desenvolvidas pelos interessados ou não na sua permanência. A questão central, que estava em jogo no nosso entendimento, diz respeito à escassez de braços para o trabalho na lavoura. As circunstâncias relatadas estão ligadas a um momento de conjuntura da transição do trabalho escravo para o livre.

No segundo capítulo, analisaremos os discursos parlamentares sobre a falta de braços e toda a implicância que isto proporcionou para os rumos da lavoura. Esses discursos fazem parte também de uma retórica construída para pressionar o governo no que tange a suprir com eficiência de mão de obra capaz e produtiva. A introdução de colonos europeus deveria ser realizada de forma que o atraso e a incivilidade provocados pelos anos de tráfico e trabalho escravo no Brasil fossem superados. Isso elevaria, enfim, o país a uma nação civilizada e progressista.¹⁸

Adiante, no terceiro capítulo, iremos examinar de que forma a ideia de colonização africana persistiu, mesmo que, às vezes, timidamente, produzindo eco no início da década de 1860. A insistência em vender uma ideia aparecia como forma de resistência às mudanças até então iniciadas no Brasil escravista. Parte da elite política agrária queria gerar motivações para ter o africano como braço e não desistiu tão facilmente de defender os seus interesses. No final da década de 1850 e início de 1860, os periódicos da capital do império promoveram com mais veemência um exame em relação à ideia de colonização africana, principalmente contra o jornal *O Paiz* que se intitulava um órgão da lavoura, como ele mesmo fez questão de frisar em suas páginas.

¹⁸ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: O negro no imaginário das elites do século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 67. As ideias civilizatórias como destaca a autora também podem ser vistas na obra de Tavares Bastos nas *Cartas do Solitário* publicada em livro transcrito de artigos na imprensa.

Esse jornal circulou no ano de 1860 e praticamente em todas as edições disponíveis para análise defende e enumera motivos para uma colonização africana. Outro periódico motivador e defensor dessa ideia foi *A Patria* de Niterói.

A ideia de colonização africana, no cenário entre o fim do tráfico de escravos, as pressões inglesas e os debates no Parlamento sobre a escassez de braços para o trabalho na lavoura são temas que iremos desenvolver em nosso trabalho. Ela era representada e tutelada por uma fração da imprensa. Já a colonização europeia, como projeto do governo, foi defendida por outra parte dessa imprensa, tendo como apoio para seus argumentos os aspectos negativos que a escravidão proporcionava.

Capítulo I - A construção da ideia de uma possível colonização africana e seus desdobramentos: as pressões inglesas, as leis de 1850 e os debates na imprensa

Em setembro de 1850, de uma vez só, a Lei Euzébio de Queiroz e a de Terras entraram em vigor. Desde a vinda da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, o fim do tráfico de escravos foi negociado com os ingleses através de tratados. O combate ao comércio de escravos tomou, por parte da Inglaterra, duas faces importantes: o lado humanitário e o econômico. As pressões inglesas se intensificaram a partir de 1845, principalmente depois da aprovação do *Bill Arbedeen*.¹⁹ A Lei de Terras, por sua vez, significou abalo na estrutura agrária na questão da posse da terra, especialmente, a partir de 1854, com a criação da Repartição Geral de Terras Públicas.²⁰

Os fazendeiros brasileiros, juntamente aos discursos prolatados na Câmara dos Deputados e na imprensa da província do Rio de Janeiro, procuraram compreender como se faria, naquele momento, a passagem da mão de obra escrava para a livre, entretanto, isso não foi tão simples. Ocorre que as zonas cafeeiras, através de um pensamento e um costume arraigados na estrutura escravocrata, encontravam entraves para deixar de desejar o africano em troca do colono europeu. A sistemática desse processo foi ao encontro das discussões em torno das pressões inglesas e do projeto de colonização europeia do governo diante dos questionamentos da carência de braços na lavoura. A colonização africana era vista como um possível retorno ao tráfico, mas o africano, como veremos, mesmo que timidamente, não saía das pretensões para o trabalho duro exigido nas lavouras.

Dentro dos fins destacados, iremos analisar as consequências que a cessação do tráfico de escravos proporcionou na ordem escravista, diante de uma perspectiva política e da imprensa que estava vinculada às pressões inglesas e às leis Euzébio de Queiroz e de Terras. Para que esse objetivo fosse alcançado, o presente capítulo foi dividido e estruturado em três partes. Na primeira, trataremos diretamente das pressões inglesas em virtude do desconforto provocado por ela. Na segunda, analisaremos como a Lei de Terra

¹⁹ JÚNIOR, Caio Prado. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pp. 90-94.

²⁰ MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura - Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1988. Sobre os aspectos descritos e outras conclusões a respeito da Lei de Terras, consultar o capítulo V nas pp. 159-187.

incomodou os fazendeiros no momento de transição do trabalho escravo para o livre e, finalmente, na terceira parte abordaremos o confronto entre a ideia de colonização africana *versus* o projeto da colonização europeia.

1.1 As Pressões inglesas e o malfadado *Bill Aberdeen*

Transição e imigração estão intrinsecamente relacionadas, quando abordamos esse assunto. Outro quesito que está atrelado nesse processo são as pressões inglesas para o fim do tráfico. A partir do advento do *Bill Aberdeen*²¹, a pressão aumentou estando constantemente presente na relação entre Brasil e Inglaterra, sendo encarado, inclusive, como uma ameaça bastante factível, a qual, segundo Tâmis Parron, provocou efeitos internos e externos quanto à política da escravidão no país.²²

O debate sobre o fim do tráfico de escravos, ocorreu com maior intensidade e amplitude a partir de 1831, depois da aprovação da lei de 7 de novembro. Isso aconteceu, conforme explica Alan Manchester, pelos seguintes motivos: o governo foi impedido pela opinião popular que favorecia a importação de negros, e a Grã-Bretanha, por sua natureza arbitrária nos métodos aplicados para suprir o comércio de escravos, promoveu o fracasso da intenção em facilitar a situação na qual se encontrava o governo central que não podia demonstrar cooperação com os ingleses, pois isso significaria submissão.²³ O autor esclarece, ainda, que, entre as discussões parlamentares e diplomáticas, “eram feitos esforços para cessar o tráfico pela propaganda e jornais do governo e pela manutenção de navios de guerra ao longo da costa”.²⁴ Richard Graham, por sua vez, afirma que, por reconhecimento da independência brasileira, em troca foi assinado o tratado de 1826 que previa o término do tráfico em três anos após sua ratificação em 1827.²⁵ Brasil e Inglaterra continuariam imbricados mesmo depois do processo de independência.

Apesar do reconhecimento e do tratado, foi apenas em 1831 que o Brasil promulgou uma lei abolindo o tráfico e declarando livres os africanos que desembarcassem no país. Logo, já em seu Artigo 1º, a disposição em abolir o comércio

²¹ Lei decretada em 8 de agosto de 1845 pelo Parlamento britânico que autorizava à Real Marinha em abordar navios suspeitos de tráfico de escravos tendo o poder de julgar e apreender, podendo inclusive utilizá-los para uso da marinha britânica ou até mesmo afundá-los.

²² PARRON, Tâmis. A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, pp. 219-220.

²³ MANCHESTER, Alan K. Preeminência Inglesa no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1973, p. 212.

²⁴ MANCHESTER, Alan, *Op. Cit.* p. 212.

²⁵ GRAHAM, Richard. Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil: 1850-1914. São Paulo: Brasiliense, 1973, p. 170.

de escravos e libertá-los fica clara, conforme foi descrito: “Todos os escravos que entrarem no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres”.²⁶ No entanto, a lei de 1831 foi uma vitória da diplomacia britânica sobre o Brasil que, por ser um país novo, não tinha “poder e coesão interna” para enfrentar a poderosa potência mundial.²⁷

Segundo Andréia Alves, no Senado, as discussões ganharam forma sobre a questão relacionada à barbárie pelos costumes e hábitos dos escravos. A autora afirma que era uma ideia que se fortalecia para discutir a escravidão no Brasil. Na percepção de alguns senadores os negros escravos comprometeriam o desenvolvimento do país, principalmente no que diz respeito à moral. Entretanto, seria necessária uma solução para os libertos e duas alternativas apareceram como possibilidade: a primeira privilegiava a continuidade do regime de trabalho escravo sob a roupagem de prestação de serviços; a segunda, a deportação dos negros para qualquer outro lugar fora do território brasileiro. A autora ainda afirma que as discussões sobre o fim do tráfico correram por toda década de 1830.²⁸

Como podemos perceber, e pertinentemente salientado por Andreia Alves, uma retórica foi sendo construída, a partir da década de 1830, quanto aos problemas causados pela escravidão no país. Mesmo com a lei de 1831 em vigor, era necessário estabelecer uma norma sobre o que fazer com os escravos que ficavam livres ao entrarem no território brasileiro, conforme estabelecia o Artigo 1 da lei.²⁹

Seria improvável supor que as pressões inglesas, as Leis Euzébio de Queiroz e de Terras e os debates na imprensa não estavam interligados. Afinal, era um momento de transição da mão de obra escrava para a livre no Brasil imperial e muitas possibilidades começaram a surgir com o fim do tráfico. Havia também uma questão em jogo, a de se posicionar nesse processo, apoiando francamente a continuidade do uso do africano, só que dessa vez como colono, ou abraçando o projeto de colonização europeia do governo.

²⁶ A íntegra da lei com os demais artigos estão disponíveis em:

<www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html> Acesso em: 21/12/2016.

²⁷ CARVALHO, João Daniel Antunes Cardoso do Lago. Uma Lei “Para Britânico Lamentar”: A Lei de 7 de novembro de 1831 e o fim da Preeminência Inglesa no Brasil (1822-1850). Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2013, p.49

²⁸ ALVES, Andréia Firmino. O Parlamento Brasileiro: 1823-1850. Debates sobre o tráfico de escravos e a escravidão. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Ciências Humanas – Departamento de História da Universidade de Brasília. Brasília, 2008, p. 94.

²⁹ Para mais informações sobre a íntegra da Lei de 7 de novembro 1831, disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html> Acesso em: 10/11/2016.

O momento era delicado diante de tantas mudanças que ocorreram no pós-proibição do comércio de escravos. O uso do braço africano, mesmo livre como colono, suscitava uma ameaça de retorno do tráfico no entendimento dos defensores do projeto de colonização europeia. Essa retórica foi insistentemente entoada. A ideia seria incorporar um projeto de colonos africanos livres com a mesma finalidade dos europeus. Por isso, cabe trazer à luz da discussão desse processo o entendimento de Pedro Calmon sobre a tênue relação do provimento da mão de obra:

O idealismo do governo imperial – no contraste da civilização espiritual e da barbárie econômica, da elite liberal e do cativo negro – não poupava forças para engrossar as correntes imigrantistas. Extinto o tráfico negreiro, atirava-se francamente à tarefa de chamar e localizar a colonização europeia. Gastara 49.000 contos, entre 1850 e 81, e apesar disto as entradas não correspondiam sequer à quantidade dos escravos transportados do Norte para o Sul.³⁰

Não é difícil supor que a dinâmica da escravidão sofreu um baque com a carência de braços, as perspectivas apareciam como um céu nublado para os fazendeiros que viam no africano a consistência exata para desenvolvimento da agricultura do país. Era uma forma também de garantir a produção de riquezas que o Brasil tanto dependia advindo da lavoura.

O grande significado da tríade: pressões inglesas, leis de 1850 (Euzébio de Queiroz e de Terras) e debates na imprensa, só se materializou para análise, neste trabalho, graças à intervenção dos que defenderam, mesmo que discretamente, a ideia de colonização africana. O Parlamento brasileiro, mas particularmente a Câmara dos Deputados na época do império, foi também, sem dúvida, uma interessante fonte onde pudemos nos debruçar e perceber como andaram os humores dos senhores parlamentares em relação ao processo que abrangia a nova realidade da sociedade escravocrata a partir das mudanças ocorridas no momento de transição. Nesse aspecto, durante o período imperial, Alfredo Bosi afirma que houve “uso bastante eficaz das instituições parlamentares pelos senhores de engenho e das fazendas”.³¹ Sendo assim, as classes dominantes se serviram dos meios políticos e jurídicos para garantir seus interesses, era uma forma de conjugar o poder que é, portanto, uma relação entre os homens em

³⁰ CALMON, Pedro. História Social do Brasil: Espírito da Sociedade Imperial – Volume 2. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 123.

³¹ BOSI, Alfredo. A Escravidão entre dois Liberalismos. Revista Estudos Avançados da USP, v. 2, nº 3, São Paulo set/dez., 1988. Disponível em: www.revistas.usp.br/eav/article/view/8495 Acesso em: 05/02/2017.

determinada esfera de atividade, conforme define Norberto Bobbio.³² A imprensa do império estava no meio desse processo, não podendo se omitir e nem fugir dele.

As pressões inglesas para o fim do comércio de escravos só aumentavam e, como demonstração de força e intimidação, os britânicos não se furtaram em usar a sua poderosa marinha como forma de pressão punitiva e fiscalizadora. A Inglaterra, mesmo a partir de 1850 e com a abolição do tráfico aprovado, prosseguiu com os seus planos de impedir qualquer possibilidade do retorno do infame comércio. Isso ocorreu conforme avalia Leslie Bethell até que a escravidão fosse abolida, inclusive os ingleses agiram para impedir qualquer possibilidade da importação de africanos livres para o Brasil, pois considerava essa atitude uma forma disfarçada da prática de tráfico.³³ Os britânicos também queriam a assinatura de um novo tratado, pois o de 1826³⁴ havia expirado, e a lei brasileira de 1831 antitráfico não prosperou. Essa lei que ficou literalmente conhecida como “lei para inglês ver”, não obteve o sucesso planejado, muito em função de não terem sido tomadas medidas concretas para implementá-la.³⁵ No Brasil, entretanto, não se admitia que as pressões inglesas ultrapassassem a soberania do país, era uma questão de honra, os deputados procuravam demonstrar que o problema do fim do comércio de escravos era assunto pertinente ao governo imperial.

Os britânicos, todavia, forçaram a assinatura de um novo tratado, não só para o fim do tráfico, como também visando uma possível abolição da escravidão. Esta segunda opção, na visão dos deputados, não seria apropriada fazê-la, naquele momento. Leslie Bethell, quanto às questões que envolveram as pressões inglesas e parlamento brasileiro, afirma:

Longe de estar unido quanto à questão do comércio de escravos, o governo brasileiro permanecia apreensivo sobre até onde poderia levar consigo os grandes proprietários de terra do país, o Legislativo (em particular o Senado, já que, depois das eleições de 1849, o governo tinha o controle quase completo da Câmara) e o Conselho de Estado. Ainda se ouviam vozes influentes argumentando que a abolição imediata era completamente impossível: no dia 13 de maio, por exemplo, Holanda Cavalcanti tinha introduzido no Senado um projeto para renegociação

³² BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política – Volume 1 – 11ª Edição. Brasília: Editora UNB, 1998, p. 934.

³³ BETHELL, Leslie. *Op. Cit.*, p. 310

³⁴ Tratado assinado entre Brasil e Inglaterra em 23 de novembro de 1826 sendo ratificado em 13 de março de 1827. Posteriormente este tratado deu origem a Lei de 1831 que formalizou a abolição do tráfico de escravos e que ficou conhecida como “lei para inglês ver”. Disponível em: <dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1826/convencao-para-a-abolicao-do-trafico-de-escravos/> Acesso em: 05/01/2017.

³⁵ CARVALHO, José Murilo de. A Construção da ordem. Teatro das sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 294.

do tratado anglo-brasileiro de 1826 a fim de permitir um comércio de escravos regulamentado embora, exatamente no mesmo dia, Cândido Batista de Oliveira também tivesse introduzido um projeto que visava a reforçar a lei de 1831. Além disso, o governo estava naturalmente preocupado que qualquer iniciativa contra o comércio de escravos não parecesse o resultado de uma capitulação frente à pressão britânica, como os liberais, na esperança de desacreditarem os esforços do Governo, certamente sugeriam.³⁶

As interpelações da Inglaterra sobre o Brasil como forma de pressão a respeito do comércio de almas seguiram com a justificativa do não cumprimento dos tratados outrora firmados. Para os ingleses, depois de tantos insucessos, o Brasil não era merecedor de crédito nessa questão, conforme advertiu o primeiro-ministro Gladstone em seu discurso na Câmara dos Comuns em 1850:

Temos um tratado com o Brasil, tratado que esse país dia a dia quebra, há vinte anos. Forcejamos por assegurar a liberdade dos africanos livres; trabalhamos até conseguir que os brasileiros declarassem criminosa a importação de escravos. Esse acordo é incessantemente transgredido.³⁷

O tratado que Gladstone fazia referência era o de 1826 e é provável que toda vigilância, por parte do governo inglês, refletia nos opositores a colonização africana no Brasil. O cuidado em não repetir qualquer chance de um temerário retorno do tráfico foi uma das questões que interagiu na resolução do problema da mão de obra.

Dentro de uma tolerância pequena não se admitia que outro país interviesse para que fossem resolvidas certas questões, principalmente quando se tratava de algo tão importante como o tráfico de escravos. De que forma em uma sociedade de pensamento escravista o problema do tráfico seria resolvido como uma lei? Essa pergunta, diante do histórico brasileiro, fazia-se pertinente para os ingleses. A simples suspeita da volta do comércio de escravos promovia verdadeira agitação na imprensa carioca, afinal como na capital do Império se podia admitir que o Imperador já não tivesse resolvido o problema? O governo, porém, tomou suas providências para que estas perguntas não se tornassem recorrentes e determinou um projeto de colonização para suprir a escassez de braços.

O debate para o fim do tráfico de escravos no Parlamento e imprensa da corte passou necessariamente pelas pressões inglesas que foram inexoravelmente decisivas

³⁶ BETHELL, Leslie. *Op. Cit.*, p. 372-373.

³⁷ A transcrição de parte deste discurso pode ser encontrada na página 37 do seguinte livro: DUQUE-DUQUE-ESTRADA, Osório. *A Abolição*. Brasília: Editora do Senado, 2005.

para os rumos das políticas imperiais e determinantes para o destino da escravidão. A “preeminência inglesa no Brasil”, termo cunhado por Alan K. Manchester³⁸ para explicar e demonstrar o quanto a Inglaterra foi hegemônica no país desde a transferência da corte portuguesa, pode ser aplicado também com propriedade sobre as influências de transformações ocorridas com o fim do comércio de escravos e a toda dinâmica que a escravidão provocou no Brasil após 1850. A aplicação dessa preeminência se deu principalmente nos quesitos econômicos comerciais, portanto, a abolição do tráfico fez parte de sua agenda. Era de interesse dos ingleses a abolição do comércio e da própria escravidão. Ainda na visão de Alan Manchester, as pressões inglesas criaram tamanho mal-estar na política imperial, que as relações diplomáticas entre as duas coroas, até então amigáveis, correram um sério risco.³⁹ Baseado no Relatório do ministro dos Negócios Estrangeiros do ano de 1851, Ilmar Mattos verificou que entre 1849 e 1851 houve uma crescente repressão a navios brasileiros, mesmo em águas do território nacional. Cerca de noventa embarcações foram tomadas, condenadas e destruídas pela marinha britânica.⁴⁰

Em 1º de junho de 1850, o deputado Paula Cândido, do Partido Liberal fez a seguinte argumentação a respeito da imposição comercial inglesa quanto aos produtos brasileiros feitos por braços escravos:

[...] Mas eu acho que podemos aplicar aqui os argumentos que cabe à nação brasileira fazer ao governo inglês, ou antes, a certa parte da nação inglesa. Vós não quereis aceitar os nossos produtos nos vossos mercados, porque são produtos de braços escravos, bem, a vossa moralidade diz que não deveis comer açúcar, e nem saborear o nosso café, porque eles amargam, tem ressaibos da escravidão, mas este mesmo açúcar e este mesmo café, reduzidos a moeda vão para a Inglaterra e não vos amargam: de maneira que o produto dos braços escravos mediata ou imediatamente trocado contra o gênero de importação proveniente de Inglaterra e aquele trabalho, ou estes gêneros vendidos e reduzidos a dinheiro, passado assim os produtos de braços escravos por filtro áureo e argênteo, não é mais imoral, não amarga mais? Ora, Sr. presidente, não é a perspicácia desta câmara que será iludida com semelhantes subterfúgios. [...] ⁴¹

Paula Cândido usou um tom irônico para criticar a ação inglesa de restringir os produtos brasileiros em seu mercado consumidor, pelo fato de terem sido produzidos por escravos. Os apoios a sua fala mereceram registro. Ressalta, porém, que por mãos inglesas

³⁸ MANCHESTER, Alan K. Preeminência inglesa no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1973.

³⁹ Idem, ibidem, p. 144.

⁴⁰ MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Tempo Saquarema. São Paulo: Hucitec, 2011, p. 234.

⁴¹ A íntegra dos argumentos disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=132489&PagFis=29756&Pesq=Paula%20C%C3%A2ndido> Acesso em: 05/07/2016.

essas mesmas mercadorias estariam livres de uma imoralidade escravista. Esse tipo de discurso reforçava as discussões políticas em meio ao fim do tráfico que, em setembro daquele mesmo ano, seria abolido. Declarações como essa demonstram também que o Partido Liberal tinha como um dos seus objetivos o fim do tráfico de escravos em virtude da “situação vexatória para a soberania nacional”, como assegura Paula Beiguelman.⁴²

As discussões sobre a grande consequência da extinção do tráfico de escravos, a falta de braços para a lavoura, prosseguiram na Câmara dos Deputados e foram sendo intensificadas nas décadas de 1840 e 1850. Em nossa compreensão, a causa para isso está relacionada a quatro fatores: as pressões inglesas, a lei antitráfico Euzébio de Queiroz, a Lei de Terras e o comércio de escravos interprovincial.

As pressões inglesas estavam diretamente ligadas à necessidade de abolição do comércio de escravos. Tratados não cumpridos forçaram os ingleses a pressionarem o país, através da sua diplomacia, usando para tal o advento do *Bill Aberdeen*. O incômodo em relação a essas ações provocou reclamações na política imperial brasileira. Leslie Bethell aborda o assunto destacando, em diversos pontos, as pressões inglesas através da diplomacia para a supressão do tráfico pelo Brasil.⁴³ A esse respeito, Tâmis Parron afirma que, para a entrada de africanos como colonos livres no Brasil, o ministro dos Estrangeiros, Limpo de Abreu, em ação diplomática, sugeriu a Grã-Bretanha um acordo que regulasse esse tipo de imigração. A ideia, contudo, foi rechaçada pelo representante inglês na corte.⁴⁴ Esse tipo de ação do ministro e a imediata recusa da Inglaterra revelaram que as pressões britânicas foram contundentes para evitar qualquer possibilidade de atividade do comércio de escravos, principalmente porque o *Bill Aberdeen* de 1845 já estava em vigor como instrumento combativo de repressão.

A imprensa não se furtava em noticiar sobre as pressões inglesas e sua temida lei antitráfico. O tratamento sobre esse assunto não era diferente daquele que ocorria no parlamento, muita ira e rancor quanto a desmedida interferência na soberania nacional. Um folheto de 1863, publicado pela *Typographia Laemmert* no Rio de Janeiro, portanto dezoito anos depois de entrar em vigor o *Bill Aberdeen*, chamava a atenção pela forma ácida com que se protestava contra a Inglaterra:

⁴² BEIGUELMAN, Paula. Formação Política do Brasil. São Paulo: Pioneira, 1976, p. 92.

⁴³ BETHELL, Leslie. A Abolição do Comércio Brasileiro de Escravos: A Grã-Bretanha, o Brasil e a Questão do comércio de escravos, 1807-1869. Brasília: Editora do Senado, 2002.

⁴⁴ PARRON, Tâmis. *Op. Cit.*, p. 230.

O que é esse *bill* não o diremos: é uma história vergonhosa e ingloriosa para nós, mil vezes ainda vergonhosa e infame para a Inglaterra, que, como asqueroso vampiro vive do sangue alheio [...].⁴⁵

Esta forma dura e ácida de reclamar era um reflexo do que se entendia por condição da soberania, mas não foi só isso. O eco da interferência inglesa na soberania nacional prosperou ainda por muito tempo. Outra questão primordial para essa agitação na imprensa era a ingerência dos ingleses nos rumos econômicos que a lavoura brasileira produzia. As elites agrárias, no entanto, não estavam dispostas a admitir qualquer intromissão, muito menos que os seus interesses fossem subjugados. A tradição dessa elite consistia em conduzir os seus negócios de acordo com os proveitos que lhe eram convenientes passando pela política imperial e a imprensa. Para Márcia Motta, ser senhor e possuidor de terras (elite agrária) exercendo domínio sobre quem trabalhava nelas, no caso escravos ou arrendatários, era o que os fazendeiros proprietários desejavam. Havia uma questão de poder, que possuir grandes lotes de terras proporcionava sobre quem não as tinha.⁴⁶ Isso explica, de certa forma, como essa elite esteve afinada entre a política e a imprensa.

As críticas às pressões inglesas proporcionaram o surgimento de uma espécie de literatura histórica sobre o assunto, uma forma de demonstrar, através do pensamento letrado, que não se podia tolerar o *Bill* e sua intromissão nacional. Uma publicação analítica no ano de 1845 denominada *Inglaterra e Brasil: Tráfego de escravos*⁴⁷, pela *Typographia do Brasil*, trouxe à tona uma espécie de dossiê sobre a questão inglesa e o tráfico. Neste livro, o autor traça um histórico detalhado da atuação dos britânicos na África e Ásia tendo como pano de fundo a promoção do tráfico de escravos. Segundo a publicação, o problema esteve baseado no seguinte entendimento: os navios ingleses liberados para transportar escravos não estariam cometendo crime, esse tipo de ação ilícita valia apenas para os outros. O *Bill Aberdeen* só contemplaria os navios brasileiros e aos britânicos tudo podiam. Vejamos então a seguinte passagem:

⁴⁵ Folheto “*O governo inglês ou a lógica do canhão*”, publicado pela *Typographia Universal de Laemmert* em 1863 no Rio de Janeiro. Acervo da Biblioteca Nacional Digital, disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervodigital> Acesso em: 16/02/2017.

⁴⁶ MOTTA, Márcia Menendes. *Nas fronteiras do poder: Conflitos de terra e direito agrário no Brasil em meados do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998, pp. 38-39.

⁴⁷ O livro está disponível para consulta em: <<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/17880>> Acesso em: 20/02/2017. Infelizmente não foi possível localizarmos o autor da obra, pois ele assinou anonimamente como “*Um Deputado*”. A tipografia mencionada pertencia a Justiniano José da Rocha político saquarema.

[...] Dentro mesmo de Gibraltar, os Mouros vivem com seus escravos, e quando lhes provém os mandam vender em Tanger. Em 1843 um desses escravos foi tão maltratado e castigado por seu senhor que, para embarcar para Tanger foi a braços. Assim pois, debaixo da proteção da própria bandeira britânica, e em navios de guerra ingleses, escravos se transportam! Nos próprios domínios da Europa escravos existem! A Inglaterra, pois parasse e mostra que só encara e reputa ao contrário aos princípios da humanidade e da moral universal o tráfico de escravos da costa da Mina, que só ele é aviltante, que só ele aflige a humanidade!! E ainda assim provas há dado de que unicamente a molesta e apoquentas esse tráfico de escravos da África, quanto é feito para algum país da América!! Mais de uma prova clara e exuberante disso nos oferece o seu procedimento. Esses escravos trazidos da Alexandria para Tanger em barcos de guerra britânicos, eram africanos! Nos mercados do Egito, aos da Pérsia, aos de Mascate aos da Turquia árabe, aos de Constantinopla, Orã, Bona, Argel, Luanda e muitos outros portos da África e da Ásia, são conduzidos e expostos à venda os naturais da África, e com isto pouco se lhe dá o governo britânico, não venham para o Brasil, ou vão para Cuba ou Porto Rico, no que empenha-se com todas as suas forças, o mais tudo lhe é indiferente; os seus próprios navios de guerra os carregaram, a sua humanidade nisto assenta!![...]⁴⁸

A demonstração, que para os ingleses o assunto do tráfico de escravos dependia do ponto de vista, ou seja, de acordo com seus próprios interesses, é delineada na série de argumentos históricos que o autor da obra foi fundamentando durante a construção do texto. A análise, referendando-se de fatos históricos quanto à atuação britânica em outros territórios, era uma face da imprensa carioca na tentativa de contra-argumentar. Foi uma espécie de defesa retórica.

Os avanços comerciais ingleses se estendiam para os demais países da América, tanto que, em 1839, negociou tratados para a extinção do tráfico no continente. No entendimento de Richard Graham, os ingleses adotaram uma política comercial “sobre todo o mundo subdesenvolvido”, atuando expansivamente e fazendo as pressões necessárias para que seus anseios fossem cumpridos.⁴⁹ Fica claro que a pressão inglesa, através de sua lei antitráfico, surtiu efeito no Brasil, como afirma Tâmis Parron:

O *bill* teve dois efeitos imediatos, um no Brasil, outro no cenário internacional. Assim com a convenção de 1826, partiu de um centro de decisão externo à Assembleia Geral brasileira, de forma que mais uma vez questões procedimentais se sobrepuseram ao mérito e acabaram por aglutinar políticos imperiais em protesto unânime. Subitamente, pouco importou se o objeto do *bill* (o tráfico estrangeiro) parecia justo ou desumano, se cada parlamentar o repelia ou o desejava ou o desejava intimamente, em face do choque constitucional provocado pelo

⁴⁸ Idem, ibidem pp. 261-262

⁴⁹ GRAHAM, Richard. Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914). São Paulo: Brasiliense, 1973, p. 13.

procedimento extraordinário. Ironicamente, o *Bill* completou o programa escravista saquarema, ao pôr qualquer homem público contrário ao tráfico negreiro em posição francamente insustentável. Ao mesmo tempo, o ato britânico isolou o Império do Brasil das nações modernas como Estado pirata, bárbaro e pilhador.⁵⁰

As pressões britânicas para a extinção do tráfico estiveram tão latentes quanto os rumos da Lei de 1850 que o aboliu. Robert Conrad argumenta que elas foram o primeiro impacto consistente contra a escravidão⁵¹, e Leslie Bethell percebe, nessa pressão, o resultado para o fim do tráfico exercido de maneira veemente e constante por meio dos tratados.⁵²

Não nos interessa esmiuçar a lei *Bill Aberdeen*, e sim verificar como ela incomodou o governo e a elite brasileira ao ponto de parar nas páginas dos periódicos no pós 1850. Em 22 de outubro de 1845, o enviado extraordinário e ministro brasileiro na corte de Londres, Antônio Paulino Limpo de Abreu, representando o Imperador do Brasil, protestou contra a aprovação e entrada em vigor do *Bill Aberdeen*. Intitulado “*Protesto do Governo Imperial contra o Bill Aberdeen*”, apontou o descontentamento do governo brasileiro quanto a esta medida dos ingleses. Na introdução, Limpo de Abreu destacou:

Sua Majestade o Imperador do Brasil, meu augusto soberano, soube com a mais profunda mágoa que foi aprovado e sancionado como lei por S. M. a Rainha da Grã-Bretanha, no dia 8 do mês de agosto do corrente ano, um ato do parlamento em virtude do qual se confere ao alto tribunal do almirantado e a qualquer tribunal de vice almirantado de S. M. B. dentro dos seus domínios, o direito de tomar conhecimento, e de proceder à adjudicação de qualquer navio com bandeira brasileira que fizer tráfico de escravos em contravenção da Convenção de 26 de novembro de 1826, e que for detido e capturado por qualquer pessoa ao serviço de sua dita majestade. [...]⁵³

O ministro, contudo, ao longo do texto, seguiu demonstrando não só o incômodo do governo brasileiro quanto a entrada em vigor da lei de 1845, como também a descrição dos antigos tratados firmados. As justificativas se faziam na pertinência em lembrar que o país não se omitia em providenciar medidas para a abolição do tráfico de escravos.

⁵⁰ PARRON, Tâmis. *Op. Cit.* pp. 219-220.

⁵¹ CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

⁵² BETHELL, Leslie. A Abolição do Comércio Brasileiro de Escravos: A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos, 1807-1869. Brasília: Senado Federal, 2002.

⁵³ BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. Textos Políticos da História do Brasil: Império, Segundo Reinado (1840-1889) - Volume II. Brasília: Senado Federal, 2002, pp. 139-148.

Esse protesto demonstra outras duas características que apareceu no Parlamento e na imprensa: a intromissão na soberania brasileira e a tentativa de assinalar as providências dos britânicos como desnecessárias, diante de todas aquelas tomadas pelo governo brasileiro.

Como exemplo de uma imprensa ativa e as controvérsias sobre o tráfico no período, em 9 de janeiro de 1856, o *Jornal do Commercio* denunciou um possível desembarque de africanos na região de Ubatuba, província de São Paulo, para a fazenda da Lagoinha. Tal denúncia estava na primeira página com o título de “*Tráfico de escravos*” e o tom adotado pelo periódico era o de “dever cumprido”, como fez questão de acentuar. A denúncia, segundo o jornal, veio de uma fonte confiável a ponto de eles não terem dúvidas em publicar, detalhando, ainda, todo o plano que teria sido adotado pelos traficantes, inclusive sobre aliciamento de pessoas, como o do próprio dono da fazenda.⁵⁴ No dia 10 de janeiro, o então dono da fazenda da Lagoinha, Bernardino Martins Ferreira de Faria escreveu ao jornal pedindo que divulgassem o nome do denunciante, pois advertia que se tratava de uma denúncia falsa e que havia sido preso por suspeita de tentativa de tráfico.⁵⁵

Contraopondo as motivações do *Jornal do Commercio* quanto denunciante de possível desembarque de africanos na costa brasileira, o jornal *A Patria*, nos dias 6 e 13 de janeiro de 1856, produziu as seguintes críticas em forma de artigo sobre a questão do quanto os ingleses interferiam nos assuntos internos do país e como isto provocava um terrível desconforto:

Em 6 de janeiro:

O sr. Avellar e a polícia.

Para mais uma vez conhecer-se a moralidade e justiça com que se procede em nossa terra, quando se trata de cortejar o governo da Inglaterra, vamos referir ao país que geralmente se diz à propósito da prisão do sr. Avellar por suspeita de que se achava envolvido na tentativa de desembarque de africanos em Serinhaem. Fora preso, como disse, o sr. Avellar por denúncia, suspeita, ou o quer que fosse da polícia por implicado no desembarque já acima notado; e preso com as maiores cautelas e recomendação de segurança por parte da polícia da corte. (...). Posta as coisas assim, e pedindo-se a soltura do sr. Avellar, a polícia

⁵⁴ A publicação da denúncia realizada pelo *Jornal do Commercio* em 09/01/1856 disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_04&PagFis=9371&Pesq=tr%C3%A1fico%20de%20escravos> Acesso em: 05/04/2017.

⁵⁵ A publicação da carta de Bernardino Ferreira Martins de Faria na sessão *Correspondências* do *Jornal do Commercio* em 10/01/1856 disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_04&PagFis=9366&Pesq=fazenda%20da%20lagoinha> Acesso em: 05/04/2017.

respondeu, que por si atenderia a tão justa exigência; mas que tendo sido aquele preso enviado pelo governo, teria de comunicar para corte que não se achava ele comprometido, para decidir o governo a suspeito. Eis que o sr. Avellar é vítima talvez de um cortejo ao inglês, e sofre em sua liberdade e em sua fortuna, estando ameaçado de uma deportação! Na verdade, não podemos conceber como no nosso país, em um país constitucional se fazem dessas coisas: isto revela que a segurança individual é uma burla, que o Brasil é uma colônia, uma propriedade da Inglaterra!⁵⁶

Em 13 de janeiro:

O *Jornal do Commercio* e o tráfico.

Há ocasiões em que, por mais impassível e indiferente que se queira conservar o homem em presença de certos fatos, não pode, nem lhe é permitido realizar o seu desejo. Assim, permitirá o *Jornal do Commercio* que lhe façamos algumas observações acerca de seu artigo de 9 do corrente à propósito de uma história de escolas para africanos, associação em Nova Iorque, Antilhas e Costa da África, subterrâneos na Lagoinha, e não falemos o que mais. Se a redação do *Jornal do Commercio* deseja e quer, como queremos acreditar, desempenhar bem a missão do jornalismo, e servir ao país que adotou por pátria, deve estar hoje arrependida, havendo melhor refletido, por ter saído aquele artigo de que ora nos ocupamos. O Jornal sabe quais as relações do país com a Inglaterra a propósito do tráfico; está perfeitamente ao fato do que tem sofrido a nação brasileira do governo inglês; e bem assim conhece a situação de todos os negócios do país na atualidade, sem dúvida muito crítica. Assim, o Jornal devia refletir muito antes de lançar um artigo, por informações de quem quer que fosse, da natureza daquele que se lê na folha de 9 corrente, relativo a história de que nos ocupamos. (...). É verdade que bem pode explicar-se esta história, ou sua publicação, de uma maneira curiosa. O Jornal, sabe-se, está na intimidade das boas graças do sr. de Paraná; diz-se mesmo que há aí alguma coisa que se parece com um arranjo de compra da empresa ou o quer que seja; acrescentam que o redator em chefe tem todas as semanas uma, e as vezes duas conferências com o nobre presidente do conselho. (...)⁵⁷

É importante ressaltar que o jornal *A Patria* se colocava a favor da ideia de uma colonização africana, e os embates na imprensa eram férteis. As críticas, quanto à responsabilidade do *Jornal do Commercio* em publicações inverídicas, deram um tom pesado. Para isso, chama a atenção ao que ele denomina de “cortejo ao inglês”. As justificativas das críticas feitas nas edições destacadas norteiam o pensamento para o incômodo no decorrer da década de 1850 em relação às ações inglesas no que diz respeito

⁵⁶ A edição do dia 6 de janeiro de 1856 do jornal *A Patria* disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830330&pasta=ano%20185&pesq=avellar> Acesso em: 05/04/2017.

⁵⁷ A edição do dia 13 de janeiro de 1856 do jornal *A Patria* disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830330&pasta=ano%20185&pesq=o%20jornal%20do%20commercio> Acesso em: 10/04/2017.

à extinção do tráfico. No entanto, o que mais provocou desconforto no *A Patria* foi o fato de certa submissão quanto ao ato de prestar publicamente satisfação aos britânicos. A Inglaterra sempre aparecia provocando amolação e agitando nos debates. Isso corroborou com a visão de Leslie Bethell a despeito das consequências do *Bill Aberdeen* quando chegaram às vias diplomáticas. Ela se deu quanto ao incômodo que produziu em uma sociedade de pensamento escravista e que dependia dos braços africanos para o desenvolvimento da lavoura.⁵⁸

Os frequentes debates no parlamento sobre o *Bill Aberdeen* demonstram que o desconforto provocado pela lei, durante a década de 1850, transformou-se em mais do que reclamar, entrou em uma esfera política e transmitiu preocupação até onde os ingleses iriam para garantir finalmente a abolição do tráfico de escravos. Alguns deputados na Câmara trouxeram à baila o desalento criado. Em suas visões, soava como intervenção britânica na soberania nacional e não apenas a garantia de que o tráfico havia sido extinto. Essas discussões podem ser constatadas nos Anais do Parlamento Brasileiro durante a década de 1850. No dia 16 de julho de 1852, Euzébio de Queiroz, através de um longo discurso, tratou dessa situação:

[...] Quando em 1845 a Inglaterra, notificada pelo governo do Brasil que o tratado que com ela tínhamos celebrado expirara, sem que nenhum outro tratado, nenhuma outra lei substituísse suas disposições, a Inglaterra julgou que, abusando de sua força, poderia dispensar o concurso do governo brasileiro. Promulgou esse célebre *Bill Aberdeen*, em virtude do qual os navios brasileiros poderiam ser visitados e capturados pelos navios ingleses por suspeitos do tráfico, e os súbditos brasileiros podiam ser julgados pelos tribunais ingleses. A este respeito, e incidentemente, eu peço à câmara que considere que este, o verdadeiro insulto feito à nossa soberania, porque todos os mais não senão consequências mais ou menos remota que dele dimanam, foi decretado em 1845, quando se achavam no poder os homens dessa opinião política que hoje reclamam para si o exclusivo de adversários do tráfico! [...]⁵⁹

Em seu discurso, Euzébio de Queiroz demonstrou as necessidades de se dar conta não só do fato da interferência inglesa, como também firmar a posição. A Lei de 4 de setembro de 1850, que extinguiu o tráfico, havia resolvido o problema. Fez questão de afirmar que o prenúncio partidário em relação ao comércio de escravos, com o apoio dos conservadores para a sua continuidade, não correspondia à realidade. Na análise de

⁵⁸ BETHEL, Leslie. *Op. Cit.* pp. 305-310

⁵⁹ A íntegra do discurso de Euzébio de Queiroz em 16 de julho de 1852 disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=132489&PagFis=32520&Pesq=bill%20aberdeen> Acesso em: 05/05/2017.

Alexsander Gebara, as relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra não foram totalmente amistosas durante parte do século XIX, diante das pressões exercidas pelos britânicos.⁶⁰ A diplomacia britânica, então, exerceu força na prerrogativa de grande potência e deixou claro para o Brasil que o regime escravista não poderia mais prosseguir sem que houvesse uma evidente definição para o seu término.⁶¹

A ideia da pressão inglesa, por causa do apoio no processo de independência do Brasil, é outra vertente defendida que encontramos na historiografia para entender como os britânicos agiram, visando à abolição total e irrestrita do tráfico e suas justificativas de intromissão nos assuntos internos. É o que tutelam, por exemplo, José Murilo de Carvalho⁶² e Leslie Bethell⁶³. Segundo esses autores, o reconhecimento diplomático por parte da Grã-Bretanha para a emancipação viria também mediante esse aspecto. A estrutura da negociação ou da ideia dela estava ligada à abolição do tráfico de escravos. No entanto, mesmo com as exigências inglesas, o Brasil conseguiu costurar o reconhecimento de sua independência e ainda a manutenção do tráfico por algum tempo através do tratado de 1826, desde que não houvesse anexação de nenhuma colônia portuguesa na África por parte do novo Imperador.

A questão de uma inviabilidade política para o cumprimento dos tratados diante da pressão inglesa tinha a ver com os custos que o país iria pagar no aspecto econômico da não mais utilização da mão de obra escrava. Nesse mesmo pensamento, Manolo Florentino vai mais longe, ao afirmar:

Vislumbrando o fim do tráfico, mas, ao mesmo tempo, demonstrando grande incapacidade de arregimentação de recursos, as elites escravocratas do Sudeste passaram à compra desenfreada de africanos, antes mesmo da ratificação do tratado de reconhecimento da emancipação (13/03/1827), que estipulava o fim do tráfico para dali a três anos. Na esteira da corrida por braços então desencadeada, o comércio de homens através do Porto do Rio cresceu a uma média anual de 3,6% entre 1826 e 1830, com a aportagem também média de 94 negreiros por ano.⁶⁴

⁶⁰ GEBARA, Alexsander Lemos de Almeida. Relações entre Brasil e Inglaterra no período do final do tráfico escravo e seus reflexos no relato de Richard Francis Burton em 1869. Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. ANPUH/SP- UNICAMP. Campinas, 2004.

⁶¹ GRAHAM, Richard. *Op. Cit.*, p. 170.

⁶² CARVALHO, José Murilo. *Op. Cit.*, p. 294

⁶³ BETHELL, Leslie. *Op. Cit.*, pp. 69-84.

⁶⁴ FLORENTINO, Manolo. Em Costas Negras: Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 47.

José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, discursou em 1856 na Câmara dos Deputados sobre a pressão inglesa contra o tráfico e o mal-estar causado quanto a sua interferência nos assuntos internos do país:

[...] O governo imperial está obrigado, por uma convenção entre ele e o governo britânico, à repressão do tráfico de escravos no império. O governo britânico entendeu, em virtudes de informações inexatas que recebeu de seu agente consular em Pernambuco, que na punição do fato de Serinhaém as autoridades brasileiras não tinham procedido com necessária vigilância e zelo, e que ação do governo imperial não foi assaz enérgica em compelir essas autoridades em cumprimento de seus deveres. Neste falso pressuposto julgou o governo britânico que devia declarar ao governo imperial que as ocorrências de Serinhaém lhe faziam reccar a reprodução do tráfico de escravos no Império, e que, se assim acontecesse, ele poria mais uma vez o seu *bill* de 8 de agosto de 1845, isto é, renovaria as hostilidades que outrora nos fez, quando não tínhamos ainda conseguido tornar a repressão do tráfico eficaz quanto é hoje. Esta declaração do governo britânico é de certo intempestiva (*apoiados*), de todo infundada (*apoiados*); ofende profundamente a lealdade do governo imperial (*apoiados*); mas eu não creio que o governo britânico tivesse em vista dirigir-nos um insulto ou uma provocação humilhante. Creio que esta nota deve-se considerar antes como uma ameaça de recurso à força, pois a execução do *bill Aberdenn* não é outra coisa que um princípio de guerra por uma desconfiança, inteiramente infundada de que a repressão do tráfico pudesse tornar-se menos eficaz do que tem sido, do que sempre será como asseguram a decisão do governo imperial e a opinião pública do Brasil. [...] ⁶⁵

Como podemos perceber, pela avaliação do Visconde do Rio Branco, quando a Inglaterra passou a pôr em prática o *Bill Aberdeen*, isto se tornou ofensivo. Fez questão de salientar que o Brasil havia resolvido de uma vez por todas o problema do tráfico sem que os ingleses precisassem pressionar. Dessa forma, o governo imperial demonstrava que a desconfiança inglesa era inadmissível e inteiramente infundada. A própria vigilância interna foi promovida pela imprensa e não carecia mais de pressões externas. A fala do ministro reflete como bom exemplo sobre o que ocorreu durante a década de 1850, o incômodo advindo de insatisfação com a poderosa nação se destacava. A proeminência dada ao episódio de Serinhaém, em Pernambuco, sobre a suspeita do

⁶⁵Sessão do dia 27 de maio de 1856 onde o Visconde do Rio Branco discursou na segunda parte da ordem do dia em Resposta à fala do Trono. Anais do Parlamento Brasileiro, entre as páginas 61 e 62 disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=132489&pasta=ano%20185&pesq=Serinhaem> Acesso em: 02/04/2017.

Sobre o fato de Serinhaém, este episódio ocorreu em 1855 com desembarque de africanos. Para maiores informações consultar: DRUMOND, Gaspar de Menezes Vasconcellos de. *Breves exposição acerca dos factos occorridos antes, e depois da apreensão dos africanos. Pernambuco: Typographia Universal, 1856*. Disponível em: <www2.senado.leg.br/> Acesso em: 02/04/2017.

desembarque de escravos no ano de 1852 foi constantemente explorada pela Inglaterra como aviso de intolerância quanto ao contrabando.

Os periódicos cariocas agiram com vigor para que a lei antitráfico de 1850 fosse cumprida, principalmente apoiando o governo imperial no projeto de colonização europeia. Tal projeto tinha como fim suprir a mão de obra escrava para o trabalho na lavoura. As controvérsias políticas do processo, no que diz respeito à ordem e disputa entre os partidos que ressonavam na imprensa, podem ser vistas nesta publicação do jornal *O Philantropo* de 26 de julho de 1850, meses antes de entrar em vigor a Lei Euzébio de Queiroz:

O partido da oposição ao atual ministério tem ultimamente propalado, na imprensa e nas câmaras, as ideias humanitárias contra o abominável comércio de africanos, a favor da colonização e a respeito dos meios de tornar desnecessária a escravatura em o nosso país; agradecemos-lhe, mas sentimos que tenhamos de lançar em rosto a alguns dos seus membros o aviltante opróbrio que atraíram sobre si, protegendo e entretendo relações de amizade dolorosas ao Estado e assaz proveitosas aos contrabandistas de carne humana. Isto, porém, em nós não produz outra ideia além dessa que há muito nutrimos – os partidos representam antes as mesquinhas paixões de alguns ambiciosos do que as opiniões de um grande número de homens que os compõem. – Muitos homens a eles arrastados por comprometimento, amizades ou circunstâncias fortuitas, mas sem nutrirem as ambiciosas pretensões de seus chefes, são aproveitáveis e altamente recomendados ao país aos seus méritos e bons serviços; aconselha a política ou o bom espírito de um povo social, que a estes se não ilumine da lista de seus amigos, embora seguidores deste ou aquele partido.⁶⁶

Por ser um órgão da Sociedade contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização e Civilização dos Indígenas, o jornal se destacou como um vigilante implacável e feroz de qualquer possibilidade que pudesse ocorrer novamente o comércio de escravos. Sendo assim, destacou também a necessidade de encontrar formas de promover o projeto de colonização europeia e repugnar qualquer menção à colonização africana. As pressões inglesas também se caracterizaram por isso, influenciar na aparição de órgãos como a Sociedade contra o Tráfico e provocar o anseio por mudanças impulsionada por discursos políticos, como o transcrito do *O Philantropo*. A colonização ia ganhando, cada vez mais, espaço na imprensa da corte.

⁶⁶ Edição disponível do *O Philantropo* de 26/07/1850 disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=717991&PagFis=409&Pesq=colonisa%C3%A7%C3%A3o> Acesso em: 02/04/2017.

O debate sobre o fim do tráfico de escravos seguiu em clima intenso na Câmara dos Deputados. Permeando essa veemência, o deputado Pereira da Silva incisivamente saiu em defesa das ações consideradas decorosas de Paulino José Soares de Souza, ministro dos Negócios Estrangeiros, sobre sua resposta ao representante da coroa inglesa proveniente da atitude britânica contra navios brasileiros. A fala do deputado se insere em um escopo sobre a boa atitude do ministro e o virtuosismo da atuação frente à Inglaterra chegando a dizer, inclusive, que “sua linguagem em suas notas provam seus brios e seus sentimentos brasileiríssimos”.⁶⁷ Tanto o ministro quanto o deputado faziam parte dos quadros do Partido Conservador (Saquarema), e isso tornou interessante a defesa aplicada, ainda mais em um momento de contestações dos políticos liberais sobre o tráfico e uma possível tolerância dos conservadores sobre ele. A respeito desse aspecto, Ilmar Mattos esclarece que os Luzias denunciavam insistentemente as relações íntimas entre traficantes de escravos e os Saquaremas. Afirma também que os liberais acusavam os conservadores de terem provocado a edição do *Bill Aberdeen* e ainda agiam com inabilidade com os britânicos por estarem comprometidos no comércio de escravos.⁶⁸

Os ânimos se acirraram politicamente, o que influenciou nas diretrizes tomadas quanto aos rumos do projeto de colonização do governo. Sobre os reflexos dessas atitudes, podemos evidenciar no papel exercido pela imprensa da época. Nessa relação política entre dois partidos que disputavam o poder no Brasil imperial, Ilmar Mattos afirma que a compreensão da construção do Estado imperial e a constituição da classe senhorial seguiam como processos análogos. Segundo ele, “é justamente compreender esta dupla dimensão do ato de governar, é ter em consideração o Estado em suas funções de dominação e de direção, é conceber a Coroa como partido”.⁶⁹ Isso mostra que a condição do poder promoveu as diretrizes em que estavam destacados os interesses de cada lado. O projeto de colonização europeia era um entendimento de uma necessidade prevista em lei, já a ideia de colonização africana, uma realidade distante para os que a defenderam.

Exprimir as ideias entre os discursos a favor e contra a colonização africana tornou-se um trabalho considerável que permeou os poderes do país. Não havia na Câmara dos Deputados menções quanto a uma ideia ou projeto para ela, isso aparecia, sim, com frequência na imprensa da corte. A necessidade de braços para a lavoura estava

⁶⁷ A fala completa do deputado Pereira da Silva disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=132489&PagFis=35938&Pesq=tr%C3%A1fico%20de%20escravos> Acesso em: 16/02/2017.

⁶⁸ MATTOS, Ilmar Rohloff, *Op. Cit.*, pp. 234-235.

⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 181.

no centro das discussões, nos dois lados, seja na imprensa ou no Parlamento. Melhorar e implementar o projeto de colonização europeia, para resolver o problema da transição da mão de obra escrava para livre, conduzia os debates. Era necessário alinhar-se com um pensamento de acordo com as dinâmicas estruturais das conjunturas, isto é, naquele momento histórico do Brasil, o tráfico de escravos estava condenado, o escravismo perdendo sua representatividade por pressão interna e externa e o desenvolvimento econômico dependia de uma nova formatação na ordem do trabalho. Ficou, portanto, uma questão para ser resolvida entre as classes dirigentes, optar entre o trabalho livre que se exprimia como algo bom e moderno, ou o trabalho escravo visto como terrível e atrasado no entendimento da imprensa e políticos a favor do projeto do governo.

As políticas desenvolvidas pelos Saquaremas para a consolidação do Estado imperial passaram pela questão da Soberania Nacional frente ao regime escravocrata articulado pela dominação que exerciam, conforme ressalta Ilmar Mattos.⁷⁰ Diante dessa afirmação, podemos compreender que o enfrentamento aos ingleses se fazia necessário, principalmente quando se tratava de garantir a independência nas decisões internas do governo. O deputado Pereira da Silva representou muito bem o seu papel de político conservador.

No ano de 1855, logo cinco anos após a entrada em vigor da Lei Euzébio de Queiroz, o jornal *O Correio da Tarde*, periódico considerado um órgão do governo⁷¹, fez questão de ressaltar que uma notícia do desembarque de africanos na costa do país não passava de boato. A maneira de combater, com ênfase, informações provenientes de possíveis desembarques de africanos gerava atenção da imprensa, principalmente em um período em que era importante provar para os ingleses que o governo realizava ações positivas e preventivas para a extinção do comércio de escravos. *O Correio da Tarde* assim noticiou em 18 de outubro de 1855:

Somos informados de que ao conhecimento do ministro inglês chegou a notícia de que, ou se fizera ou se tinha de fazer brevemente um desembarque de africanos em algum ponto da costa, e que sobre isto se dirigia ele ao governo. Não sabemos que fundamento tem o boato do desembarque; mas cumpre que o governo não adormeça na segurança imprudente o tráfico de escravos não será mais tentado. Esse tráfico tem

⁷⁰ MATTOS, Ilmar Rohloff. *Op. Cit.*, p. 233.

⁷¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 224.

os maiores atrativos no lucro, e por isso de mister será sempre espreitá-lo.⁷²

Um periódico ligado diretamente ao governo, como *O Correio da Tarde*, não poderia hesitar em demorar a responder diante da vigilância inglesa.

As pressões inglesas para o fim do tráfico de escravos alimentaram a imprensa que combateu e entendeu que o fim do comércio representava uma evolução da sociedade brasileira naquele período. Tornou-se, também, um retrato bem configurado dos rumos que a escravidão começou a desenhar durante a década de 1850. O sustento para isso teve participação da Inglaterra promovendo pressões e inserindo através do *Bill Aberdeen* uma possibilidade concreta de retaliação. Não podemos desvincular esses aspectos, eles foram intrínsecos na época. O peso das ações inglesas nas mudanças de rumos em relação ao escravismo foi concreto e factível, entretanto, outras questões devem ser colocadas e confrontadas. Vejamos então quais foram.

1.2 A lei de terras e o incômodo aos senhores de escravos

Relacionadas a um processo de desenvolvimento econômico, as políticas que envolveram terras e mão de obra foram interligadas no século XIX. No Brasil, com a aprovação da Lei de Terras em 1850, a aquisição de terras públicas só poderia ser feita a partir de então por meio da compra. As estruturas fundiárias foram, então, definitivamente modificadas naquele momento e, em 1854, entrou em vigência a Repartição Geral de Terras Públicas⁷³. Um ponto importante estava no seu Artigo 3º relativo as suas competências, que obrigava o registro das terras por parte do proprietário e promovia a colonização, concomitantemente deu uma nova dinâmica a todo o processo de propriedade rural e seu aproveitamento. Emília Viotti da Costa afirma que “a mudança de atitude em relação a terra correspondeu à mudança de atitude em relação ao trabalho: escravidão e certas formas de servidão foram substituídas pelo trabalho livre”.⁷⁴ O que podemos compreender é que o momento de transição na ordem escravista no Brasil

⁷² A edição do *O Correio da Tarde* está disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090000&pasta=ano%20185&pesq=Tr%C3%A1fico%20de%20escravos> Acesso em: 08/02/2017.

⁷³ A criação da Repartição Geral de Terras Públicas estava prevista na Lei de Terras de 18 de setembro de 1850. O Decreto nº 1.318 de 30 de janeiro de 1854 regulamentou a sua execução. Íntegra do decreto disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/dim1318.htm> Acesso em: 02/03/2017.

⁷⁴ COSTA, Emília Viotti da, *Op. Cit.* p. 172.

proporcionou a dinâmica de discursos e interesses, tanto na imprensa como no Parlamento. A política assumiu o lugar de protagonista nos entraves que envolveram o debate sobre a colonização na década de 1850.

Ainda em 1850, o relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, José da Costa Carvalho (Visconde de Monte Alegre), no item que tratava da Colonização, apresentou justificativas que tornaram a Lei Nº 601⁷⁵ de sumária importância para os rumos não só da escravidão, como também para o próprio sistema de colonização em que o país definitivamente passou a utilizar. Em um determinado trecho, afirma:

[...] O sistema de imigração espontânea e o seu estabelecimento em lotes de terras do Estado expostas à venda por preço baixo, considerado, e com razão, como o mais vantajoso, atenta a população moralizada, ideias de ordem, inteligência e capitais que consigo importa, não tem sido até hoje ensaiado, por falta, como sabeis, de um ato legislativo que regulasse a matéria; felizmente a Lei Nº 601 de 18 de Setembro próximo passado, proibindo a aquisição de terras devolutas por outro título que não seja o de compra; extremado as do domínio público do particular; autorizando a venda de terras públicas em lotes previamente medidos e demarcados; e considerando amplos meios para promover a Colonização; levantou a barreira que até aqui se opunha ao progresso e desenvolvimento desse poderosíssimo elemento de força, civilização e riqueza. [...] ⁷⁶

O destaque dado à lei que promoveu oficialmente a colonização no Brasil ocorreu dentro de um espectro histórico, afinal, pela primeira vez houve um ajuste jurídico na condição da propriedade da terra no país. Isso nos leva também a pensar no cenário da construção de uma nova ideia de progresso e desenvolvimento, como chama a atenção o Visconde de Monte Alegre.

Dentro desta perspectiva, é *mister* dizer que a Lei de Terras “estabeleceu o conceito jurídico de patrimônio fundiário estatal, próprio e devoluto”, conforme apontou João Bosco Medeiros de Sousa⁷⁷. Nessa mesma trilha, Márcia Motta aponta que tal lei e seu Regulamento “foram importantes e eficazes instrumentos para discriminar o domínio público do privado e, portanto, regularizar a estrutura fundiária do país”.⁷⁸ José Murilo

⁷⁵ A Lei Nº 601 se refere a Lei de Terras de 18 de setembro de 1850. Para saber a íntegra desta lei no que diz respeito a seus artigos e incisos, consultar: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm>

⁷⁶ Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão da 8ª legislatura. Publicado em 1851 pela *Typographia Nacional no Rio de Janeiro* p. 26. Disponível em: <brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1722/000002.html> Acesso em: 03/03/2017.

⁷⁷ SOUSA, João Bosco Medeiros de. Direito Agrário: Lições Básicas. São Paulo: Saraiva, 1987, p. 21.

⁷⁸ MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Op. Cit.*, p. 161.

de Carvalho, entretanto, entende também que a lei de terras poderia ser vista como colonização e tinha “como propósito claro de preparar o país para o fim eventual do trabalho escravo”.⁷⁹ Sendo assim, nesses aspectos destacados, fica demonstrada a ingerência do Estado Imperial na intrincada questão de terras.

Em 21 de julho de 1851, na sessão da Câmara dos Deputados, Silveira da Motta relatou sobre a dificuldade de se adquirir mão de obra escrava para o trabalho na lavoura. Reclamou, inclusive, que deveria haver mais facilidade na aquisição de cativos e atentou para o fato de um fazendeiro da cidade de Jacareí no Vale do Paraíba ter de se deslocar até a Bahia para comprar escravos. A intenção era presumidamente o uso do escravo e não do colono nas lavouras. Segundo o deputado:

Há pouco um respeitável fazendeiro da cidade de Jacareí, da província de São Paulo, foi à Bahia comprar cento e tantos escravos, porque não há escravos para comprar no interior; os fazendeiros, como os nobres deputados sabem, não vedem nenhum escravo, não acham mesmo quem lhes os compre, porque, quando os quer vender, é por serem muito maus, portanto, têm que ir procura-los nos grandes depósitos, nas grandes cidades. Se queremos, pois, favorecer a nossa lavoura, devemos facilitar a venda de escravos nas grandes cidades, e o meio de facilitar a venda dos escravos nas grandes cidades, e o meio de facilitar a venda é tornando o serviço escravo nas cidades menos vantajoso do que o serviço livre. (...) ⁸⁰

O tráfico interprovincial, após a promulgação da lei Euzébio de Queiroz, aliado à grande repressão ao comércio transatlântico de escravos que vinha ocorrendo por parte dos ingleses, passou a ser alternativa viável dos fazendeiros das zonas cafeeiras em busca de mão de obra para a lavoura. No entendimento de Paula Beiguelman, “o Centro-Sul tinha seu abastecimento de braço garantido pela existência de uma reserva no Norte, disponível para o tráfico interprovincial”.⁸¹ Nessa direção, Emília Viotti da Costa analisa que mesmo dez anos após o tráfico ter cessado, a lavoura cafeeira tinha no braço escravo o seu grande apoio de produção e outras províncias, principalmente as do Norte, forneceram a mão de obra necessária para as zonas cafeeiras. Segue afirmando que em 1853 saíra da Bahia por volta de 1.500 escravos para o sul do país.⁸² Sobre esse aspecto, Robert Conrad afirma que “dentro do Brasil havia total disponibilidade de escravos para

⁷⁹ CARVALHO, José Murilo. *Op. Cit.*, p. 257.

⁸⁰ A íntegra da fala do deputado Silveira da Motta de 21/07/1851 disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=132489&PagFis=31190&Pesq=fazendeiro> Acesso em: 10/05/2017.

⁸¹ BEIGUELMAN, Paula. *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro: Aspectos Políticos*. São Paulo: Edusp, 2005, p. 24.

⁸² COSTA, Emília Viotti da. *Op. Cit.*, p. 172.

os plantadores que tivessem dinheiro para comprá-los”.⁸³ Simultaneamente, o autor assegura que entre os anos de 1851 até talvez 1885⁸⁴, quando houve a proibição por lei do tráfico interno de uma província para outra, esta foi a principal fonte de mão de obra para os fazendeiros de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. O Vale do Paraíba, zona cafeeira, recorreu ao expediente do tráfico interprovincial como sua fonte para suprir as necessidades de braços na lavoura. Isso ocorreu também, porque, segundo Humberto Machado houve uma “expansão contínua dos cafezais na década de 1850”, conseqüentemente, a demanda por braços escravos para o trabalho na lavoura na região do Vale gerou grande procura.⁸⁵

A preservação do sistema escravista, economicamente forte e viável, passava mesmo depois da proibição pelo tráfico de escravos, dentro, é claro, na perspectiva dos defensores dessa disposição. Para Humberto Machado, no entanto, transferir escravos para o Vale do Paraíba trouxe “sérias conseqüências” que foram a “subordinação à estrutura escravista” e o “endividamento dos fazendeiros” por causa do alto preço do cativo vindo das regiões do Norte.⁸⁶ Isso demonstra que a necessidade de mão de obra para o trabalho na lavoura nutriu a retórica em defesa da colonização africana nos periódicos cariocas. Era uma espécie de necessidade a entrada do africano. A justificativa para tanto foi proveniente do argumento de se saber lidar com ele por causa da experiência e costume dos fazendeiros adquiridos pelo processo dos longos anos de escravidão. A seguinte ideia reforça que houve uma tentativa de emplacar mesmo depois da proibição do tráfico, viagens à Costa da África a fim de buscar africanos como colonos livres. Publicamente, não se admitia que acontecesse o retrocesso ao tráfico de escravos, a tentativa se bastava no discurso sobre a pecha de colonos.

O incentivo em trazer o escravo das cidades e os homens livres para ocupar o contingente faltante foi uma alternativa tentada e soava como uma solução aparente para o problema da falta dos braços. A intenção, entretanto, estava em usar toda a mão de obra escrava disponível e o projeto de colonização europeia como saída para suprir a carência

⁸³ CONRAD, Robert. *Op. Cit.*, p. 189.

⁸⁴ A lei que Robert Conrad se refere é a nº 3270 de 28 de setembro de 1885. No Artigo 3º inciso 19 diz o seguinte: “O domicílio do escravo é intransferível para a Província diversa da em que estiver matriculado ao tempo de promulgação desta Lei.” Para consultar a Lei em sua íntegra, disponível em: <legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66550> Acesso em: 05/05/2017.

⁸⁵ MACHADO, Humberto Fernandes. *Escravos, Senhores e Café: A crise da Cafeicultura Escravista do Vale do Paraíba Fluminense, 1860-1888*. Niterói: Cronos, 1993, p. 103.

⁸⁶ *Idem*, *ibidem*, p. 107.

de mão de obra utilizada na lavoura, ainda esbarrava em certas argumentações como a do jornal *A Patria*, de 29 de fevereiro de 1856:

A lavoura, já por muitas vezes temos dito, é a principal, senão a única fonte de nossa riqueza e prosperidade, na ordem da administração que temos. País de natureza agrícola, o Brasil, vê todo seu futuro dependente da lavoura, e sente que, morta ela, a sociedade deixará de existir. Ora, no estado atual de nossa lavoura, toda rotineira, sem ensaios regulares para modificar o emprego dos braços, e das forças humanas, fica todo dependente o roteiro das terras, e o seu trabalho, dos braços que não possui, e, portanto, em paralisação. Todos os anos, pois, carecíamos de aumento de braços para a lavoura, e que, estes braços não existindo no país, nos fossem vindos da Europa ou de qualquer outra parte. Enquanto a extinção do tráfico não teve efetivamente lugar, bem íamos, os braços cada ano nos chegavam, e digamos sinceramente, nas condições rotineiras agrícolas, em que nos achamos, era e é o braço negro o único que nos pode convir.⁸⁷

A partir da década de 1830, a cafeicultura se expandiu e cresceu, proporcionando a classe senhorial ampliar as suas relações sociais de poder. Dessa forma, “se legitimou enquanto grupo hegemônico ao mesmo tempo em que respaldou a política de centralização do Estado nacional baseada na aproximação com valores europeizados e a manutenção da ordem escravocrata”.⁸⁸ Essa ordem manteve o poder apregoando que seus interesses fossem defendidos por representantes políticos ideologicamente consonantes. Era a formação de um grupo que se aproximava também pela riqueza advinda da lavoura. Nessa mesma ideia, Rafael Marquese e Dale Tomich sustentam ainda que na dinâmica da política havia relações entre fazendeiros, trabalhadores escravizados e Estado Nacional⁸⁹, e analisam que:

A formação da cafeicultura escravista brasileira dependeu de ações políticas concentradas, no plano da esfera nacional, para criar as condições institucionais necessárias para o arranque da atividade e consequente controle do mercado mundial do artigo. Essas ações incidiram fundamentalmente no campo da política da escravidão.⁹⁰

⁸⁷ Edição do *A Patria* de 29 de fevereiro de 1856 disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830330&pasta=ano%20185&pesq=bra%C3%A7os%20para%20a%20lavoura> Acesso em: 02/03/2017.

⁸⁸ MUAZE, Mariana. O Vale do Paraíba Fluminense e a dinâmica imperial. Artigo disponível em: <www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp.../15_mariana_muaze.pdf> Acesso em: 02/02/2017.

⁸⁹ MARQUESE, Rafael & TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX In: MUAZE, Mariana & SALLES, Ricardo (Org.). O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2015, p. 25.

⁹⁰ Idem, ibidem, p.25

As perspectivas, verificadas tanto por Mariana Muaze quanto por Marquese e Tomich, indicam que a dinâmica cafeeira estava diretamente ligada ao poder da classe senhorial proporcionado pela riqueza que o café lhes deu em uma liderança do mercado mundial. Somando-se a isso a questão política que foi determinante para o seu domínio em uma sociedade patriarcal e escravista. Quando a chegada do colono europeu passou a incomodar a competitividade do mercado produtivo do café, a classe não se conteve em fazer valer o seu poder criticando o processo e exigindo braços para a lavoura.

O incômodo que os senhores de escravos sentiram com a aprovação da Lei de Terras pôde ser medido pela intensidade com que eles se lamentaram e solicitaram braços para a lavoura. A aprovação da lei implicou outra face do problema que foi a medição, demarcação e descrição de terras públicas com o intuito de promover a colonização. Nessa solução prevista pelo governo para pôr em prática o seu projeto, os fazendeiros reclamavam que a demanda por braços deveria ser suprida. Os defensores na imprensa da colonização africana perceberam este descompasso. O governo, no entanto, prometia a solução do problema com a ampla entrada de colonos europeus. Em 1855, o relatório do Ministro do Império, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, apontou as preocupações do poder central sobre o problema da escassez de braços:

[...] A falta de braços, que já se começava a sentir em muitos estabelecimentos rurais, sobremaneira agravada ultimamente pela epidemia, que tem assolado uma grande parte do Império, acometido e destruído de preferência os braços empregados na lavoura, a ponto de deixar algumas fazendas e engenhos em lamentável estado, exige imperiosamente do Governo e dos Representantes da nação as mais eficazes e urgentes providências. Reconheço que a solução satisfatória dessa grande questão oferece graves dificuldades práticas, que sobre ela dividem-se as opiniões dos espíritos mais esclarecidos, e que, pois, não é daquelas que se pode facilitar uma deliberação, que, não tendo por si o cunho da reflexão, venha a redundar ainda em maiores prejuízos para o Estado, para a lavoura. [...] ⁹¹

Couto Ferraz, como podemos perceber, construiu um discurso político reivindicatório depois da aprovação da lei antitráfico e da lei de terras em 1850, o que fez crescer as argumentações em torno da premissa falta de braços. A riqueza do país, proporcionada pela lavoura, era algo que não se deixava esquecer, pois, afinal, esse patrimônio alimentava a elite agrária da época. Para José Murilo de Carvalho, “o exame da política de terras permite aprofundar a análise das relações entre governo e

⁹¹ O relatório de 1855 do Ministro do Império disponível em: <brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1728/000088.html> Acesso em: 18/12/2016.

proprietários rurais”.⁹² As questões políticas foram aparecendo e despindo as reações com a regulamentação da propriedade rural que soaram negativamente entre a elite agrária e atingia “os interesses dos proprietários, ou pelo menos de parcela deles”.

A importação de mão de obra através da colonização europeia também foi outra aposta para a resolução do imbróglio, conforme já ressaltamos, e Emília Viotti da Costa reforça a ideia afirmando que os fazendeiros só procuraram alternativas para o trabalho escravo, porque estiveram “ante múltiplas pressões”.⁹³ Tais pressões estavam ligadas prioritariamente na produção de riquezas no âmbito pessoal e nacional que a agricultura proporcionou. Resolver o problema da mão de obra para o trabalho na lavoura tornou-se uma missão de prioridade do governo frente às necessidades da agricultura. Conforme a declaração do deputado Rodrigues dos Santos da cidade de Rio Claro, província de São Paulo, na sessão da Câmara em 13 de agosto de 1857 era evidente que:

[...] A lavoura sente falta de braços, é difícil a substituição desses braços, porque a colonização não nos oferece em número, e com aptidão necessária, são os braços que estão em grande número nos povoados que, pelo contrário são aptos ao trabalho agrícola, porque, pois, havemos de permitir que grande número de braços próprios para a agricultura esteja acumulado nas cidades marítimas em geral, e nas grandes povoações, com o detrimento da agricultura e morais da mesma cidade? O detrimento da agricultura é evidente, porque basta pensar que se os milhares de escravos que estão nos nossos portos e cidades mais consideráveis estivessem trabalhando em nossos campos, a deficiência de braços no trabalho agrícola seria melhor. Também é fácil compreender quanto melhorava a condição dessas cidades, se acaso nelas o trabalho de braços escravos fosse substituído pelo trabalho dos braços livres. Desde que se diminuir a escravatura nas cidades marítimas e em outras importantes, dará o seguinte resultado: Há de haver deficiência de braços para o serviço próprio dessas cidades, para o serviço auxiliar de comércio, e geralmente para as ocupações domésticas. Mesmo com a necessidade é imperiosa, hão de procurar-se os meios convenientes para ser satisfeita, chamando-se os braços livres para substituir os escravos. Os resultados serão torna-se muito mais prósperas as povoações onde se conseguir a remoção dos escravos para o campo, e a sua substituição por pessoas livres. [...]⁹⁴

Mesmo reconhecendo que as cidades sofreram uma deficiência de braços, Rodrigues dos Santos salienta que, em troca, elas receberiam braços livres advindos dos

⁹² CARVALHO, José Murilo. *Op. Cit.*, p, 331.

⁹³ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: Momentos decisivos*. São Paulo: Unesp, 2010, p. 364.

⁹⁴A íntegra da fala do deputado Rodrigues dos Santos em 13 de agosto de 1857 disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=132489&PagFis=33908&Pesq=bra%C3%A7os%20livres> Acesso em: 20/10/2016.

colonos europeus, promovendo assim uma nova realidade na lógica escravista. As cidades passariam a se beneficiar de trabalhadores livres europeus, provendo, portanto, uma inversão no sistema vigente por causa da colonização. Uma nova faceta dos parlamentares que estavam alinhados com o pensamento escravista para tentar a continuação do uso de mão de obra escrava na agricultura. Pensar em um contingente europeu, nas cidades, e um africano, nas lavouras, corrigiria o problema e não haveria perda de indivíduos para realizar os serviços urbanos. A Lei de Terras foi uma das personagens importante no intrincado mecanismo de substituição do escravo. Era necessário pensar que para tentar promover a colonização africana bastava encontrar os argumentos certos em uma conjuntura conturbada. A ideia esbarrou no projeto, isso se caracterizou não só pelo caráter legalista como também pela oportunidade de mudança nos rumos que o trabalho livre poderia proporcionar. O confronto entre os caracteres da ideia e do projeto alimentou a imprensa e movimentou as dialéticas sobre o assunto.

1.3 A ideia de colonização africana *versus* projeto de colonização europeia

O discurso por uma ideia de colonização africana surgiu na imprensa sempre com o mesmo argumento: a falta de braços para a lavoura e a necessidade urgente para supri-la. Precisamente ainda não temos como determinar quanto à gênese do discurso em prol dessa ideia. Entretanto, pudemos perceber que o debate da realização de uma colonização começou a aparecer já na década de 1840. Havia o entendimento que a procura por alternativas para suprir as necessidades dos agricultores brasileiros sobre a mão de obra tinha se iniciado. O reconhecimento da escassez de braços, mesmo que discretamente, era um fato.

Havia uma ideia de colonização africana com a pretensão de transformá-la em projeto. Esse intuito esteve vinculado na possibilidade de não se esgotar na imprensa da corte o discurso do convencimento. A proposta dentro de uma iniciativa possível, poderia gerar aos defensores do colono africano livre uma vitória considerável. Por outro lado, o risco era visto como iminente para aqueles que preconizavam o projeto de colonização europeia. De qualquer forma, o cruzamento das fontes impressa, neste caso os jornais, deixa claro que o espaço já estava preenchido apenas por uma contingência. Essa teria que ser pensada em virtude da transição da mão de obra escrava para livre, e nunca num continuísmo. O que veremos também será a tentativa através das vias do costume e a tradição por um trabalhador já conhecido pelos fazendeiros.

Nas pesquisas realizadas nos periódicos cariocas, destacamos dois folhetos, *O Instincto* e o *Diário do Rio* que, já naquela época, abordavam tal assunto. Em 3 de janeiro de 1840, *O Instincto* publicou um artigo denominado *O aijesu do Instincto*⁹⁵ onde promoveu seu apoio à colonização africana, com críticas ao governo e aos legisladores brasileiros além da Inglaterra. No trecho abaixo, destaca-se que:

De todas as partes recebemos reclamações, e o que é mais as reputamos justas, por não termos há vários números dito nem sequer uma palavra sobre o nosso maior interesse; ou por outra, sobre a tão necessária como justa colonização dos africanos em nosso país. [...] Maldito governo que não só fere moralmente os mais preciosos interesses do país, mas desvia aos que deles com o intuito só de felicitarem! Não há hoje um brasileiro de boa-fé, que deixe de reconhecer o grande mal que ao Brasil fez o ominoso tratado de abolição do tráfico de africanos, em 1826; a razão calma e circunspecta condena tal tratado como o mais infenso a ordem e prosperidade pública. [...] Força é que nossos legisladores, desprezando as iníquas e interessadas e demandas intenções do Governo Pirata, revoguem a lei que obsta ao resgate dos negros cativos em África, e sua útil e necessária colonização no Brasil. Feito este relevante serviço à Religião, à Humanidade e à Pátria, em tudo se entenda conseguido, resta que os brasileiros esclarecidos, e interessados na prosperidade e grandeza de sua terra, multipliquem as sociedades, ou companhias de colonização africana (mais útil sem dúvida do que a dos fidalgos ilhéus) à medida que o Governo Pirata da Grã-Bretanha for duplicando seus esforços para obstar o progresso dos nossos melhoramentos, e a felicidade dos ditos negros cativos da África. [...]

Interessante a análise do periódico a respeito das necessidades provocadas sobre o efeito da abolição do tráfico, pois demonstrou preocupação e urgência quanto à carência de braços para a lavoura. A esse aspecto, Tâmis Parron afirma que, durante a década de 1840, foi a política do contrabando que “condicionou o que poderia ser dito ou salientado nos espaços públicos”. Ainda no seu entendimento, isso interferiu nas decisões do Estado nacional sobre o que era aceito ou negado e criado e omitido nos discursos artísticos.⁹⁷ A imprensa carioca trocou suas impressões e reflexões acerca da ideia de colonização africana. Em 1842, em resposta ao periódico *Brasil* o jornal *O Diário do Rio* publicou o artigo “*Colonização Africana*” em 24 de novembro. Nele, externou suas preocupações e

⁹⁵ O termo *aijesu* não faz mais parte dos dicionários de língua portuguesa atuais. No entanto, encontramos o verbete sobre seu significado no Dicionário da Língua Brasileira de 1832 de autoria de Luiz Maria da Silva Pinto, publicado pela *Thypografia de Silva* em Ouro Preto. No verbete diz o seguinte: *Aijesu, Termo que significa mimoso, querido em extremo*. Podemos compreender então que o título dado pelo periódico é pertinente, pois tratava-se de um assunto estimado e importante na sua concepção.

⁹⁶ A edição do jornal *O Instincto* de 03/01/1840 disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=717339&PagFis=73&Pesq=colonisa%C3%A7%C3%A3o%20africana> Acesso em: 10/11/2016.

⁹⁷ PARRON, Tâmis. *Op. Cit.*, p.208.

indagações se a colonização africana seria o melhor caminho a seguir. Reconheceu os problemas da agricultura e a questão inglesa em relação à vigilância e seu poder. Os argumentos usados foram também uma resposta ao periódico *Brasil* que insinuou em fazer acordo com os ingleses no que diz respeito às verificações da entrada de africanos.

Diante dos questionamentos da escassez de mão de obra, o historiador Robert Conrad relata que “no final de 1836 os principais mercados costeiros da província do Rio de Janeiro e áreas vizinhas de São Paulo contavam com estoques excessivos”.⁹⁸ O abastecimento de cativos africanos continuou, apesar da lei de 1831. Parece-nos que a retórica dos fazendeiros quanto ao problema da mão de obra estava pronta dentro da lógica escravista de mercado, a construção da riqueza condizia em não perder a possibilidade de usar o escravo. O discurso pela preferência ao braço do africano entrou pela década de 1850 com a alegação em favor da continuidade sobre aquilo que vinha dando certo até o momento. A colonização africana, neste entendimento, parecia ser o caminho.

A compreensão de que o africano era o mais propício ao trabalho duro da lavoura brasileira, pois se aclimatava e se adaptava com mais facilidade do que o europeu, foi usada como uma justificativa para a continuidade, além de o fato de que o agricultor estava acostumado com o seu trato. Alguns periódicos, como *O Paiz*, *A Patria*, *Echo da Nação* e *A Revolução Pacífica* defenderam a ideia de um projeto de colonização africana, principalmente o primeiro. *O Paiz*, por exemplo, manteve a coluna denominada “*Colonização*” nas suas publicações em 1860. Nela, promoveu e sustentou as ideias para tal projeto, além da defesa sistemática da agricultura, como a grande produtora de riquezas para o país. Endossando esse discurso, o jornal, em 24 de março de 1860, publicou seu posicionamento a respeito do uso da mão de obra do africano na estrutura agrária escravista do país com indagações e afirmações quanto à melhor solução. Assegurou também que o país e a agricultura há muito tempo sofriam pela falta de braços. Chamou a atenção pela ausência de fábricas que pudessem prover a economia brasileira. Traçou a condição que somente com a presença do africano seria resolvida, era a defesa veemente da colonização africana:

[...] Quando se extinguiu o tráfico, proclamou-se para contentar os agricultores, que um bem entendido e estudado sistema de colonização substituiria os braços africanos com grande vantagem para a agricultura do país. Declamou-se contra o serviço do africano, que sendo bruto não

⁹⁸ CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros: O tráfico escravista para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 105.

podia entrar em paralelo com o homem livre; até se fizeram cálculos do custo de cada colono em relação ao africano e tiraram por conclusão que era mais barato o colono e que produziria mais e melhor. [...] Unamo-nos e reclamemos providências em prol da agricultura; venham braços africanos e vamos demonstrando que eles são necessários e que em nada afetam os interesses da civilização, antes pelo contrário são os melhores elementos dela: parecerá aos utopistas esta nossa asserção um paradoxo, mas nós iremos mostrando que o erro está da parte daqueles que só enxergam vantagens na colonização europeia, porque se não lembram que o Brasil deve tudo e o que é ao braço africano.⁹⁹

No trecho final, o periódico fez questão de certificar sobre a importância de se ter braços africanos e tentou desconstruir a colonização europeia como solução. Apresentou e aduziu o problema como uma necessidade dentro da carestia vigente. Seria um momento de incertezas para a produção das riquezas provenientes da agricultura, afinal não adiantava ter tanta terra fértil se lhes faltavam quem trabalhasse nelas. O africano, para o jornal, era o ponto fundamental para sustentar os mecanismos da geração da sobrevivência do próprio país.

Na contramão dos periódicos que saíram em defesa da colonização africana, temos jornais como *Jornal do Commercio*, *O Correio da Tarde*, *Diario do Rio de Janeiro* e o *Correio Mercantil*. O alinhamento desses jornais estava em consonância com o momento de uma nova mentalidade no país, a do uso de mão de obra assalariada. Consideram que a introdução do colono europeu livre resolveria o problema da falta de braços, além de romper com o antigo sistema escravista, após a abolição do tráfico. No dia 9 de janeiro de 1856, o jornal *O Correio da Tarde* argumentou sobre se promover a colonização da seguinte maneira:

Nada nos surpreende, por que temos dito repetidas vezes, que a falta de braços há de tornar audazes os contrabandistas e, ainda mais, que serão secundados pelos fazendeiros, visto que a necessidade a isso obrigará estes, em parte, por não haver colonização, por nela não acreditarem. Eis porque temos impertinente em insistir na urgência que há em promover-se a colonização por todos os meios possíveis, torna-la aceitável. [...] Se aqui no Rio de Janeiro os fazendeiros recalcitraram contra a colonização, nas outras províncias daqui para o Norte o mesmo acontece, ou ainda pior: antes se quer comprar escravos muito caros, do que ter colonos baratos, porque, dizem eles, em resultados, os colonos ficam muito mais caros não servem, abandonam o trabalho, ou tornam-

⁹⁹ A edição completa do *O Paiz* de 24 de março de 1860, disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364843&PagFis=25&Pesq=africano> Acesso em: 02/05/2017.

se mandriões; e sobre os escravos nós temos o direito de senhores, o direito do castigo para constrangê-los.¹⁰⁰

O curioso foi que *O Correio da Tarde* traçou sua análise e percebeu que houve um momento onde ao mesmo tempo se demonstrou a necessidade pela colonização como também pela presença do africano. Essa crítica do periódico era em função de como a mentalidade contra o europeu apareceu na imprensa pró-colonização africana. A desqualificação como fomento analítico foi uma realidade. Os jornais tornaram-se espaços onde a escravidão e o escravo apareciam com frequência, afinal o jogo das palavras impressas poderia influenciar o leitor. A colonização abriu espaço em suas páginas para a imprensa da escravidão. Marco Morel e Mariana Barros destacam essa forma de atuar afirmando que:

Os grandes jornais das cidades e capitais publicavam, em profusão, veementes defesas da escravidão, apologias (disfarçadas ou não) do racismo e disseminação mais ou menos subliminar de preceitos contra o negro. Em alguns casos, eram os mesmos jornais que acolhiam protestos ligados ao abolicionismo, especialmente à medida que a campanha contra a escravidão foi avançando e a crise do escravismo tornou-se mais patente. Parece mais adequado afirmar que tais meios de comunicação expressavam os embates da sociedade, agindo como reprodutores e criadores desse movimento.¹⁰¹

A imprensa da corte refletia as ações deliberadas tanto na sociedade como na política. A mentalidade escravista trazia nas tintas dos impressos periódicos o pensamento de uma tradição escravocrata dos defensores desse processo, enquanto isso, por outro lado, o crescimento de um movimento pelo trabalho livre agitava as páginas dos jornais, principalmente depois de 1850. Nesse raciocínio, Marialva Barbosa afirma que: “pensar as formas como o mundo dos escravos está inserido nos periódicos do século XIX é também se referir às suas imagens representadas nas publicações”.¹⁰² A propósito, *O Paiz*, que se intitulou um “órgão da lavoura”, criticou as pressões inglesas e ponderou com outros periódicos favoráveis ao projeto de colonização europeia, tentando impor suas ideias sobre a necessidade de se inserir africanos nas fazendas, tema recorrente nas páginas desse jornal ao longo do ano de 1860. Na edição de 13 de maio, o jornal se

¹⁰⁰ A edição completa do *Correio da Tarde* em 09/01/1856, disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090000&pasta=ano%20185&pesq=Colonisa%C3%A7%C3%A3o> Acesso em: 02/04/2017.

¹⁰¹ MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro de. Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 89.

¹⁰² BARBOSA, Marialva. História Cultural da Imprensa: Brasil – 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 106.

posicionou categoricamente sobre a importância do africano para o trabalho no campo, aproveitando para enumerar os três motivos da preferência dos fazendeiros pelo trabalho do africano:

Comparamos, analisamos, e fomos mesmo perscrutar os segredos do nosso agricultor e compreendemos que, a lavoura no Brasil carece só e unicamente do braço africano. Ninguém está no caso de melhor apreciar os resultados do trabalho europeu, de compara-los aos do africano do que o fazendeiro e é dele próprio que recebemos a inspiração para hastear a bandeira da colonização africana. [...]

Os fazendeiros preferem os africanos por muitas razões e essas muito poderosas. Primeiro, porque o africano nativo de um solo cáldo aclima-se facilmente nas matas do nosso país; suporta a intensidade do calor que estamos habituados a sofrer; a variação de nossas estações nenhum mal lhes causa. Segundo os africanos alimentam-se com os próprios alimentos que trivialmente se usam no Brasil e sobretudo no campo; prefere o feijão, a carne seca, o arroz, fubá, etc. etc. às comidas europeias. Terceiro, sendo a condição do africano muito aviltante, no solo da África aqui encontra ele cômodos que não conhecia até então, encontra a simpatia no seio de nossas famílias e identifica-se perfeitamente com nossos usos e costumes. Em suma, o africano está pronto para o trabalho, resiste as intempéries, adapta-se aos nossos usos e costumes, e obedece a voz do amo, se é livre e do senhor se é escravo.¹⁰³

Com o desenvolvimento da imprensa no Brasil durante o século XIX, os periódicos passaram também por mudanças e foram se transformando em um lugar de promoção de ideias. Pierre Clastres afirma que a palavra e o poder mantêm relações onde o desejo de um é a realização da conquista do outro.¹⁰⁴ Dentro dessa perspectiva, o movimento da imprensa da escravidão assumiu uma relação complexa repleta de matizes, onde havia jornais declaradamente contra a continuidade do africano nas terras, e outros de cunho conservador que não deixavam de publicar debates sobre o escravismo.¹⁰⁵ Nesse contexto de expressar com certa delicadeza, mas com contundência suas concepções, *O Regenerador* teceu comentários sobre a imprensa da corte:

É notável o movimento que vai tendo a imprensa: a par do terceiro número do *Imperio* que vimos anunciado no *Correio Mercantil*, saiu um novo número do *O Paiz*, insistindo nas suas considerações acerca da lavoura e da colonização africana, e contendo alguns artigos de sua doutrina sobre o espírito da especulação favoniado pela conciliação. Em

¹⁰³ A edição de *O Paiz* de 13/05/1860, disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364843&PagFis=25&Pesq=africano> Acesso em: 05/06/2016.

¹⁰⁴ CLASTRES, Pierre. *A Sociedade contra o Estado*. Porto: Afrontamento, 1979, p. 149.

¹⁰⁵ MOREL, Marco e BARROS, Mariana. *Op. Cit.*, p. 86.

deferência ao colega, havemos de dizer todo o nosso pensamento acerca da colonização, e da colonização africana.¹⁰⁶

Ainda em resposta ao que era o discutido sobre a ideia de colonização africana na imprensa carioca, *O Regenerador* expôs seu pensamento e argumentos na mesma edição de 10 de abril daquele ano. Em deferência ao colega de *O Paiz*, o periódico dedicou a coluna intitulada “*A Colonização Africana*”, com um arsenal argumentativo indicando diretamente de que lado estava redigindo:

Cumprir sair dessa posição, disseram alguns, o tráfico de africanos é indispensável, e se recuemos diante da sua necessidade, em atenção ao progresso da civilização e da moralidade pública, em atenção as complicações exteriores, venha ao menos o tráfico disfarçado, venha a colonização africana. O primeiro na imprensa que aventou essa ideia foi *A Patria*, de Niterói, hoje *O Paiz* a pregoa. Confessamo-lo, a ideia serve aos que não pensam nas possibilidades, aos que só cuidam do presente. [...] Felizmente o bom senso brasileiro fez justiça dela, deixou-a morrer na folha de Niterói, e se a herda *O Paiz*, não acreditamos que tenha muito aproveitar na herança. A colonização europeia não é possível nem desejável, a colonização africana ainda é menos possível e menos desejável. Ocupemos neste número somente com a colonização africana, reservemos para outra ocasião o que pretendemos dizer da colonização europeia. [...] Já vem os propagadores da colonização africana, que lhes fazemos boa condição, damos por não existente e como removido obstáculo tal que nunca a diplomacia da mais poderosa e apavonada nação removeria. Ainda assim a colonização africana é impossível. [...]¹⁰⁷

O Regenerador, nessa análise sobre o que pensava a respeito da colonização africana, indicou os jornais *A Patria* e *O Paiz* como os propagadores da ideia. Demonstrou que a sua inviabilidade estava no fato de ser um tráfico de escravos disfarçado, sendo o uso da mão de obra do africano fora do momento, não mais indicada e viável. Isso se dava também, ao ver do jornal, pelo fato de que a “poderosa e *apavoad*a nação”, a Inglaterra, não concordaria. Um detalhe importante sobre *O Regenerador* diz respeito ao seu redator, Justiniano José da Rocha, professor e membro do Partido Conservador que fundou ao longo de sua vida outros periódicos, sendo este, em 1860, o último que redigiu.¹⁰⁸ Mesmo

¹⁰⁶ Edição de 27/03/1860 do *O Regenerador*, disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=258881&pasta=ano%20186&pesq=Colonisa%C3%A7%C3%A3o%20africana> Acesso em: 02/03/2016.

¹⁰⁷ A edição na íntegra de *O Regenerador* de 10/04/1860, disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258881&PagFis=77&Pesq=Colonisa%C3%A7%C3%A3o%20africana> Acesso em: 02/03/2016.

¹⁰⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 210.

sendo um jornalista que emergiu diante do poder político absoluto que os fazendeiros do café exerceram, Nelson Werneck Sodré se refere a ele como um “personagem de destaque na imprensa áulica do tempo, trazido pelas mãos protetoras de Paulino José Soares”¹⁰⁹, Justiniano José da Rocha, em *O Regenerador*, não adotou o tom preconizado pelo grupo de fazendeiros que estava ávido por braços africanos para a lavoura após a proibição do tráfico. Pelo contrário, como podemos perceber, o periódico fazia um contraponto ao projeto de colonização africana e apoiando o que o governo ansiava, o uso do colono europeu para o trabalho nas lavouras do país.

Quanto à participação na imprensa, os grupos dominantes através da política, depois de 1850, agiram em nome de si próprios e controlaram sem hesitação os seus interesses. Isso, politicamente, funcionou a partir de uma prática de apadrinhamento e favores, afastando assim a população comum que apenas assistia como espectadora sem participação ativa, como esclarece Marialva Barbosa.¹¹⁰ Essa elite do império atuava firmemente na imprensa defendendo seus interesses.

A representatividade dos periódicos da capital passou pela política e é incisivo dizer que não há como se separar a imprensa dos homens que atuavam no Parlamento. De acordo com José Murilo de Carvalho, esse momento foi na história brasileira aquele onde a imprensa esteve mais livre. Tal liberdade, entretanto, não constituía poder de independência igual à exercida pelo governo e pelos partidos. O autor argumenta que a maioria dos periódicos estava vinculada a um partido ou mesmo a políticos. Isso possibilitava, ainda, que muitos deles escrevessem para alguns jornais mantendo o anonimato como uma forma de declarar seus pensamentos sem se expor na Câmara ou no Senado.¹¹¹ Parece-nos, que esse tenha sido o caso do jornal *O Paiz* em 1860, já que em nenhuma coluna sobre colonização ou opinião livre a respeito desse tema, principalmente sobre colonização africana, era assinada. Muito menos seu cabeçalho indicava o redator responsável.

A discussão entre a colonização africana e a europeia foi ganhando capítulos na imprensa. Precisamos compreender que implementar uma ideia e transformá-la em realidade não era tarefa fácil. Após 1850, o Brasil passava por mudanças de entendimento quanto à utilização do africano. O escravismo tinha suas raízes na tradição e em um sistema que operacionalmente para o fazendeiro funcionava. A imprensa que tentou

¹⁰⁹ SODRÉ, Nelson Werneck, *Op. Cit.*, p. 209.

¹¹⁰ BARBOSA, Marialva. *Op. Cit.*, p. 110.

¹¹¹ CARVALHO, José Murilo. *Op. Cit.*, p. 54.

emplacar a ideia de colonização africana, primeiramente através do *A Patria* depois do *O Paiz* via na possibilidade do africano livre a continuidade do seu processo já devidamente testado. Assim, o imigrante europeu não foi visto como boa solução. A insistência no modelo da colonização africana, como solução para a carência de braços, provocou ecos na década de 1860. Tanto que no dia 30 de janeiro de 1864, Tavares Bastos, político do Partido Liberal discursou no Parlamento expondo suas ponderações em relação à ideia do africano livre:

E os fatos demonstraram e demonstram ainda que a emigração forçada africana deteve e embarçou a corrente espontânea, que começava a romper, da emigração europeia. A sombra do negro seria sempre uma imagem repulsiva do trabalho livre. [...] Esse é o motivo da crise que durante um certo período sucederá à inevitável abolição da escravidão. Será preciso, na verdade, auxiliar aqueles que reclamarem de braços, facilitando-os, ou, pelo menos, será preciso que o governo, alvo de violentar agressões durante a crise, possa oferecer essa corrente como compensação dos escravos que gradualmente se forem emancipando. Os imigrantes, atenuando a soma dos produtores, dos consumidores, dos contribuintes, atenuarão os efeitos da crise.¹¹²

A crise sobre a qual o deputado se refere é a da pouca oferta de mão de obra para o trabalho na lavoura. Enquanto alguns fazendeiros reclamaram durante a década de 1850 a respeito da insuficiência de braços, sobre o aumento do preço do cativo e a inconsistência do europeu como substituto do escravo, ainda sim, a tentativa de emplacar a colonização europeia prosseguiu. Segundo Kaori Kodama, com intuito de promover a colonização europeia, o governo criou a “*Sociedade contra o Tráfico e a Favor da Civilização dos Indígenas*”, em 1850, e o jornal *O Philantropo* passou a ser, na imprensa, seu representante. Políticos ligados ao Partido Liberal que defenderam a colonização e criticaram o sistema escravista eram também representados por este jornal.¹¹³ Mais uma vez, podemos perceber que a imprensa e a política estiveram imbricadas, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, por causa das alterações no sistema escravista provocado pelo fim do tráfico de escravos e pela Lei de Terras.

Alguns anos antes das leis de 1850 (Euzébio de Queiroz e Lei de Terras) entrarem em vigor, o *Minerva Brasiliense*, em 1844, publicou o artigo “*Colonização*” de Francisco de Sales de Torres Homem, o Visconde de Inhomirim, em que demonstrava a necessidade

¹¹² FILHO, Evaristo de Moraes. As ideias fundamentais de Tavares Bastos. Rio de Janeiro: Difel, 1978, pp. 170-172.

¹¹³ KODAMA, Kaori. Os debates pelo fim do tráfico de escravos no periódico *O Philantropo* (1849-1852) e a formação do povo: doenças, raça e escravidão. Revista Brasileira de História: São Paulo, v. 28, nº 56, p. 407-430, 2008.

de incentivar a vinda de imigrantes europeus como colono. As justificativas se encontravam no mesmo perfil daqueles que entendiam o quanto a escravidão prejudicava o país. Argumentos, como o atraso civilizatório, o retardo do desenvolvimento tecnológico, a pressão inglesa, o prejuízo do agricultor e as críticas ao governo, estavam presentes. Torres Homem advertiu que uma possível cessação do tráfico estava próxima e traria prejuízos alegando que a forte pressão inglesa contribuiria para tanto. O Visconde de Inhomirim cobrou dos legisladores atitudes que viessem amenizar os prejuízos dos agricultores. Para isso, sugeriu uma lei de colonização como forma preventiva através de colonos europeus. Concluiu afirmando sobre os males da escravidão:

A existência dos escravos, e o que é mais fatal à civilização, a sua continuada importação desses sertões da África, perpetua a ignorância, e a ignava em uma classe numerosa dos nossos lavradores, e torna impossível desbastar os erros, que na agricultura tem introduzido a rotina cega dos tempos passados. O escravo não tem interesse algum no aperfeiçoamento, o mesmo estímulo do lucro não punge para melhorar o método, porque desempenha a sua aborrecida tarefa, máquina caduca, embrutecido pelo seu próprio estado, e pela vida selvática, que passou na terra natal, ele não pode ser senão um imperfeitíssimo instrumento para o adiantamento da nossa lavoura, e é de todo inútil para as artes, e costei de qualquer manufatura. [...] Possa a carta, que passamos a transcrever, contribuir a despertar a esse respeito os cuidados de quem nos governa.¹¹⁴

No artigo, o Visconde de Inhomirim firma a sua posição diante de um quadro que ia se desenhando e que acabou tendo a sua construção mais determinante com a crise do escravismo no processo de transição da mão de obra escrava para a livre, durante a década de 1850. A sua avaliação era própria de um pensamento não só contrário à escravidão como também concernente para o progresso social que, provavelmente, viria com o colono europeu trabalhando nas terras brasileiras. Esse tipo de ideia, conseqüentemente, se destacou na imprensa do Império. Diante desses fatos, os historiadores Lúcia Bastos e Humberto Machado ressaltam que “a imprensa abolicionista desempenhou um papel importante na derrocada do escravismo”. Seguem afirmando que os homens da imprensa criticavam o escravismo e consideravam que a escravidão trazia a “barbárie” para o país.¹¹⁵ Junto a isso, a opinião pública se mostrou também sensibilizada com os

¹¹⁴ O artigo foi publicado na edição número 15, volume II nas pp. 448-449 em 01 de junho de 1844. Este encontra-se disponível para consulta na Biblioteca Nacional em: <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=703095&PagFis=524&Pesq=Colonisa%C3%A7%C3%A3o> Acesso em: 10/03/2017.

¹¹⁵ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das e MACHADO, Humberto Fernandes. *Op. Cit.*, pp. 361-362.

sofrimentos dos escravos, o que provocou, no Parlamento, debates contra o cativo.¹¹⁶ Em nosso entendimento, portanto, a contribuição da imprensa, principalmente depois de 1850, para que se aplicasse no Brasil o projeto de colonização europeia foi primordial nas discussões e alegações contra a ideia de colonização africana.

Em 1857, o jornal *A Carapuça*, periódico satírico como se autodeclarava, publicou em 2 de agosto uma crítica ao processo de colonização, utilizando um tom irônico humorístico em forma de anedota que provocou uma reflexão sobre a necessidade de braços para o trabalho na lavoura e a quantidade de dinheiro aplicado para este fim. Intitulada *Lembrança Chistosa*, o jornal assim declarava:

Um sujeito que veio a esta cidade pela primeira vez, desejoso de ver as maravilhas deste belo solo, pediu a um amigo que o guiasse para o dito fim. Na sua excursão extasiou-se de tudo quanto observou, e, chegando à Rua do Ouvidor, ficou encantado do primor das suas lindas lojas. Causando-lhe admiração um chapéu de palha com grandes abas e rendas que viu em quase todas as lojas, perguntou ao amigo que chapéus eram aqueles, e quem deles usava. O amigo o satisfez, dizendo-lhe que os tais chapéus denominavam-se *chapéus parteiras*, que estavam em rigor da moda, e que deles faziam uso muitas senhoras. No dia seguinte, continuando o sujeito no seu instrutivo passeio, e encontrando imensas senhoras com os referidos chapéus, parou, voltou-se para o amigo, e cheio de candidez exclamou: - Com efeito! Pelo grande número de parteiras que vejo não me resta a menor dúvida de que a procriação desta bela cidade deve de ser espantosa! E, se assim é, para que apregoa a nossa necessidade de colonização estrangeira, para qual se decretou uns 15 milhões de cruzados?! O amigo desatou a rir, e ambos prosseguiram sua jornada.¹¹⁷

A observação do periódico entre a relação da natalidade e os gastos com o processo de colonização europeia implicava em uma reflexão quanto a uma questão importante: o uso do próprio contingente populacional para o trabalho na lavoura. Conforme a interpretação do jornal, a mão de obra ociosa que poderia ser usada para suprir os braços escassos estava disponível aqui mesmo. A imprensa cumpriu, assim, uma nova atribuição, a da crítica humorística que se desenvolveu, principalmente, por causa das inovações técnicas que permitiu o surgimento da gravura. Nelson Werneck Sodré,

¹¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 363.

¹¹⁷ A edição do *A Caparuça* de 02 de agosto de 1857, disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=730114&pasta=ano%20185&pesq=lembran%C3%A7a> Acesso em: 10/12/2016.

afirma que, por consequência, fez aparecer também a caricatura, o que assegurou “novas condições à crítica e ampliaram a sua influência”.¹¹⁸

Não é de se espantar que a imprensa do império detivesse forte e determinante importância para que todos os assuntos de grande relevância estivessem estampados em suas páginas, e o processo de colonização não fugiu a essa regra.

Para emplacar a ideia de colonização africana, a mesma dependia do fracasso do projeto de colonização europeia, juntamente com a pressão por braços para o trabalho nas lavouras. Outrora, os fazendeiros tinham esses braços abundantemente por causa do tráfico. O desenvolvimento de uma mentalidade de trabalho escravo se formou e foi uma questão de sustentar a estrutura do país em cima da produção econômica proporcionada pelo café, calcado no braço africano. Assim, não causava estranheza que um discurso pró-colonização africana tentasse se sustentar mesmo depois da proibição do infame comércio de escravos. O africano passou a ser ao mesmo tempo a salvação da lavoura para uns e a desgraça da continuidade para outros. A fronteira entre o fim do tráfico e a imprensa foi equidistante, afinal não se tratou, na época, de se promover uma nova era no país em relação ao trabalho. O intuito estava calcado no aproveitamento de uma mão de obra, que mais cedo ou mais tarde chegaria ao Brasil por vias legais, para tentar diminuir o atraso.

A resistência da ordem do pensamento escravista para fins econômicos tentou manter não só a tradição de uma sociedade como também de forma lenta de evitar a perda de vez dos cativos na lida com a lavoura. É concreto afirmar que o ano de 1850 foi um marco na história brasileira para fins de estratégia, mudança e tentativa de continuidade do processo presente na sociedade brasileira do século XIX. A colonização africana ou europeia esbarrara por si só na imprensa em duas vertentes: Primeira, factível que o país precisou de mão de obra e houve a tentativa de se formar através do europeu uma nova realidade para o futuro, dentro da qual o africano não representava mais essa visão. Segunda, a ideia de trazer africanos livres como colonos não se justificou simplesmente pela carestia de braços. Era preciso dialogar entre os benefícios de um ou de outro e o que podemos afirmar foi que as divergências encostaram no entendimento legal que, a partir daquele momento, as portas estavam abertas para uma nova realidade estrutural do trabalho no Brasil.

A discussão política fez parte do processo, afinal urgiu que providências fossem tomadas. A necessidade por braços tomou o noticiário da imprensa sobre a colonização e

¹¹⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. A História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 233.

politicamente tornou-se assunto para alguns parlamentares de extrema importância. No próximo capítulo, iremos evidenciar como isto se desenvolveu.

Capítulo II - Entre a imprensa e o Parlamento: a falta de braços para a lavoura é discutida politicamente

A dualidade dos discursos entre o africano, introduzido como colono livre, e o colono europeu foi posta em debate nos principais jornais da corte, depois de 1850. Havia nos periódicos uma clara discussão no tocante à preferência da mão de obra. No Parlamento, principalmente na Câmara dos Deputados, as retóricas decorreram sobre a carência de braços, colonização europeia e os melhores meios para viabilizá-la. A lavoura sempre aparecia nas justificativas como a grande fonte de produção de riquezas para o Brasil e, por isso, era preciso fazer uma introdução rápida e eficaz de trabalhadores. Pelo menos, esse era o pensamento que coadunava no período.

O colono europeu deveria suprir o *déficit* da quantidade necessária de braços, já que com o tráfico não se poderia mais contar. Ainda assim, a mão de obra livre, às vezes, esbarrava em algumas condições. Uma delas se deveu muito aos custos de um trabalhador assalariado para o fazendeiro, mesmo que no momento da transição o valor do escravo tenha aumentado, o cativo sempre surgia como alternativa nas lavouras.¹¹⁹ Substituí-lo passou a ser a grande tarefa do governo imperial; afinal, a agricultura tinha que continuar como provedora das riquezas, era necessário solucionar o problema de forma breve e eficiente.

Rio de Janeiro e Minas Gerais conservaram a centralidade da preservação do cativo no Brasil.¹²⁰ Na província do Rio de Janeiro, portanto, possibilitou-se buscar a continuidade do africano nas lavouras do país, mesmo com a introdução em curso do colono europeu. As disputas, não só políticas, mas argumentativas nos periódicos faziam com que respostas fossem buscadas a fim de entender como resolver o problema dos braços. A imprensa esteve sempre presente nesse processo.

Neste capítulo, examinaremos o contexto de transição do trabalho escravo para o livre, tendo por base o embate entre os discursos de colonização africana e europeia na imprensa da corte. Quanto às oratórias na Câmara dos Deputados, essas surgiram como refratária do que se publicava na imprensa. Para que o objetivo fosse alcançado, a primeira parte tratará de responder o que se pensava acerca da substituição do braço

¹¹⁹ BEIGUELMAN, Paula. *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro: Aspectos políticos*. São Paulo: Edusp, 2005, p. 102.

¹²⁰ PARRON, Tâmis. *Op. Cit.*, p. 312.

escravo. Na segunda, o discurso propriamente dito sobre a urgência por mão de obra e como isto acirrou as retóricas. Já na terceira, o questionamento entre colono africano e europeu vem à baila como tentativa de direcionar a resolução do problema.

2.1 Entre perguntas e respostas: como substituir o braço escravo?

A preocupação e a indagação que pairavam politicamente e economicamente no Brasil imperial, na segunda metade do século XIX, após a extinção do tráfico de escravos, podem ser assim resumidas com a seguinte pergunta: quem seriam os melhores substitutos dos escravos nas lavouras do país, como é a melhor forma de fazer a transição da mão de obra? Um fato, no entanto, era certo. Ela havia começado e era necessário tomar um posicionamento. A solução para isso já era conhecida há algum tempo e atendia pelo nome de colonização, principalmente pela experiência vivida pelo senador Vergueiro, na década de 1840, na província de São Paulo, feita por braços livres e por europeus. A ideia era pensar a melhor forma de fazer essa transição e assim introduzir o colono europeu como substituto, pois, afinal, tudo indicava que com o fim do tráfico a escravidão no Brasil tendia a desaparecer gradativamente. A colonização por imigrantes para o trabalho, dessa forma, passou a ser a alternativa mais viável e a solução para o abastecimento de mão de obra nas fazendas de café, como indica Roselene de Cássia Martins.¹²¹

O alinhamento das questões políticas e a necessidade de satisfazer os fazendeiros estavam presentes em toda discussão que permeava sobre a solução para uma eficiente substituição do escravo e a contínua produção das zonas cafeeiras. Paula Bieguelman aponta que a introdução dos colonos no entendimento dos fazendeiros deveria ser “subvencionada como um alicerce de um abundante mercado de trabalho estrangeiro que caberia aos poderes públicos proporcionar”.¹²² Contudo, diante desse prognóstico, a controvérsia política abriu o debate e a imprensa seguiu junta, pois era o que se esperava dela naquele momento sendo a grande reprodutora em suas páginas dos acontecimentos que movimentavam os interesses da elite. Foi uma função de dar publicidade às notícias onde, segundo Marialva Barbosa, as informações passaram a sair da esfera privada para

¹²¹ MARTINS, Roselene de Cássia Coelho. *Colonização e Política: Debates no final da escravidão*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, p. 62.

¹²² BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo: Terceira Margem, 2003, p. 14.

o âmbito público, criando, assim, uma comunicação ampliada para atingir o maior número de pessoas.¹²³

Em 23 de agosto de 1850, o *Jornal do Commercio* reproduziu as falas da sessão do Senado, de 19 de agosto, que discutiu o “*Orçamento da receita e despesa geral para o ano financeiro de 1851 a 1850 - Terras devolutas e colonização*”. Chamou-nos a atenção a fala do senador D. Manoel:

[...] Senhores, que medida se deve tomar já que para ocorrer a uma necessidade que a lavoura vai sentir imediatamente? O Senado acaba de aprovar as emendas da Câmara dos Srs. Deputados relativas ao tráfico; é de presumir, é mesmo de crer que o tráfico vai sofrer uma considerável repressão, e Deus permita que assim se verifique. Ora, desde que principiar a repressão enérgica e forte que o governo deve fazer, e principiar a sentir-se a falta de braços para a lavoura, com que se há de suprir esta falta? Com a introdução de colonos. E como hão de introduzir esses colonos? Pagando-se as suas passagens, adiantando-lhes, ou ao menos fornecendo-lhes alguns meios deles transportarem-se para o país. [...]¹²⁴

Para o senador, a melhor forma para suprir os braços escravos era por meio de colonos. O que, no entanto, queremos enfatizar diz respeito à construção da ideia de colonização africana que, apesar de não aparecer contundentemente, foi se moldando como tentativa de se estabelecer a uma opção viável de mão de obra. A prioridade era mesmo para trabalhadores livres, como estava estipulado no Artigo 18 da Lei de Terras de 1850¹²⁵, e as questões se estabeleceram à medida que aumentavam as dificuldades de se suprir a carência de trabalhadores para a lavoura. Chama-nos a atenção que o Artigo 18 falava em colonos livres, mas não especificava a sua origem, o que nos leva a pensar na hipótese de que o discurso de colonização africana pode ter sido promovido embasado na lei.

No entendimento de Emília Viotti da Costa, os fazendeiros do Oeste paulista tinham um entendimento diferente daqueles do Vale do Paraíba fluminense e paulista em relação à melhor forma de colonização. Estes últimos acreditavam que o processo era

¹²³ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 21.

¹²⁴ A edição do *Jornal do Commercio* de 13/08/1850, disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_04&pasta=ano%20185&pesq=bra%C3%A7os%20para%20a%20lavoura> Acesso em: 20/12/2016.

¹²⁵ O Artigo 18 da Lei de Terras de 1850 estabelecia o seguinte texto: O Governo fica autorizado a mandar vir anualmente à custa do Tesouro certo número de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agrícolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração pública, ou na formação de colônias nos lugares em que estas mais convierem; tomando antecipadamente as medidas necessárias para que tais colonos achem emprego logo que desembarcarem.

mais compatível com a pequena propriedade, ideia amplamente defendida por Lacerda Werneck em artigos veiculados na imprensa. Não por acaso ele era herdeiro do barão Paty do Alferes, um importante fazendeiro do Vale.¹²⁶

Em 1855, o *Almanak Laemmert* divulgou um interessante texto desse autor intitulado “*Breves considerações sobre a posição atual da lavoura do café*”¹²⁷, no qual de modo crítico analisou a produção cafeeira quanto a sua história, aos seus problemas e necessidades, afirmando, inclusive, a sua vocação como produtora de riquezas ao país. Ao longo desse texto, podemos destacar ainda que ele atribuiu a carência de braços à proibição do tráfico de escravos. Não mencionou, ainda assim, a possibilidade do seu retorno, mas não deixou de criticar a colonização europeia e de destacar a importância do africano para o trabalho na terra:

A lavoura de café uma das grandes fontes de riqueza pública e privada do país, tem caminhado por uma vereda escabrosa e cheia de adversidades. [...]

Na atualidade das circunstâncias críticas que pesam sobre a lavoura, achamos oportuno aventurar algumas ideias de sua posição. Será um brado que se perderá no espaço, e que tem seguramente de passar despercebido? Confiamos, todavia que a publicação dessas observações terá um merecimento não inferior ao que de outras por aí se inculcam e recomendam. A lavoura do café, onde se acha comprometida tão grande soma de interesses, experimenta hoje uma verdadeira crise, proveniente da ação simultânea de várias causas. [...] Os portos da costa da África, donde procedia essa colonização que prestou a lavoura serviços sem dúvida insubstituíveis, hoje nos estão irremediavelmente fechados. Há muitos anos daí não vem um único escravo. [...] A escravatura que vem do Norte poderá formar um contingente, mas não construir um esforço tal de braços que seja suficiente para dar impulso aos trabalhos e fazer progredir as tentativas na direção gloriosa a que elas tinham visado. Fechados os portos da África, importando hoje os escravos preços excessivos, não vê a lavoura um meio de sair de tal embaraço. A colonização europeia, e os meios de leva-la efeito, têm preocupado os ânimos da lavoura, que tem recuado diante das dificuldades que se antolham e das improbabilidades de sucesso. Perante as despesas necessárias para promover a colonização, a fortuna de um indivíduo é pouco, a de uma classe com a lavoura apenas um contingente, é preciso mais, é necessário a fortuna de um estado, de uma nação. [...]

Lacerda Werneck, como importante fazendeiro, fez nessa publicação exprimir não só suas preocupações, mas uma análise sobre as dificuldades enfrentadas pelos

¹²⁶ COSTA, Emilia Viotti da. *Op. Cit.*, pp. 111-112.

¹²⁷ O artigo encontra-se na seção suplemento do almanaque das páginas 93 a 109.

Disponível em: <objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak/al1855/00001000.html> Acesso em: 02/12/2016.

proprietários de terras. Mesmo sem fazer menção à volta do tráfico de escravos, demonstrou desassossego em relação à nova realidade. No que concerne à colonização europeia, pareceu provocar desânimo, já que esta esbarrou em sucessivas dificuldades. Mesmo sem mirar na colonização africana, a expressiva de análise de figura importante da sociedade, poderia provocar reflexões em relação à tentativa de trazer o africano novamente. Ele deixa claro que as circunstâncias vigentes trouxeram custos significantes aos agricultores. Como vemos, a cobrança por trabalhadores estimulou que a permanência de antigos costumes fosse tentada. O africano poderia ser a solução diante de tamanhas dificuldades.

O Brasil dependia da agricultura e isso estava muito claro nas ideias desses fazendeiros, até porque, como ressaltou Caio Prado Júnior, “o trabalho escravo, a disposição das classes e categorias da sua população e o estatuto particular de cada um dos indivíduos, compuseram os elementos fundamentais e comuns da grande lavoura brasileira”.¹²⁸

As imbricações do modelo de colonização, depois de 1850, não foram muito bem amarradas politicamente, tanto que possibilitou formas para burlar o sistema vigente em vigor e tentar a manutenção da mão de obra escrava como a melhor solução e, se não fosse o caso, africanos como colonos. Segundo José Murilo de Carvalho, a Lei de Terras mostrou duas vertentes, a incapacidade de o governo central aprovar e implementar medidas contrárias aos interesses dos proprietários e a falta de unidade da classe proprietária.¹²⁹ Isso fica evidente, quando percebemos os discursos de colonização europeia e africana, mesmo que o primeiro tenha sido colocado em prática e o segundo não passado apenas de uma ideia. É necessário que possamos compreender por que determinados periódicos compraram a ideia da colonização africana e a veemência com que foi tratada pelo jornal *O Paiz*, em 1860. É certo que a dimensão política tomou conta da década de 1850, esse momento foi da defesa contínua da abolição do tráfico e propostas de garantias que o sistema de colonização, promovido pelo governo, prosperasse. *O Paiz*, apesar disso, não parecia crer que colonos europeus solucionariam o problema da carência de braços nas lavouras.

O estudo da escravidão nos permite preencher lacunas, como a ideia de colonização africana, e para isso temos que nos atentar para situações e circunstâncias. Nesse caso, não podemos nos distanciar do objeto, e a nossa proposta é direcionada em

¹²⁸ JÚNIOR, Caio Prado. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 2008, p. 141.

¹²⁹ CARVALHO, José Murilo de. *Op. Cit.*, p. 350.

ouvir as vozes do parlamento e as vozes da imprensa imperial, uma audição silenciosa, ou seja, interpretar os fatos através das leituras dos registros impressos e trazê-los à luz. Assim como temos perguntas que merecem ser respondidas, o deputado Barros Barreto acerca da colonização proferiu as suas, na sessão de 15 de julho de 1854 da Câmara dos deputados:

[...] Eu disse que a cessação do tráfico tinha deixado um grande vácuo na lavoura, vácuo que não pode desde já preenchido, e que, entretanto, é mister preencher. Mas, qual será o meio de preenche-lo? Será por meio da introdução de colonos que trabalhem de parcerias com os escravos nas nossas fazendas? A colonização estipendiada para este fim, é em meu humilde entender, uma verdadeira utopia (apoiados); a existência da escravatura, senhores, tem aviltado entre nós o trabalho; é como sabido, repugna com a condição do homem livre emprega-se a um trabalho no qual se empregam homens de condição muito diversa, e ainda mais de condição avilta como são os escravos. Mas, dando de barato que o governo do país estivesse disposto a promover a colonização por este sistema, quais seriam as consequências dele? Quais não seriam os abusos que daqui resultariam, praticados não só pelos fazendeiros pouco conscienciosos contra os colonos, como pelos agentes do governo contra os fazendeiros? Eu creio que estão ao alcance de todos os inconvenientes que daqui resultariam. Qual será, pois, o meio de preencher o vácuo? [...]¹³⁰

Todavia, nove anos antes das indagações de Barros Barreto, em 1845, na sessão do dia 9 de junho, Souza Franco já havia demonstrado sua preocupação com os rumos da lavoura e explanava que o sistema de colonização era uma necessidade para o império. Trazia alguns questionamentos semelhantes aos apontados por Barros Barreto e fazia uma analogia, como se o país fosse um corpo humano doente, sendo a agricultura sua força, na qual era preciso administrar um remédio:

Fixado neste ponto, é que podemos entrar fracamente na questão e de dar voto livre; direi a respeito do sistema de colonização tentada, ou antes mais uma vez repetida, e provavelmente sem fruto como as outras, que ele não pode satisfazer as necessidades do império. É fora de dúvida, e a câmara toda está convencida comigo, que a colonização está principalmente o futuro do império. (Apoiados). Mas que espécie de colonização, ou como será ele dirigida, eis aí a grande questão. Se lançamos mão os olhos para o Estado do Brasil, nós vemos que ele definha, as forças lhe faltam, e a agricultura, que é o principal ramo de riqueza que temos, esmorece, e corre o risco de perecer totalmente por falta de braços. A questão é, portanto, como chamar ao país braços que venham empregar-se na agricultura e rotear com o proveito as terras? E principalmente a grande questão é esta outra, como supriremos a falta

¹³⁰ A íntegra da fala do deputado Barros Barreto, disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=132489&PagFis=35338&Pesq=trabalho%20livre> Acesso em: 05/12/2016.

de braços africanos, e terão nossos agricultores quem continue os trabalhos em que se empregão e sustentem os atuais estabelecimentos? Eu considere o país como um corpo humano a quem faltam forças necessárias, e vão definhando as que ainda tem, e...

O Sr. Junqueira: Qual é?

Souza Franco: A força vital de um país, o trabalho e especialmente o preciso à agricultura é que nos vai faltando, assim como um corpo humano falta a força vital, a força em geral, e o remédio preciso será vivificar o corpo, fortalece-lo...

O Sr. F. Leite: Será a colonização africana?

Souza Franco: Não é a colonização africana, e o honrado deputado daria pouca ideia dos seus conhecimentos se continuar a dar a entender que não há recursos de que se lance mão, e outros sistemas de colonização, além do que temos adotados sem fruto algum.¹³¹

É interessante perceber que a construção de um discurso sobre a carência de braços foi ganhando corpo e uma dinâmica. Os senhores deputados procuraram indicar a melhor maneira de se fazer a substituição da mão de obra e a colonização era fato que não se poderia voltar atrás no processo. Souza Franco repugnou a pergunta de F. Leite quanto à colonização africana. Isso demonstra que, na década de 1840, a ideia rondava a Câmara, até porque, nesta mesma época, era conhecida a experiência em São Paulo de Nicolau Vergueiro com colonos vindos da Europa. Havia, ainda, a preocupação com os prejuízos econômicos por causa da crise da falta de trabalhadores. Isto era algo recorrente, pois, afinal, como muitos políticos acusaram, a lavoura se destacava como a produtora de riquezas. Em 1851, o Visconde de Olinda discursou no Senado sobre a questão do trabalho livre e do escravo, anunciando que em sua opinião:

Declaro francamente que, qualquer que seja o juízo que se faça dos meus princípios, para mim é problemática a questão da preferência do trabalho livre sobre o trabalho escravo. Eu não trato da indústria em geral; encaro a questão sempre em relação ao nosso país, que é o que nos importa, em relação a nossa agricultura, que é a nossa verdadeira indústria. Para mim é problemática a questão.¹³²

Em sua fala, o Visconde de Olinda, político saquarema, destaca que a transição entre o trabalho livre e o escravo era um problema a ser enfrentado. Em uma sociedade escravista, como a do Brasil imperial, vencer esse pensamento e romper paradigmas não parecia ser uma missão fácil a ser conquistada. O problema da mão de obra foi se

¹³¹ A íntegra da fala do deputado Souza Franco de 09/06/1845 na Câmara dos Deputados, disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=132489&pasta=ano%20185&pesq=Colonisa%C3%A7%C3%A3o%20africana> Acesso em: 15/12/2016.

¹³² Anais do Senado: Sessão de 28/05/1851, p. 408, disponível em: <www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1851/1851%20Livro%201.pdf> Acesso em: 05/01/2017.

agravando à medida que não eram supridas as necessidades pela colonização de imigrantes, principalmente com os europeus. Isso nos leva a pensar que construir um discurso sobre uma ideia de colonização africana passou pela dinâmica de uma sociedade acostumada a lidar com o escravo. No entanto, a hora de romper com o estigma da escravidão havia chegado definitivamente com a abolição do tráfico. Isso, porém, não impediu que tivéssemos o engajamento nos discursos pró trabalho escravo, concernente com a preocupação de permanecer ativa e lucrativa a produção agrícola do café e de outros gêneros alimentícios.

Como podemos perceber, toda questão que envolveu a carência por braços se refletiu no parlamento e na visão de Tâmis Parron, entre 1849 e 1854, os “políticos e letrados coevos” viram a oportunidade de se pedir o fim da escravidão depois da extinção do tráfico.¹³³ Essa ideia remete diretamente ao que a imprensa noticiava em relação à demanda de mão de obra e suas dificuldades que imbicavam na questão da colonização. O fim do tráfico e o entendimento para o término imediato da escravidão dimensionaram e aumentaram os questionamentos em relação as complicações que passava a agricultura. Mesmo assim, contrariando esse pensamento sobre o fim do tráfico e término da escravidão, o questionamento esbarrava na problemática da mão de obra que fez surgir, por consequência, todo o tipo de argumentos para que o problema fosse resolvido. Por isso, não é de se estranhar que a tomada de posição em favor daquilo que se acreditava como o melhor para a lavoura fosse surgindo como justificativa para a deficiência do sistema de colonização. Esse é o caso do periódico *A Patria* que alertou sobre o seu posicionamento em relação à colonização em 1857:

Lembrados estarão os nossos leitores de que no ano de 1855, tratando da lavoura, apontamos como uma necessidade de momento a conveniência de organizar-se um sistema de colonização africana, que nos desse braços de que carecíamos, por isso que nas circunstâncias em que nos achamos, e com os hábitos da rotina agrícola do nosso país, muito difícil era satisfazer as nossas exigências agrícolas a colonização europeia. Então apresentávamos mesmo alguma coisa, que podia talvez servir a indicar o modo porque tal colonização se pudesse fazer, calando por conveniência as medidas regulamentares que a respeito devessem ser tomadas.¹³⁴

¹³³ PARRON, Tâmis. *Op. Cit.*, p. 307.

¹³⁴ Edição de 15 de janeiro de 1857 do *A Patria*, disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830330&pasta=ano%20185&pesq=Colonisa%C3%A7%C3%A3o%20africana> Acesso em: 10/12/2016.

Uma justificativa para o comportamento pró-colonização africana pode ser vista no problema de uma espécie de tradição ou costume dos tempos coloniais no uso e trato da mão de obra escrava nas lavouras e nas áreas urbanas. No entendimento de Emília Viotti da Costa, “o nível de vida do escravo era ditado pelo interesse do senhor”¹³⁵, portanto, lidar com o estrangeiro livre requereu novos desafios na condução de um trabalhador assalariado que teria um comportamento diferente e novo em um país agrícola de mentalidade escravista. Nessa mentalidade, tinha ainda o fato de que ter escravo dava ao proprietário *status* social, o que pertinentemente aponta Emília Viotti da Costa referindo-se a essa situação como “prazer de sentirem-se importantes e serem apontados pela coletividade como pessoas de relevo e projeção”.¹³⁶ Todavia, no pós-tráfico de 1850, houve um deslocamento social significativo que deveria ser rompido, surgiu conseqüentemente, nesse momento, a necessidade de adequar os colonos europeus e os grandes proprietários a conviverem na nova perspectiva de trabalho que se avistava.

Provavelmente, os defensores da colonização africana não estiveram dispostos em romper com o *status quo* presente na mentalidade escravocrata de gerações no Brasil. O africano livre, sim, mas o europeu assalariado, não, o negócio era a tentativa da continuidade daquele trabalhador que sempre cumpriu com as expectativas do trabalho duro das lavouras. Paula Beiguelman afirma que, durante o período da introdução de colonos europeus, esse tipo de trabalhador tentava o descumprimento do contrato assim que se via “frustrado nas suas expectativas econômicas”, o que provocava críticas ao sistema e ainda “atribuíam os atritos e desajustamentos à falta de qualificação do elemento introduzido”.¹³⁷ Seguindo o raciocínio, portanto, o jornal *O Paiz*, em 1860, assim afirmou sua descrença no trabalhador europeu:

Em lugar de quarenta ou cinquenta mil africanos, isto é, em lugar desse quarenta ou cinquenta mil braços introduzidos anualmente e que únicos se podiam empregar na lavoura com grande vantagem para ela e para o país, importaram-se mil ou dois mil alemães, refugio das cidades e cadeias da Alemanha, homens sem amor ao trabalho, sem a robustez indispensável para suportar a intensidade do calor do nosso clima, antipáticos as nossas instituições e ao nosso modo de viver, e além de tudo isto por preços fabulosos!¹³⁸

¹³⁵ COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Unesp, 2010, p. 70.

¹³⁶ *Idem*, *ibidem*, p. 70.

¹³⁷ BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. São Paulo: Edusp, 2005, pp. 102-103.

¹³⁸ Edição do *O Paiz* de 17 de março de 1860, disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364843&pasta=ano%20186&pesq=Colonisa%C3%A7%C3%A3o%20africana> Acesso em: 16/12/2016.

A proposição em usar a mão de obra estrangeira como solução para conter a escassez de trabalhadores na lavoura teve a participação direta do governo em forma de projeto, algo que já frisamos, e discursos por parte dos representantes do Estado como os dos ministros do império. Eles eram a voz do governo e trataram a questão que afligia os grandes proprietários como uma prioridade. Novamente trago para a discussão os relatórios do Ministro dos Negócios do Império, Luiz Pedreira do Couto Ferraz. No item que tratava sobre a colonização, ele fez diversas considerações. Uma era, contudo, especialmente citada, a preocupação de o governo promover a colonização e solucionar a deficiência de braços. Mostrou, pois, que a colonização europeia iria resolver a situação e vislumbrou, como plano para o futuro, uma colonização espontânea onde o governo não teria despesas em trazer esse tipo de trabalhador. Essa projeção para o futuro diz respeito a estimular a entrada de mão de obra livre assalariada preenchendo o lugar do escravo naturalmente e invertendo o processo. Couto Ferraz, em 1855, fez questão de frisar em seu relatório anual:

[...] As circunstâncias do país são hoje em verdade extraordinárias, e muito diferentes do que era o ano passado na época em que escrevi o meu relatório. Elas por sem dúvida legitimam uma exceção, ou antes um ensaio, que, em nada destruindo o sistema adotado, como regra, pelo Governo; provará todas as luzes aos nossos lavradores, que sua sorte não está abandonada, e que sim como os poderes do Estado nas grandes calamidades socorrem as povoações sofredoras livrando-as, e atenuando-lhes os males procedentes da fome e da peste, assim também quando veem iminente uma crise, que pode ser fatal à lavoura, tratam socorrê-la, e não a abandonam a seus únicos esforços. Em face de motivos tão poderosos e da gravidade do perigo não hesito em francamente solicitar de vosso patriotismo os meios ou recursos indispensáveis a fim de habilitar-se o Governo para, sem deixar de parte a ideia principal de fundar e desenvolver grandes núcleos de colonos proprietários, promover também a importação de colonos europeus para o serviço das fazendas e estabelecimentos rurais, pelo tempo que e de crer seja muito curto, e que for indispensável para encaminhá-la, e para animar os nossos proprietários rurais e comércio a fazerem, como é mais natural, inteiramente à custa dos recursos particulares. [...] ¹³⁹

Já no relatório de 1856, o ministro abriu suas argumentações de maneira afirmativa sobre o empenho do governo em priorizar a colonização, afirmando:

¹³⁹ O relatório de 1855 do Ministro do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz, disponível em: <brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1728/000089.html> pp. 87-88. Acesso em: 18/12/2016.

Considero a colonização como um dos objetivos de mais vital interesse para o país, tem o governo prosseguido com o mais decidido empenho na tarefa de concorrer para o seu maior desenvolvimento. [...] ¹⁴⁰

Era claro o fato de que o governo queria a colonização europeia com trabalhadores livres e o discurso não poderia ser diferente. Havia a perene afirmação de que o trabalhador livre era melhor que o escravo, sem falar na condição de que a escravidão transpassava ao país, a barbárie. O estigma dessa condição para a nação teria que perecer, o quanto antes, a necessidade de demonstrar que o Brasil era civilizado perpassava pelo discurso em defesa da colonização, principalmente a que traria europeus. O periódico *O Correio da Tarde*, no ano de 1857, destacou justamente esse cenário de civilizado citando o progresso trazido pela colonização europeia *versus* colonização africana, afirmando:

[...] Reflitamos ainda que nós devemos atender a que não somos colônia de país algum, e que constituímos uma nação, e, como povo que quer progredir, devemos cortar os elementos que abstém o progresso, e não aumentá-los, e perpetuá-los. A colonização europeia começando pelos pontos habitados, e infiltrando-se por meios naturais, irá estender-se como passo firme, dando incremento muito útil à população livre, criando um poderoso corretivo contra o elemento da escravidão: a colonização africana agravaria em súbito grau os males desta, e tornaria impossível a colonização europeia. ¹⁴¹

A colonização africana surgiu nos discursos como um desejo e um projeto para socorrer os fazendeiros que careciam de trabalhadores para tocarem seus empreendimentos. Outro aspecto desse processo, da baixa do número de braços para a lavoura, também pode ser atribuído à epidemia de cólera de 1855 e 1856. Segundo Kaori Kodama apareceu na época uma percepção de que “a alta mortalidade entre escravos e “pessoas de cor” era constatada em todas as partes do império, tanto por médicos como pela percepção popular”.¹⁴² Dessa forma, a baixa no contingente possivelmente impulsionou o pedido de urgência e providência para resolver o problema da mão de obra. A epidemia é apenas mais um ingrediente quanto à forma de substituir a população

¹⁴⁰ O relatório de 1856 chama atenção para vários aspectos, dentre eles podemos destacar a atuação da Associação Central de Colonização e seu trabalho na introdução de 50 mil colonos através de contrato firmado com o governo, com a promessa de introduzi-los no prazo de cinco anos. Há também a descrição das obrigações desta associação. Disponível em: <brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1729/000022.html> pp. 20-31. Acesso em: 19/12/2016.

¹⁴¹ A edição de 7 de outubro de 1857 do jornal *O Correio da Tarde*, disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090000&pasta=ano%201857&pesq=Colonisa%C3%A7%C3%A3o%20africana> Acesso em: 20/12/2016.

¹⁴² KODAMA, Kaori. Mortalidade escrava durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-1856): uma análise preliminar. Revista: História, Ciência, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 19, supl., dez. 2012, pp. 59-79. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/hcsm/v19s1/05.pdf> Acesso em: 23/12/2016.

escrava pela livre assalariada, ou seja, tomar uma providência rápida para a entrada da quantidade satisfatória de trabalhadores. Vale frisar que a epidemia de cólera avançou também sobre a população livre, e as baixas provocadas por ela seguiram como mais um argumento igualmente que sustentava o rol de providências a serem tomadas para evitar os prejuízos econômicos que tanto preocupavam os grandes fazendeiros.

Falar sobre colonização africana era, prioritariamente, tomar cuidados necessários para deixar claro que o desejo se fincava no africano livre. Na realidade, havia um modo velado de se tratar o assunto, afinal, depois do emblemático ano de 1850, qualquer forma de introdução de mão de obra vinda da África era vista com ressalvas. Na imprensa, por exemplo, no jornal *A Patria*, o alinhamento do pensamento estava na introdução do colono africano livre para substituir o escravo. A justificativa pairava sobre a adaptabilidade do africano ao trabalho da lavoura no Brasil, coisa que, segundo o jornal, não era um traço tão forte no europeu. Propôs, também, que o europeu entraria como colono em outra etapa, afinal havia a urgente necessidade de trabalhadores que estivessem aptos para o desenvolvimento rápido no duro trabalho exercido na agricultura. Não estava em jogo a utilização do africano como escravo, a finalidade era como colono com o intuito de se manter as bases vigentes de convivência entre o fazendeiro e o trabalhador assalariado, nesse caso, o negro. Essa argumentação girou em torno de uma resposta às críticas do *Jornal do Commercio* contra a ideia de colonização africana e a proposta à Assembleia Provincial do Rio de Janeiro para discutir um projeto de lei para a introdução de colonos africanos na província. *A Patria*, conforme podemos vislumbrar, não se conteve em responder o quanto seria importante que tal projeto fosse votado e colocado em prática usando suas mais pertinentes justificativas para que, enfim, uma colonização africana temporária fosse implementada.¹⁴³

Braço africano ou braço europeu? Essa pergunta era recorrente entre a imprensa e a política, no entanto, o assunto já estava consumado para o projeto de colonização europeia e um suposto projeto de colonização africana não passou de uma ideia. O que suscitou, porém, a iniciativa de se buscar uma colonização africana ao lançar uma ideia para transformá-la em projeto? A perspectiva de que o governo vinha falhando na introdução de colonos europeus para suprir a mão de obra carente em quantidade suficiente depois da extinção do tráfico. Esse discurso ganhou fôlego e justificativas.

¹⁴³ Edição do jornal *A Patria* de 6 de outubro de 1857, disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830330&pasta=ano%20185&pesq=colonos%20africano s> Acesso em: 12/01/2017.

Apesar disso, o que percebemos era o fato da insistência de substituição do escravo pelo trabalhador assalariado, mesmo que o projeto esbarrasse em dificuldades. Naquele momento, retroceder e permitir a entrada de africanos, mesmo como colonos, era visto como um risco em transformar um cenário novo que se moldava em um antigo ultrapassado, ou seja, o não rompimento com o passado terrível proporcionado pelo comércio de escravos.

Contrariando essa lógica, o deputado Athayde, aproveitando a presença do ministro da Fazenda, Bernardo de Souza Franco, que era político do Partido Liberal, na sessão da Câmara dos deputados em 16 de agosto de 1858, propôs um ensaio para a colonização que consistia em uma forma de fornecer colonos aos agricultores através da entrada de pelo menos 300.000 trabalhadores. Para isso, o governo deveria comprar e indenizar os senhores das províncias onde existiam escravos em menor número. As contempladas para o ensaio — Pará, Alto-Amazonas e Rio Grande do Sul — fariam a transferência de escravos para as que necessitassem. O ministro da Fazenda, apesar disso, indagou sobre o número de escravos que seria de 60.000 em um valor de 60.000:000\$000. O deputado providencialmente concluiu:

[...] Não entro agora nesta conta. Mas deste ensaio ainda resulta uma outra conveniência pública, conveniência que não deve ser desprezada, é que arredando esses escravos, poderia o governo, que é sempre imitador, que não duvida andar logo, as vezes sem a necessária prudência, imitando tudo quanto se faz no estrangeiro; poderia, digo, imitar o procedimento do governo francês; podia entrar em negociações com esse governo, ou ainda com governo inglês, relativamente à introdução de colonos africanos para aquelas províncias do sul e norte do Império. E com isto não havia o menor risco, o menor embaraço, pois que aqueles governos os não têm encontrado; podiam esses colonos serem empregados, digo, nas províncias de que falei, com muita vantagem para seus habitantes e para o país em geral. Chamo também a atenção do senhor Ministro para o estado de ruína que ameaça a nossa lavoura. Entre nós há uma espécie de galvanismo em quase tudo; há um passar magnificamente bem, que de fato só existe na aparência, há saldos, mas duvidosos; há crescimento de rendas que me parecem romances. Acabando de demonstrar que o resultado necessário da falta de braços é a decadência da produção, a dificuldade em que atualmente estamos pelos elevados preços da alimentação; pergunto, como pode o senhor Ministro, em boa consciência, contar com grandes recursos no provir, sabendo que eles estão adstritos à sorte da produção do país? E desde que a produção decair, desde que na balança comercial não houver diferença ou saldo em favor do país, poderá o tesouro fazer

face, já não digo as despesas de utilidade secundária, mas às indispensáveis à ordem e segurança pública? [...] ¹⁴⁴

O argumento foi direcionado para abastecer as regiões onde o número de escravos era menor por colonos, conforme citamos. Assim, na lógica do ensaio do deputado Athayde haveria uma cobertura entre as áreas, ou seja, lugares que necessitavam mais dos escravos, sul e norte, ficariam com eles, enquanto as demais seriam abastecidas de mão de obra promovida pela colonização europeia. Parece-nos uma forma de contemplar as urgências referentes ao trabalho na lavoura, as principais regiões do país, assim, estariam cobertas. A carência por braços na lavoura passou a sustentar todo o tipo de argumentação com o intuito de resolver o problema. Em nosso entendimento, a questão financeira urgiu como fundamental. Na tentativa de o deputado convencer o ministro, a continuidade do trabalho escravo nos indica um caminho plausível. Ele tentou despistar essa intenção citando as iniciativas de França e Inglaterra em abastecer suas colônias no Caribe com africanos. Essas colônias caribenhas tinham no africano todo o substancial trabalho. Esse indivíduo com o passar do tempo foi emancipado. Não havia, no entanto, por força da lei, a menor chance de esse trabalhador tomar as rédeas do seu destino, mesmo que livre fosse. Segundo Eric Foner, todo o controle estava nas mãos do fazendeiro branco com os processos econômicos e jurídicos devidamente controlados através de restrições.¹⁴⁵ Parece-nos apropriado o parlamentar salientar para este tipo de experiência no Brasil, pois a situação estaria sob o julgo do fazendeiro.

Juntamente ao lucro proporcionado pelo escravo havia o lado das despesas, pois se adoecesse, o senhor teria de providenciar a cura de sua propriedade. A alimentação também era por sua conta, e a necessidade de produção em larga escala do café não permitia que os escravos esmorecessem no trabalho da terra. A dinâmica servil parecia imbatível aos olhos da produção. Sendo assim, os planteis, durante a época de abundância da entrada de africanos no Brasil, foram inundados dessa mercadoria. Foi uma questão de riqueza, a lavoura de café e o fazendeiro dependiam da produção não só como acumulação de capital, mas também como posicionamento social. Emília Viotti da Costa afirma que mesmo com o tráfico proibido houve dificuldade de manter a repressão. Isso se deu diante das solicitações tanto dos fazendeiros de café do Vale do Paraíba como os da região

¹⁴⁴ A íntegra da fala do deputado Athayde em 16 de agosto de 1858, disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=132489&pasta=ano%20185&pesq=colonos%20africanos> Acesso em: 28/12/2016.

¹⁴⁵ FONER, Eric. Nada além da liberdade: emancipação e seu legado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 45-53.

centro-oeste paulista para a obtenção de mão de obra do africano.¹⁴⁶ Questões como essa, apontada por Viotti da Costa, fazem-nos compreender os motivos empregados nos discursos na imprensa e na política sobre a colonização. Mesmo que não tão veemente, a colonização africana era pedida, mas também impedida de se realizar sobre o signo da volta sistemática do comércio de escravos.

Na ordem escravista vigente, não podemos deixar de notar que o projeto do governo para a colonização, de certa forma tentou inibir o crescimento no investimento em africanos. Algo logo percebido pelos proprietários de terras. Essa discussão girou em torno do poder político e, no entendimento de Tâmis Parron, “não se pode ignorar a centralidade do eixo Rio de Janeiro-Minas Gerais para a preservação do cativo nos quadros do Estado nacional brasileiro.”¹⁴⁷ A afirmação demonstra que o país estava entre a lógica de manter um sistema escravocrata e romper de vez com ele. A colonização europeia era a solução, mas para isso deveria vencer a desconfiança quanto à eficácia do trabalho do imigrante europeu em vias de um sistema antigo e que mantinha a ordem vigente. Depois de 1850, uma política para a entrada de colonos estava estabelecida, mas precisava ser adequada. Aproveitando a situação do momento, a pergunta pode ser feita no seguinte questionamento: por que esses colonos não poderiam ser africanos livres? Os jornais da época e os políticos procuraram responder a essa pergunta. *A Patria e O Paiz* se colocaram no meio com a resposta pronta.

2.2- Precisamos de colonos, pois a lavoura vai mal!

Sobre as influências dos debates promovidos na época quanto à premência de braços para a lavoura, provocado pelo fim do tráfico de escravos, podemos destacar que para Emília Viotti da Costa desde a Independência com “a questão da emancipação dos escravos, veio à baila o problema da necessidade de braços para a lavoura”.¹⁴⁸ Conclui que as classes senhoriais eram dependentes do trabalho escravo, e a busca por mão de obra recaía sobre a estrangeira como alternativa. A pertinência de se procurar uma nova opção para o trabalho do cultivo das terras que, inclusive estava prevista em lei por meio da colonização, denominou novas facetas utilizadas pelos fazendeiros com a finalidade da produção agrícola através da mão de obra escrava ou livre. Em 18 de maio de 1855, o

¹⁴⁶ COSTA, Emília Viotti. *Op. Cit.*, pp. 85-87.

¹⁴⁷ PARRON, Tâmis. *Op. Cit.*, p. 312.

¹⁴⁸ COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 107.

deputado Sayão Lobato chamou a atenção para a crise vivida por causa da escassez de braços afirmando:

[...] É por certo de muita ponderação a circunstância da guerra europeia, mas infelizmente não é para nós a principal causa que ameaça de um futuro desastroso as finanças do país; essa está no interior: é o crítico estado da nossa lavoura; é a progressiva falta de braços e o quase nenhum suprimento de braços escravos que nos vão faltando por braços livres. É por aí que a renda pública se vê ameaçada na sua principal base, e isto resultará imediata e diretamente não só o desfalque da nossa renda, como um grande vexame que cairá sobre toda população, seguindo-se também necessariamente um grande aumento de despesa. Sr. presidente, definhando a lavoura com falta de braços que roteiem as terras, sendo ela a principal indústria do país, a fonte de toda nossa riqueza particular e pública deve minguar necessariamente a renda.¹⁴⁹

O deputado demonstrou preocupação com a lavoura e a falta de braços, fala recorrente entre os políticos e nos jornais. A sua explanação expressou que, se nada fosse feito, certamente as finanças do país sofreriam um baque. A discussão estava colocada no que se refere à urgência de se promover o projeto de colonização europeia que o governo havia prometido, inclusive era algo garantido pela Lei de Terras no seu Artigo 18. O passo de suprir a mão de obra não poderia ser transformado em frustração para os proprietários de terras.

O discurso da escassez de braços para o trabalho na lavoura surgiu na década de 1850 como se fosse uma ladainha proferida incessantemente na missa de domingo. Mais do que um discurso, não havia uma prova empírica para justificar tamanhas lamentações. Era uma forma de manter viva a dinâmica escravista, entretanto, Lúcia Bastos e Humberto Machado destacam que a escravidão era cada vez mais questionada, havia dificuldade para a reposição da mão de obra, algo que atingia até mesmo as regiões mais novas no cultivo do café. A solução para resolver o problema e preservar a estrutura de produção estava na figura do imigrante europeu. Os proprietários justificavam a falta de braços para manter o processo.¹⁵⁰

Na contramão do pensamento pragmático, esteve o estatístico Sebastião Ferreira Soares. Dentre as funções de relevância que assumiu em sua vida pública, estava a de comendador da ordem da Rosa, membro do IHGB, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, dentre outras. Formado em ciências físicas e matemáticas da antiga Academia

¹⁴⁹ A íntegra da fala do deputado Sayão Lobato na Câmara dos Deputados na sessão de 18/05/1855, encontra-se na Biblioteca Nacional disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=132489&pasta=ano%20185&pesq=%C3%89%20por%20certo%20de%20muita> Acesso em: 15/11/2016.

¹⁵⁰ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das & MACHADO, Humberto Fernandes. *Op. Cit.*, p. 164.

Militar, entrou para o serviço da Fazenda como escriturário do tesouro. Foi também fundador e secretário do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. Além do extenso e relevante currículo, ainda escreveu alguns livros. Seu cargo de maior relevância ocupado, em nosso entendimento, foi o de diretor geral da Repartição Especial de Estatística do Tesouro Nacional, estando à frente dessa instituição até seu falecimento em 1887.¹⁵¹ O que nos despertou atenção sobre o personagem foi a sua última função pública, bem como seu livro *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil* publicado em 1860. Sebastião Soares se propôs analisar a carestia de braços para a lavoura justificando-a estaticamente, provando com números que o alarde da necessidade sobre a mão de obra era menos factual do que se demonstrava. As críticas à política e à imprensa também se fizeram presentes. Segundo ele:

[...] Infelizmente a ideia de que os braços africanos são os únicos capazes de fazer prosperar a nossa lavoura é esposada por grande parte dos nossos lavradores, e até mesmo por alguns estadistas, se bem que em mui diminuto número. Tributo o maior respeito e acatamento a essas elevadas ilustrações que assim pensam, mas não posso com elas concordar sobre este ponto econômico, bem como sobre alguns outros. [...] Se se tratasse somente do dia de hoje, eu concordara, em parte, que a escravatura africana era um bem poderoso auxiliar para os trabalhos rudes de nossa agricultura, mas as minhas vistas não se fixam só no presente; eu desde já prevejo não as suas maléficas consequências no futuro, e por isso não posso admitir a ideia da utilidade do tráfico; e antes penso que foi o melhor e mais importante passo que temos dado para o engrandecimento futuro do país, depois da independência, o fazer cessar o tráfico da escravatura africana. Não serei eu que conteste que algumas dificuldades nos podem sobrevir em quanto estivermos atidos unicamente a imigração dos colonos europeus, mas de tais dificuldades não se segue que fosse um mal a cessão do tráfico, e que só da continuação desse bárbaro e nefando comércio podia provir o apogeu de nossa prosperidade, porque tal pensar fora o mesmo que admitir, que procedesse bem aquele que para saciar o seu desordenado apetite da gula se expusesse aos malefícios efeitos da intemperança. Se todos são concordes em que há falta de braços no país para os serviços da lavoura, porque se consente tanta gente desocupada e entregue ao ócio e ao deboche nas nossas populosas cidades, e mesmo nos pequenos povoados e fazendas? Não se evitaria assim praticando que aparecesse o pauperismo e a miséria, em um país como o nosso, onde o trabalho superabunda, e é bem retribuído? Não revelará este desleixo, que nós, nação de ontem, já nos achamos eivados de todos os hediondos vícios das velhas sociedades, sem que possuamos as suas melhores qualidades?! [...] Longos artigos tem sido publicados sobre as necessidades da lavoura, nos quais, entre verdades incontestáveis, tem-se avançado muitos paradoxos. Pouco ou quase nada se conhece da

¹⁵¹ As informações sobre Sebastião Ferreira Soares estão à disposição no Dicionário Bibliográfico Brasileiro Sacramento Blake, Volume VII nas páginas 206 a 208. Disponível em: <www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681> Acesso em: 05/06/2017.

produção do Brasil, afora do que se publica nas peças oficiais, que são pouco lidas; nada de positivo se sabe sobre as quantidades da colheitas e safras dos lavradores. [...] Da falta de uma regular estatística da produção agrícola do país tem provindo avançarem-se milhares de absurdos, tais como o dizer-se que a agricultura definha por falta de braços, e ainda mais o dar-se como causa principal a cessação do tráfico dos africanos em 1851, e a mortandade que fez a cólera em 1855 na população escrava. Ideia tão errôneas propaladas inconsideradamente cream preconceitos que devem ser combatidos em benefício moral e da dignidade nacional. Já houve quem pela imprensa se abalançasse a sustentar a necessidade que tinha o Brasil de recomeçar o nefando e bárbaro comércio da escravatura africana!¹⁵²

Esse extenso trecho disponibilizado para análise se faz pertinente com o intuito de verificarmos as ideias propaladas por Sebastião Soares. Ele se utilizou de embasamento estatístico para provar que a carência de braços se tratava mais de uma retórica do que de um fato. A preocupação com a extinção do tráfico assumiu um papel de destaque em seu livro, afinal o risco era eminente diante de tais discursos. De igual maneira, fez questão de afirmar que a cessação do comércio de escravos seria positiva para o país, não se poderia olhar apenas para o presente. A construção de um futuro melhor sem a barbárie do tráfico resume bem, a seu ver, o que se queria com a colonização europeia. Soares atenta para uma questão que muitas vezes aparecia nas abordagens a respeito de se ter número suficiente de trabalhadores, a quantidade de gente ociosa que poderia ocupar lugar nas lavouras. E isso, a nosso ver, representava um ponto importante contra a colonização africana. Outro aspecto que se refere ao desconhecimento estatístico sobre a produção agrícola no país e até mesmo da falta. Segundo ele, isso influenciou a imprensa e aqueles que alertavam para uma crise na mão de obra. Portanto, como estatístico e conhecedor das ciências exatas, foi enfático em provar que sua tese estava correta na relação da colheita do café com o fim do tráfico. Por isso, trazemos à luz da discussão a prova de que, a seu ver, demonstrou o não declínio dessa produção após a proibição do comércio de escravos em 1850. É interessante perceber que na avaliação desse respeitado estatístico, a relação entre o que se produzia e carência de braços oferecia perigo em transformar alegações e seguir com africanos trabalhando nas fazendas. A tabela que proporcionamos, abaixo, fez parte da sustentação de suas proposições:

¹⁵² SOARES, Sebastião Ferreira. Notas sobre a produção agrícola e carestia de gêneros alimentícios no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional J. Villeneuve e Comp., 1860, pp. 8 a 14.

Demonstração do café exportados nos exercícios de 1840 a 1841 e 1857 a 1858, compreendendo uma época anterior e outra posterior à cessação do tráfico de africanos; a saber:

Época anterior à cessação do tráfico:

1840-1841 a 1851-1852

Exercícios	Quantidades		Valor exportado
1840-1841	5,059,223	@	17,804:000\$
1841-1842	5,565,325	@	18,396:000\$
1842-1843	5,897,555	@	17,091:000\$
Termo	5,507,367	@	17,730:300\$
médio			
1843-1844	6,294,282	@	17,986:000\$
1844-1845	6,229,277	@	17,508:000\$
1845-1846	7,034,582	@	21,307:000\$
Termo	6,519,380	@	18,993:600\$
médio			
1847-1848	9,558,141	@	25,159:000\$
1848-1849	8,600,032	@	21,513:000\$
Termo	9,301,967	@	22,881:000\$
médio			
1849-1850	5,935,770	@	22,838:000\$
1850-1851	10,148,263	@	32,604:000\$
1851-1852	9,544,858	@	32,954:000\$
Termo	8,542,965	@	29,465:300\$
médio			

Época posterior à cessação do tráfico

1852 a 1853 e 1857 a 1858

Exercícios	Quantidades		Valor exportado
1852-1853	9,923,983	@	33,897:000\$
1853-1857	8,698,036	@	35,444:000\$
1854-1855	13,027,524	@	48,491:000\$
Termo	10,549,847	@	39,277:300\$
médio			
1855-1856	11,651,806	@	48,013:000\$
1856-1857	13,026,299	@	54,107:000\$
1857-1858	9,719,054	@	43,502:000\$
Termo	11,465,719	@	48,540:600\$
médio			

Diante de uma análise empírica, usando dados estatísticos, Sebastião Soares demonstrou um constante aumento da produção do café, seja na época de permissão do tráfico, seja na época da sua abolição.¹⁵³ Para tal justificativa fixou suas conclusões nos termos médios da produção cafeeira, conforme podemos observar nos quadros acima. A ideia se baseava em provar que a escassez da mão de obra não se justificava com a extinção do tráfico. De fato, se observarmos os termos médios da produção comparando a década de 1840 e 1850, podemos verificar um aumento significativo do processo produtivo e econômico do café. A teoria de Sebastião Soares parecia se sustentar diante das ciências matemáticas. São interessantes as informações contidas no livro a respeito da força econômica da capital do Império. Ainda segundo o autor, a província do Rio de Janeiro correspondia a 52,26% da arrecadação geral do país, sendo o café o principal produto e o açúcar logo em seguida.¹⁵⁴

A obra de Sebastião Soares tornou-se importante, a nosso ver, pois nos permite conjecturar sobre as argumentações acerca da falta de braços. E que esta foi um dos principais argumentos dos defensores da colonização, seja africana ou europeia. A decadência da mão de obra no complexo cafeeiro do Vale do Paraíba pode ser compreendida, segundo Thiago Campos, como algo sentido somente no final da década de 1870. A sua justificativa é que mesmo com a relação dos cafezais velhos, do esgotamento da fronteira agrícola e da redução drástica das matas virgens não proporcionou o abandono da escravidão, nem mesmo a concentração de capitais em cativos.¹⁵⁵

Se havia, contudo, ainda a possibilidade de continuar lucrando com a escravaria existente fomentada pelo tráfico interprovincial, porque a insistência em defender uma ideia de colonização africana? A pergunta pode ser respondida com o tom alarmista adotado pelo jornal *O Paiz* de 17 de março de 1860:

[...] É mister que a voz da verdade venha fazer cessar essas contínuas declamações de que andam recheados os nossos jornais com as utopias da colonização europeia, e que façamos sentir a necessidade da introdução de braços livres, é verdade, mas de braços africanos, únicos que nos convém, únicos que servem para o Brasil, únicos a quem se

¹⁵³ As tabelas acima e a conclusão estatística foram publicadas em 1860 por Sebastião Ferreira Soares no livro “Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil” e encontram-se nas páginas 28 e 29.

¹⁵⁴ SOARES, Sebastião Ferreira. *Op. Cit.*, pp. 206-207.

¹⁵⁵ CAMPOS, Thiago. A força da escravidão ao sul do Rio de Janeiro: os complexos de fazendas e a demografia escrava no Vale cafeeiro na segunda metade dos oitocentos. In: MUAZE, Mariana & SALLES, Ricardo (Org.). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil: nos quadros da Segunda Escravidão*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015, p. 326.

deve tudo quanto temos; para isso cumpre combater as utopias dos sectários da colonização europeia, e nós os combateremos; cumpre expor-se à odiosidade daqueles que são culpados da situação em que nos achamos e não recuaremos de nosso propósito: cumpre mais dar eco as vozes do país, ao sentimento mais universal, aos verdadeiros reclamos da lavoura, que quer africanos, africanos como colonos, porque está como nós convencida que só eles são necessários, só eles podem servir para o tamanho das nossas terras, Elevamos a voz, e hasteada a bandeira da colonização africana, combateremos com o apoio do país e principalmente com o auxílio dos agricultores do Brasil. Tal é o fim que tem em vistas este jornal, que será o órgão mais natural dos sentimentos do país. Como sem discussão nada se conquista, discutiremos e lutaremos em prol desta ideia nova na imprensa do Brasil, mas não no mundo; ideia que é abraçada por todos, e que constitui principalmente as aspirações, as ambições de todos os nossos fazendeiros, sem dúvida dignos de reparo e de um esforço em seu benefício. [...]¹⁵⁶

A clareza como o jornal se coloca sobre a sua responsabilidade por defender a ideia da colonização africana, traduz como o discurso pela mão de obra africana era o propósito. Firmemente, repete como um mantra a palavra “único”, quando se refere ao africano, o único habilitado ao trabalho nas lavouras do país, aquele que proveu o fazendeiro de riquezas. Abandonar esse pensamento seria difícil, mesmo que os colonos europeus suprissem a carência de braços. A lógica escravista está presente sem mesmo que se admitisse a possibilidade de tratar o africano como escravo. Era contra a dinâmica desse tipo de argumento que os defensores da colonização europeia trabalharam. As alegações do jornal também eram fomentadas pelo fato de França e Inglaterra terem introduzido colonos africanos em suas colônias ultramarinas. Era um destaque importante para avaliar todas as possibilidades da viabilidade contínua de entrada de africanos. Lembrar que as duas potências usaram de tamanho artifício para não interromper a produção, se destacou entre os meios desejados. A questão era que o Brasil não tinha como seguir esse exemplo, pois correu o risco de enfrentar, principalmente as negativas dos ingleses. Apesar de tudo, o periódico entendeu que poderia ser possível.

Entre 1855 e 1875 o preço do escravo, na análise de Emília Viotti da Costa, quase triplicou, passando de um conto para dois e quinhentos contos, o que transformou onerosa a aquisição de braços para a lavoura e o emprego desta mão de obra menos rentável. A historiadora, todavia, prossegue afirmando que mesmo com o fim do tráfico e os apelos

¹⁵⁶ A edição completa do *O Paiz*, disponível em: memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364843&PagFis=1&Pesq=Colonisa%C3%A7%C3%A3o%20africana Acesso em: 05/05/2017.

a favor da colonização, a lógica na lavoura continuou a ser o braço escravo.¹⁵⁷ Partindo desse princípio entre o aumento do preço do escravo e a manutenção do sistema no complexo cafeeiro, podemos compreender os motivos que levaram os defensores da colonização africana a agirem em defesa de sua ideia. A continuação da utilização da mão de obra africana era a prioridade.

Nos jornais a favor da colonização africana, o discurso não poderia insinuar a ilegalidade depois de 1850, ou seja, os novos trabalhadores que entrassem no país deveriam ser livres, receber salário. No entanto, conforme preconizou *O Paiz*, os braços africanos, “únicos que servem para o Brasil, únicos a quem se deve tudo quanto temos...”¹⁵⁸. A evidência da conservação do processo de manutenção da lógica escravista permanecia arraigada na estrutura da elite agrária do Brasil da segunda metade do século XIX. Márcia Motta, analisando a relação de poder do fazendeiro dentro da estrutura fundiária, afirma que havia uma dinâmica de sociedade agrária senhorial. Isso permitiu que os senhores de terras tivessem a tendência de desconsiderar qualquer política de regularização fundiária.¹⁵⁹ A garantia da posse da terra significou para os fazendeiros do Vale do Paraíba a continuidade do poder nobiliário que permitia a hereditariedade do processo. A necessidade por mão de obra passou, por sua vez, principalmente em não permitir, com a introdução do colono europeu, a quebra de tal base que mantinham. O africano, mesmo como colono, pelos discursos parecia garantir a permanência da herança da posse de terra.

A premência por colonos começou a ganhar ecos já no início da década de 1860. O pensamento político que permeou os anos de 1850 sobre o tema, agitou também o novo decênio do século XIX. Tanto que, durante a sessão de 8 de novembro de 1861 da Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro, o deputado Freitas realizou a seguinte explanação:

Sr. Presidente, precisando a nossa lavoura de braços, sendo a colonização entre nós um problema difícil, uma questão implexa, que só o tempo poderá resolver, poderíamos, entretanto, prestar grande serviço à agricultura convencendo aos lavradores com o ensino e com o exemplo de que na máquinas, hoje tão aperfeiçoadas na Europa, encontram eles um auxiliar poderoso dos braços que lhes faltam; e que

¹⁵⁷ COSTA, Emília Viotti. Op. Cit., pp. 98 a 103.

¹⁵⁸ Edição de 17 de março de 1860. Disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364843&pasta=ano%20186&pesq=%C3%BAnicos%20que%20servem%20para%20> Acesso em: 06/05/2017.

¹⁵⁹ MOTTA, Márcia Maria Menendes. Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998, p. 213.

são inventos em os substituir pelos colonos. Patenteando-se aos lavradores os novos inventos de máquinas úteis à agricultura, os utensílios e instrumentos que a arte tem aperfeiçoado para facilitar os trabalhos dessa indústria; escrevendo-se memórias em estilo adaptado as inteligências comuns, acompanhadas de desenhos ilustrativos, certo que prestaremos um serviço real a nossa principal indústria.¹⁶⁰

O deputado sugeriu o uso de máquinas nas lavouras, algo que não era novo naquele momento, para substituir a mão de obra faltante, enquanto os problemas que envolveram a colonização não fossem resolvidos. Mais uma vez, havia resistência a vencer o processo escravista. A mão de obra africana ainda detinha prioridade por causa dos quesitos já salientados. Mesmo com a possibilidade de modernizar utilizando máquinas, o que imperava era a disposição em fixar o trabalho manual no processo. Subsistia, portanto, o controle do fazendeiro em relação ao que a fazenda produzia.

O problema imposto pela carência de braços que, conseqüentemente, suscitou a possibilidade de uma colonização africana advém também da força política. A colonização europeia foi um projeto de governo que já estava estabelecido e programado, porém, como o café e a lavoura em si eram as grandes geradoras de riquezas do Estado, a luta passou a manter o *status*. Mesmo que fosse subsidiado. Corroborando com a ideia da lavoura como geradora de fortuna, Nelson Werneck Sodré afirma que o café foi a riqueza do império e sua grande fonte de renda.¹⁶¹ Sendo assim, não é estranho supormos que haveria de se encontrar politicamente uma forma de fazer a transição da mão de obra sem conseqüências econômicas graves.

Na estrutura macroeconômica da lavoura em si, é necessário reforçar que a política praticada no Brasil imperial, que se dividiu entre conservadores e liberais, influenciou na procura do maior número de braços possíveis. A forma como os dois grupos políticos encararam os problemas que envolveram o escravismo no pós 1850, gerou a demanda por atitudes. Nesse caso, Paula Beiguelman traçou o seguinte panorama entre conservadores e liberais:

A conversão do Partido Liberal ao abolicionismo criava para o Partido Conservador a contingência de competir no mesmo terreno. Nessas condições, o interesse da lavoura mais nova em liquidar o problema servil, uma vez encaminhada a imigração, passa a expressar-se em

¹⁶⁰ A íntegra da fala do deputado Freitas na sessão da Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro, encontra-se na Biblioteca Nacional disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=218740&pasta=ano%20186&pesq=%20nossa%20lavoura%20de%20bra%C3%A7os> Acesso em: 05/04/2017.

¹⁶¹ SODRÉ, Nelson Werneck. Panorama do Segundo Império. Rio de Janeiro: Graphia, 1998, p. 216.

termos da necessidade partidária de promover uma reforma já proposta pelos liberais.¹⁶²

Os dois partidos procuravam se equivaler nos assuntos cruciais no que tange a continuidade do desenvolvimento agrário de concentração de capital. O escravismo propiciou que os grandes fazendeiros pudessem fazer a acumulação de bens. O difícil foi romper com essa possibilidade depois da proibição do tráfico. Dentro da perspectiva da província do Rio de Janeiro, Maria de Fátima Gouvêa demonstra que o fim do tráfico fez com que os deputados fluminenses concentrassem esforços com o intuito de identificar as melhores maneiras de ajudar a agricultura em um momento de mudança nas formas do trabalho adotada nas fazendas.¹⁶³ A política estava ligada intimamente ao problema da mão de obra. No relatório apresentado em 1858, referente ao exercício de 1857, o ministro dos Negócios do Império, Marquês de Olinda, ofereceu à Assembleia Geral Legislativa os seguintes esclarecimentos quanto às providências do governo em relação a colonização:

[...] Ao mesmo tempo em que o governo tem assim promovido a colonização pelo sistema de pequenas propriedades, não deixou de aplicar, por outro lado, os meios ao seu alcance para facilitar aos lavradores a aquisição de colonos trabalhadores. Para este fim tem feito a Associação Central de Colonização os avanços necessários para ocorrer as despesas de transporte de colonos que mandou vir, para se empregarem temporariamente nas fazendas por contratos de parceria, ou de arrendamento, e por salário ou por outro modo. É de esperar não apareçam embaraços futuros que impossibilitem de continuar a satisfazer as necessidades, não só dos proprietários de terra especialmente, como, em geral, dos empresários de qualquer indústria.
[...]¹⁶⁴

Os cuidados do governo e seus representantes em deixar claro que a carência de braços seria resolvida com a presença do colono europeu nos parecem evidentes. Neste relatório, o Marquês de Olinda é direto quanto aos caminhos a seguir, inclusive citando que a Associação Central de Colonização tomaria as providências necessárias para o sucesso da operação que traria o imigrante para o país. Sobre a Associação, podemos dizer que foi uma empresa de capital privado com acionistas, criada em 1853, e que

¹⁶² BEIGUELMAN, Paula. Formação Política do Brasil. São Paulo: Pioneira, 1976, p.136.

¹⁶³ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. O Império das Províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 296-297.

¹⁶⁴ O relatório de 1857 do ministro dos Negócios do Império, Marques de Olinda, disponível em: <brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1730/000036.html> O relatório é dividido por assuntos, e este está relacionado à colonização nas páginas 31 a 37. Acesso em: 02/04/2017.

prestou serviço por contrato ao governo imperial tendo a responsabilidade de buscar na Europa mão de obra livre para ocupar com colonos as terras devolutas. Quanto a suas atribuições, o Artigo 4º nos parágrafos 1, 2, 3 e 4 nos permite um bom esclarecimento:

Art. 4º Os fins principais desta associação são os seguintes: § 1º Auxiliar e proteger a imigração de colonos agrícolas e industriais, aconselhando-os, dirigindo-os e facilitando o seu estabelecimento no país por meios de que puder dispor. § 2º Coadjuvar a que tiver de ser subsidiada quer pelo governo, quer pelos particulares, e promover os engajamentos de colonos e a celebração dos respectivos contratos, mediante condições de parceria, arrendamento, aforamento perpétuo, e venda de terras por preço módico aos colonos. § 3º Abrir correspondência com negociantes na Europa e com as companhias e sociedades de imigração e colonização aí estabelecidas; e bem dirigir-se aos proprietários, fazendeiros, negociantes e habitantes do país, e com eles entender-se, ou com seus procuradores e correspondentes nesta corte acerca das encomendas de colonos que houverem de fazer.¹⁶⁵

Segundo Maria Isabel Chrysostomo e Laurent Vidal, a Associação Central de Colonização ambicionava contratar 50.000 colonos em cinco anos, o que seria algo relevante, pois, pela primeira vez na história do Brasil, milhares de colonos seriam transportados dos portos europeus e redistribuídos pelo país a partir do Rio de Janeiro.¹⁶⁶ Isto é fato e fica evidente quanto à promulgação do Decreto 1.915 de 28 de março de 1857, onde o governo e a Associação firmaram um contrato¹⁶⁷ bem abrangente, e que foi intermediado pela Repartição Geral de Terras Públicas para garantir o cumprimento da promessa.

A Associação foi mais um instrumento que esteve em atividade para resolver o problema da mão de obra. Todavia, por que a insistência em reclamar da insuficiência de braços para a lavoura? Os que defendiam em discurso a colonização africana se aproveitaram das reclamações por braços para emplacar sua ideia? A nosso ver a resposta para as perguntas está na problemática da posse da terra e a permanência da lógica escravista. A partir de 1850, o fim do tráfico de escravos e a entrada em vigor da Lei de

¹⁶⁵ Em 6 de fevereiro de 1853 o jornal *Diário do Rio de Janeiro* publicou a notícia da criação da Associação Central de Colonização, bem como os estatutos. O Artigo 4º possui mais seis parágrafos, no entanto, julgamos pertinentes o destaque para os quatro primeiros. Disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_01&pasta=ano%20185&pesq=associa%C3%A7%C3%A3o%20central%20de%20colonisa%C3%A7%C3%A3o> Acesso em: 02/04/2017.

¹⁶⁶ CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus & VIDAL, Laurent. Do depósito à hospedaria: gênese de um “território da espera” no caminho da emigração para o Brasil. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/hcsm/v21n1/0104-5970-hcsm-2014005000008.pdf> Acesso em: 03/04/2017.

¹⁶⁷ A íntegra do contrato, disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1915-28-marco-1857-557933-publicacaooriginal-78700-pe.html> Acesso em: 03/04/2017.

Terras provocaram um abalo na estrutura escravocrata. Em 1854, as terras passaram a ser medidas e registradas, as sesmarias antes de posse de grandes proprietários sofreram com o impacto da vinda de colonos na redistribuição em lotes das terras devolutas. João Bosco de Sousa, a respeito da situação em que se encontrava a posse da terra no Brasil antes de 1850, elencou os seguintes argumentos do que ele chamou de “fase extralegal”:

1-Integrando patrimônios particulares originários de sesmarias, cujos detentores houvessem cumprido os requisitos da lei. 2-Na posse de particulares, também originárias de sesmarias, mas cujos beneficiários, ou sesmarias, não houvessem cumprido os requisitos legais no sentido de obterem a confirmação da doação. 3-Simplesmente ocupadas por particulares (posses), sem nenhum título hábil capaz de gerar direitos ao ocupante. 4- Integrando o patrimônio público desde as origens, sem eu nunca houvessem sido dadas em sesmarias em ocupadas por particulares. 5-Devolutas propriamente ditas, isto é, aquelas que foram dadas em sesmarias e que posteriormente caíram em *comisso*, sendo consequentemente devolvidas ao patrimônio imperial.¹⁶⁸

A reestruturação da posse da terra depois dessa fase “extralegal”, através da Lei de Terras e dos regulamentos da Repartição Geral de Terras Públicas¹⁶⁹, pode ter suscitado em nossa opinião os discursos em favor de uma colonização africana. Enquanto a colonização europeia percorreu seu caminho diante de críticas quanto a sua eficiência, o deslocamento da ideia que aproveitaria o *know-how* do escravismo caminhou como se fosse uma condicional. O africano como mão de obra já era conhecido e podemos dizer que o fazendeiro brasileiro na estrutura escravista agrária sabia lidar com o seu “*modus operandi*”. A figura do africano como braço forte para o trabalho era indispensável, e esse pensamento perdurou na segunda metade do século XIX. Em 19 de fevereiro de 1860, portanto, dez anos após o fim do tráfico e a promulgação da Lei de Terras, o jornal *A Patria* chamou atenção sobre o seu entendimento da resolução da falta de braços. Insiste em seus argumentos avaliando:

Anos são decorridos em que o interesse da humanidade e o dever de cristão, como os altos interesses da sociedade brasileira, aconselharam como urgente reclamada a cessação do tráfico de africanos, do qual se tiravam os braços indispensáveis ao serviço da nossa lavoura, que se reconhecia como a única fonte de toda a nossa riqueza. Desde esse momento, uma grande missão, toda especial no tempo e nas circunstâncias, demandava todo o esforço, toda a dedicação da imprensa para a resolução do problema importante de substituição dos braços que iam faltar, e causaram infalivelmente a ruína da produção

¹⁶⁸ SOUSA, João Bosco Medeiros. Direito Agrário. São Paulo: Saraiva, 1987, p. 20.

¹⁶⁹ Os regulamentos da Repartição Geral de Terras Públicas, disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/dim1318.htm> Acesso em: 04/04/2017.

agrícola, e com ela a da riqueza pública. Então, nós, bem obscuro filho do povo, provocamos a discussão, pedimos atenção séria e muito séria para esse grave assunto. Pareceram-nos as ideias mais sensatas na ocasião, como ainda hoje parecem, as de colonização africana por substituição com a europeia, e como meio direto da emancipação do trabalho africano, a única medida conveniente e de salvação possível. A nossa provocação a uma discussão séria nesse terreno foi recebida pela imprensa e pelos homens públicos de privilégio do nosso país com perfeita indiferença, e até mesmo com o ridículo, sendo, entretanto, ideias que mais tarde se ventilaram na Europa civilizada, tanto era certo que merecia alguma reflexão. Mas note-se: recebendo-se com indiferença a provocação de uma discussão séria em assunto tão importante e de tanta vitalidade para o país, a grande imprensa não aconselhou ao governo a refletir sobre a nova melindrosa situação que ia criar sem o estudo e preparo dos braços, que deviam substituir os africanos. A colonização fosse ela então de que natureza fosse, vasto problema de solução complicada e difícil, não atraiu a atenção da imprensa, não a aconselhou ela a opinião do país para receber sem abalo, suprindo a rotina pela inteligência, a medida da extinção do tráfico e, portanto, a aniquilação da lavoura.¹⁷⁰

É notório perceber que o jornal se posicionou a favor da colonização africana indicando-a como solução para a demanda de braços. Mas não é apenas isso. A crítica sobre a atuação do que ele chama de “a grande imprensa” e aos políticos, denota uma forma de negligenciar o problema preferindo insistir na colonização europeia. Ignorar o africano como solução para a lavoura era uma forma de não fomentar um assunto aparentemente resolvido, o tráfico de escravos. Uma crescente onda na época de discursos contra os males da escravidão se agregou a ela, isso foi a necessidade de dar um basta nas mazelas causadas pelo tráfico. Marialva Barbosa analisa, em vista disso, que muitos periódicos assumiram o papel de atores contra o sistema escravista, empreendendo campanhas em favor dos escravos.¹⁷¹ A colonização africana, portanto, como solução, mesmo que contestadas por outros periódicos como o *Jornal do Commercio*, sofreu as críticas convenientes do processo e negação veemente para não ser lavada a sério.

Durante o ano de 1857, *A Patria* e o *Jornal do Commercio* travaram uma “*peleja argumentativa*” sobre o melhor processo de colonização. A coluna denominada *O Jornal do Commercio e a colonização africana* foi o território da discussão. De um lado, os periódicos a favor dos colonos africanos do outro os contras e no meio o Parlamento. Ambos os personagens do processo tinham um aspecto em comum, a preocupação em

¹⁷⁰ A edição completa do *A Patria* de 19 de fevereiro de 1860, disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830330&PagFis=5595&Pesq=Colonisa%C3%A7%C3%A3o%20africana> Acesso em: 15/12/2016.

¹⁷¹ BARBOSA, Marialva. História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 79.

relação a suprir adequadamente os braços para a lavoura em um momento de transição da mão de obra. Qual o melhor trabalhador, se o africano ou o europeu é um aspecto que devemos esclarecer para entender os motivos que levaram aos discursos a favor e contra.

2.3 Braço europeu ou africano: questionamento a ser resolvido

O declínio da lavoura cafeeira, após a abolição do tráfico, proporcionou as condições para que a entrada de braços, africanos ou europeus, fosse algo primordial com intuito de superar os momentos críticos. Era a circunstância *sine qua non* para novamente alavancar a lavoura. Nas zonas cafeeiras, principalmente a do Vale do Paraíba, a preferência foi se desenhando para o africano, não como escravos, e sim na condição de colonos, e o europeu aparecia dentro de uma visão crítica por não dar conta do pesado trabalho na agricultura. Isso aparece principalmente em dois jornais da corte, *A Patria* e *O Paiz*. Eles defenderam a utilização de africanos livres como colonos para solucionar a escassez de braços, pois entenderam que a demanda por mão de obra foi prejudicada com interrupção do tráfico. Assim, o interesse nesse processo estava em permitir a continuidade da produção de riquezas proporcionadas pela produção agrícola. Em 24 de setembro de 1857, o jornal *A Patria* publicou a seguinte fala do jornalista Carlos Moura durante a sessão de 18 de setembro na Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro, sobre suas ideias quanto a um projeto de colonização africana:

[...] É certo que o nosso país definha cada dia a olhos vistos, é certo que ele definha pela absoluta que sente de braços que lavrem as terras, é certo ainda que não há no país um sistema agrícola conveniente, adaptado as necessidades da lavoura; ao contrário, estamos adstritos a um sistema rotineiro, que, se não houver um meio de fazer com ele de alguma maneira substitua-se, há de trazer necessariamente a desgraça, a ruína do império. Nestas circunstâncias eu apresentei o pensamento, como já disse, de colonização africana. Pareceu a alguém que a colonização africana seria fértil em acontecimentos maus para o país, entretanto, é um engano manifesto. Me parece ao contrário, a colonização africana será aquela que realmente trará as vantagens de que o país carece. Em primeiro lugar o clima do nosso país, a alimentação, o sistema de lavoura, não comportam de modo algum a colonização europeia. É desde já necessário um estudo prático, é necessário estabelecer regras, sistema de lavoura, para que a do nosso país comporte o trabalho europeu. A aclimação dos homens que nos são importados da Europa é difícil, não é obra de um ou dois anos, é obra de muito tempo, de muito trabalho nas circunstâncias em que vivemos. Os meios de alimentação também não são adequados aos usos e hábitos dos colonos europeus. Demais, esses colonos não podem comportar de modo algum as nossas derrubadas, as nossas queimadas, isto é, os trabalhos próprios da nossa lavoura; podem os comportar,

porém os braços africanos, que estão acostumados há tempo a esses trabalhos. E se assim, é, pergunto, haverá inconveniente na introdução de colonos africanos no país? [...] ¹⁷²

Percebemos na fala do jornalista que defendeu um projeto de colonização africana até que se pudesse introduzir de forma mais conveniente e segura a colonos europeus nos moldes vislumbrados pelo o governo. A própria condição física para uma aclimação de imigrantes vindo da fria Europa surgiu como um discurso a ser tutelado quanto aos motivos para se defender o africano livre nesse processo. A vicissitude, no entanto, esbarrava em um detalhe importante que ainda perdurava, a Inglaterra, como vigilante de qualquer possibilidade do retorno do comércio de almas.

Tâmis Parron adverte que depois da “supressão do contrabando, a produção do principal artigo da pauta de exportações, o café, se expandiu até 1855, graças às últimas mudas plantadas na época do comércio ilegal, em 1849 e 1850”.¹⁷³ O discurso por trabalhadores para a lavoura cresceu entre no grupo de fazendeiros, ávidos por mão de obra, e o africano sempre aparecia como a melhor solução. A preocupação, quanto à pretensão da necessidade de se introduzir novamente o braço africano pós 1850, era um fato tomado como prioridade pelo governo. Impedir que tal discurso prosperasse surgiu como inevitável, tanto que em 13 de setembro de 1853, o então ministro dos Negócios Estrangeiros, Limpo de Abreu, anunciou o pensamento do governo sobre o assunto na Câmara dos Deputados:

[...] Não duvido que a rigorosa execução da lei o governo possa evitar a continuação do tráfico feito dentro do país; o governo está disposto a dar-lhe uma execução tão rigorosa e enérgica quanto se possa. Cumpre, porém, atender a que dentro do país pode haver quem tente especulações criminosas para a costa da África, ainda que a introdução dos negros tenha de verificar-se, não dentro do império, mas em outro país. O governo entende que é do seu dever pensar se não seria conveniente sujeitar a algumas penas aqueles que intentarem essas especulações, embora para fora do país; a câmara concebe perfeitamente que as pessoas envolvidas em tais especulações podem facilmente mudar-lhes a direção, e espreitando a ocasião, introduzir, contra a lei, por contrabando, braços africanos dentro do país. [...] ¹⁷⁴

¹⁷² Edição do jornal está disponível em:

<memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830330&PagFis=2810&Pesq=Colonisa%C3%A7%C3%A3o%20africana> Acesso em: 06/05/2016.

¹⁷³ PARRON, Tâmis, *Op. Cit.* p. 271.

¹⁷⁴ A fala do ministro dos Negócios Estrangeiro na Câmara dos Deputados disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=132489&PagFis=34670&Pesq=bra%C3%A7os%20africanos> Acesso em: Acesso em: 15/02/2017.

O interessante nessa fala do ministro é a forma como ele tratou o fato. Suas explicações sugerem um tom preventivo contra algo resolvido pela lei antitráfico de 1850. A preocupação dele estava na possibilidade de direcionar o comércio de escravos para dentro do país como forma de suprir as demandas por mão de obra, esse, portanto, era o grande perigo que deveriam enfrentar. Era necessário abolir de vez não só as ações como os pensamentos de buscar novamente na costa da África a solução para a agricultura. A respeito desse aspecto e agregando mais justificativas sobre a crise por braços na lavoura, Humberto Machado destaca que:

As precárias condições de sobrevivência provocaram, inquestionavelmente, o declínio da mão de obra e o seu envelhecimento. A faixa etária, em terras produtivas, diminuía, rapidamente, nas áreas antigas da lavoura cafeeira. [...] A economia cafeeira do Vale do Paraíba encontrava-se à beira de um impasse: ou reestruturava-se em novas bases, utilizando mecanismos que pudessem liberar rapidamente a mão de obra escrava de atividades acessórias, ou sofrer a derrocada final.¹⁷⁵

Escravidão envelhecendo e com a renovação impedida, determinou que a busca por novas levas de mão de obra adotasse o critério de olhar para a colonização de europeus como solução, como também preconiza Robert Conrad.¹⁷⁶ No entanto, o crescimento do tráfico interprovincial aliado ao discurso de colonização africana parecia o mais viável. Era necessário alimentar as zonas cafeeiras com a quantidade de escravos necessária para dar conta da produção. A crise da falta dos braços para o trabalho, juntamente com os discursos prós e contra à entrada de africanos novamente no país, deu a tônica das retóricas na imprensa e na Câmara dos Deputados.

Em 23 de maio de 1855, em sessão na Câmara, o deputado Taques da Bahia, argumentou os aspectos da crise que, a seu ver, prejudicou o desenvolvimento do país. Dentre eles, citou o problema da colonização:

[...] Alguns talvez julguem que a colonização seria bastante para afastar essa crise, que ela poderia substituir os braços escravos que se acham empregados na agricultura. Senhores, a nossa indústria agrícola tem de sofrer um abalo muito profundo pela falta de braços escravos, e com facilidade não se há de poder fazer a substituição dos braços escravos por braços livres. Eu creio que a colonização não pode prontamente

¹⁷⁵ MACHADO, Humberto Fernandes. *Escravos, Senhores e Café: A crise Cafeicultura Escravista do Vale do Paraíba Fluminense, 1860-1888*. Niterói: Cromos, 1993, p. 114.

¹⁷⁶ CONRAD, Robert Edgard. *Tumbeiros: Tráfico de escravos para o Brasil*. Brasiliense: São Paulo, 1985, pp. 188-189.

suprir a deficiência que a riqueza pública deve provir da falta de braços escravos [...] ¹⁷⁷

O fim do tráfico e sua direta consequência, a escassez de trabalhadores para a agricultura, eram constantemente abordados como um fato de relevância na Câmara dos Deputados. As argumentações para cobrar providências ao governo imperial quanto a suprir as necessidades da lavoura se transformaram corriqueira na fala de alguns parlamentares. Apoiar a colonização parecia depender do quanto se investia nela e o quanto os prejuízos dos fazendeiros poderiam ser amenizados por causa do seu sucesso. Isto se dava sobre o aspecto de dano financeiro, ou seja, no abalo das riquezas pela baixa produção do café principalmente. Como as reclamações ocorriam no Parlamento e nos jornais, nem sempre apareciam de forma empírica, isto é, numericamente justificável. Os prejuízos eram calculados em função das perdas produtivas pela carência de braços. O projeto de colonização bem estruturado era apontado como solução.

Politicamente, o embate parlamentar assumiu o discurso daqueles que entendiam que o braço escravo seria o mais apropriado para o serviço agrícola. Essa forma de pensamento nem sempre era direta, às vezes aparecia sutilmente, nas entrelinhas. Outra ponderação, entretanto, deve ser feita sobre as discussões políticas quanto ao fim do tráfico. Ela está ligada diretamente à lei de 1831, pois os seus reflexos sobre o Parlamento até a aprovação da lei de 1850 perduraram. Os políticos para a aprovação da Lei Euzébio de Queiroz trabalharam no debate dos artigos da lei de 1831 fazendo menções sobre ela, como ressalta Sidney Chalhoub. ¹⁷⁸

No dia 7 de janeiro 1837, o jornal *Diario do Rio de Janeiro* publicou o artigo *A Colonização Europeia e a Escravidão Africana: Seguimento das observações sobre os males desta, e benefícios daquela*. As palavras fortes e contundentes a respeito do tema deram a tônica da análise, era uma defesa para não restar dúvida. Na visão do autor, se fazia necessário advertir sobre um mal no qual ele nutria antipatia e por princípios o aborrecia. Em um determinado trecho afirma:

[...] O homem livre se serve, serve com gosto, porque daí também percebe interesse: quer agradar, para merecer estima: a ideia de poder variar de amo lhe é lisonjeira. Quando lhe apraz retoma a sua

¹⁷⁷ Íntegra do discurso e da sessão da Câmara dos Deputados em 23 de maio de 1855 do deputado Taques encontra-se disponível na Biblioteca Nacional em: <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=132489&PagFis=29919&Pesq=bra%C3%A7os%20livres> Acesso em: 16/02/2017.

¹⁷⁸ CHALHOUB, Sidney. *A Força da Escravidão: Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 123-127.

independência, e não conhece outro senhor, se não a lei. O colono livre não vota ódio, mas antes consagra amizade a aquele a quem vende os seus serviços. Este o não maltrata, porque ele não é escravo; e muito bem sabe que o homem livre não é forçado a sofrer desprezos, e maus-tratos. Assim o servo e o amo respeitam se mutuamente. Com esta ordem de coisas a sociedade ganha, e ganha muito. [...]¹⁷⁹

O artigo foi assinado por *Cincinato* pseudônimo adotado por José Christino da Costa Cabral que nos anos de 1855 a 1858 viria a ser redator e gerente do jornal *Correio da Tarde*. Durante o ano de 1837, ele ainda escreveu artigos no *Diario do Rio de Janeiro* sobre agricultura e indústria, escravidão e, é claro, colonização, sempre adotando o pseudônimo.¹⁸⁰ No jornal continuou adotando a postura contra a escravidão, apoiando a colonização europeia percebendo, assim, no europeu a mais viável e melhor opção para substituir o escravo:

[...] A colonização europeia, começado pelos pontos habitados, e infiltrando-se por meios naturais, irá estendendo-se com passo firme, dando incremento muito útil à população livre, criando um poderoso corretivo contra o elemento da escravidão: a colonização africana agravaria em subido grau os males desta, e tornaria impossível a colonização europeia.¹⁸¹

As dificuldades da lavoura em relação à mão de obra se desenrolaram através da dinâmica construída nas defesas do colono europeu ou africano. O africano como colono livre, no entanto, ficou à margem da discussão. O problema relacionado ao preço do escravo, sempre voltava a ser percebido. Era um atenuante que esteve imbricado no desenrolar da colonização. Para Adalberto Cardoso isso, sucessivamente, “tornou irracional seu uso predatório, característico dos séculos anteriores”. No Brasil escravista, “escravos e donos de terras foram sem dúvida as classes centrais”.¹⁸² No entendimento de que o escravismo assumiu protagonismo na história brasileira e diante dos discursos a respeito da falta de braços, não é difícil perceber o quanto foi complicado vencer a

¹⁷⁹ A edição do *Diario do Rio de Janeiro* que abrigou o referido, disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_01&pasta=ano%20183&pesq=escravid%C3%A3o> Acesso em: 02/02/2017.

¹⁸⁰ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Dicionário Bibliográfico Brasileiro Volume IV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, p. 393. Disponível em: <bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/14856> Acesso em: 02/02/2017.

¹⁸¹ *Correio da Tarde*, 7 de outubro de 1857. Disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090000&pasta=ano%20185&pesq=Colonisa%C3%A7%C3%A3o%20africana> Acesso em: 03/02/2017.

¹⁸² CARDOSO, Adalberto. Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social. Revista Novos Estudos Cebrap, março 2008, pp. 71-88. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/nec/n80/a06n80.pdf> Acesso em: 05/02/2017.

estrutura e marcar uma nova fase na relação do trabalho. Se o colono europeu era melhor que o africano, motivos não faltaram para apontar as diferenças.

Das características interessantes no processo entre o europeu e o africano, podemos verificar uma em especial, a do melhoramento da formação social do Brasil. Maria Célia Azevedo trabalhou ressaltando esse aspecto e destaca:

Sob a influência das teorias científicas raciais que então se produziram na Europa e nos Estados Unidos e açodados pela percepção de que o fim da escravidão se avizinhava cada vez mais, vários reformadores passaram a tratar do tema do negro livre ao trabalho, o da coação do ex-escravo e demais nacionais livres ao trabalho, mas sim da perspectiva de sua substituição física pelo imigrante tanto na agricultura como nas diversas atividades urbanas. [...]. Assim, a velha preocupação com a ausência de um novo povo e a heterogenia sócio racial ganhou novos contornos nas análises dos imigrantistas. É, que, ao invés de simplesmente constatar aquilo que já era secularmente do senso comum, a inferioridade de negros e mestiços, e passar em seguida a tratar de sua incorporação social, estes reformadores tentaram compreender o que reconheciam como diferenças raciais e a partir daí derivar suas propostas.¹⁸³

A teoria de que o colono europeu daria ao país uma nova perspectiva de civilização se tornou factível no processo da inversão da mão de obra escrava para a livre. A necessidade de vencer um passado terrível provocado pela escravidão era vista também como oportunidade de eliminar o atraso. Para Pedro Calmon, havia um idealismo do governo imperial em engrossar as correntes imigrantistas, pois ocorria “contraste da civilização e da barbárie econômica, da elite liberal e do cativo do negro.” Após a extinção do tráfico de escravos, a colonização europeia era o objetivo.¹⁸⁴ O trabalhador europeu livre em troca do escravo se firmou como uma tendência, admitir o africano livre como colono seria o mesmo que voltar ao passado proporcionado pelo escárnio do comércio escravista.

Ainda sobre a perspectiva de a colonização resolver o problema da incivilidade provocado pelos longos anos de escravidão, Ronaldo Vainfas define que no século XIX o termo foi utilizado para designar núcleos de europeus no Brasil. Esses núcleos coloniais são divididos em dois modelos: os com pequenas propriedades onde o trabalho foi exercido por famílias seguindo o modelo de subsistência e o ligado à substituição da mão de obra escrava que era destinado a cafeicultura. Vainfas alerta que durante o período

¹⁸³ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: O negro no imaginário das elites do século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp 60-61.

¹⁸⁴ CALMON, Pedro. *Op. Cit.*, p. 123.

imperial apenas em alguns projetos foi sistematizado numa política de trabalhador livre ou liberto para substituir o escravo. Optar pelo colono europeu esteve agregado à crença de que o branco seria o elemento capaz de transformar o Brasil finalmente em uma nação civilizada. Os africanos carregaram o fardo de serem culturalmente e racialmente inferiores. Surgiu a crença de que naturalmente os europeus acabariam se relacionando com os brasileiros, o que tornaria o país mais branco.¹⁸⁵ A teoria de embranquecer o Brasil através da colonização, esteve por trás dos argumentos contra os colonos africanos. As afirmações poderiam não ser tão explícitas nos jornais, mas serviram como justificativa.

Como podemos perceber, a colonização esteve presente para atrair o aspecto civilizatório, o que agregava ingredientes poderosos para o desenvolvimento do próprio país. Uma nação que tinha no braço africano a sua grande fonte realizadora de riqueza, precisava vencer este estágio e, finalmente, avançar. A Sociedade Contra o Tráfico de Africanos, e Promotora da Colonização, da Civilização dos Indígenas atuava nessa direção e definiu as diretrizes a serem adotadas para melhor forma de aplicar a colonização. Em 1852, promoveu suas ideias através da publicação intitulada *Sistema de medidas adotáveis para a progressiva e total extinção do tráfico, e da escravatura no Brasil*, indicando que:

[...] Nunca em tempo algum foi a servidão agrária considerada tão degradante, tão contrária a moral pública, é a perfeição do homem, que a civilização promove, como servidão doméstica; e por isso esta foi sempre a que primeiro trataram de abolir aquelas nações civilizadas, que a tiveram, como sendo a mais repugnante à condição do homem social do homem cristão. Mas a mesma servidão agrária, posto menos infame, e mais tolerável, que a servidão doméstica, deve tão bem ser abolida entre nós, como o tem sido nas outras nações, e quanto antes o possam permitir os interesses, e recursos nacionais. Todavia, não será somente estabelecendo colônias de trabalhadores livres, quer seja à custa do Estado, quer dos particulares, que havemos de chegar a obter esse desejado fim. Essas colônias separadas, posto muito proveitosas em todos os sentidos não podem, contudo, suprir as necessidades da lavoura, que todos os dias crescem pelas causas já apontadas, e que a todos são conhecidas, salvo se quiséssemos deixar ao correr de alguns séculos desnecessária a importação de quaisquer trabalhadores estranhos. O meio, pois mais pronto, como tão vem o mais eficaz de chegar a conseguir esse resultado é seguramente o que propõe a Sociedade contra o Tráfico de Africanos, Promotora da Colonização e da Civilização dos Indígenas, insto é, a formação de depósitos de colonos ou trabalhadores livres nos lugares centrais e apropriados, de atenção designados pelo Governo, aos quais possam ir os fazendeiros

¹⁸⁵ VAINFAS, Ronaldo. Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, pp. 152-154. A citação é referente ao verbete “Colonização”.

desse círculo buscar e contratar aqueles, de que carecerem para os trabalhos respectivos de suas fazendas. [...]¹⁸⁶

Conforme já afirmamos, a Sociedade, para dar conta de sua atuação, manteve como porta-voz um periódico na imprensa carioca, *O Philantropo*. O jornal era um órgão dela e conservou a discussão viva na opinião pública. O quesito da civilização contra o atraso da escravidão estava presente nos debates liderados não só pelo jornal como pela instituição. O fazendeiro, então, deveria buscar a melhor opção para o trabalho e não deveria ser o escravo, isso recaiu sobre o trabalhador livre, com ou sem apoio do governo. De acordo com Emília Viotti da Costa, à medida que desagregava o sistema escravista no plano econômico, as ideias abolicionistas faziam com que ganhassem um número crescente de adesões.¹⁸⁷ O que podemos afirmar diante dessas novas realidades era que, entre o africano e o europeu, havia a conformação da nova maneira de aplicar o trabalho, fosse ele no campo ou nos centros urbanos.

Mesmo que se pudesse admitir uma volta ao passado proporcionado pelo tráfico ou com a insistência do braço africano, o debate na imprensa era uma forma de manter viva a discussão por uma colonização africana. Caio Prado Júnior avaliou que o traço essencial das grandes lavouras é a exploração em larga escala.¹⁸⁸ Assim, a escravidão na produção cafeeira no Brasil adotou o processo de utilização do braço africano ao longo dos anos. *O Jornal do Commercio*, em 1857, não se fez de rogado em artigo analisando questões que iam desde receio da reação inglesa a política que envolveram o tema. Justificou que a preferência ao braço africano se constituía porque:

[...] Uma vez admitida a colonização africana, é para nós fora de toda dúvida que quase totalidade dos nossos lavradores preferia os colonos da África aos colonos mais ou menos civilizados da culta Europa. A razão desta preferência lamentável está explicada pelos nossos hábitos: os lavradores brasileiros estão acostumados ao trabalho desses homens-máquinas, que se alimenta e se veste com menos dispêndio, e que enfim cava a terra sem se queixar do ardor do Sol, nem da violência da chuva, e nem mesmo da fadiga. Contar-se-ia que o colono africano em tudo e por tudo se mostrasse como o escravo, e, portanto, a preferência sobre o homem da Europa estava indubitavelmente decidida. Mas desde que a colonização africana fosse um fato legal, o governo havia de tomar medidas indispensáveis para garantir a liberdade e os direitos do colono,

¹⁸⁶ O referido livro foi impreso pela tipografia do *O Philantropo*. Esta referência está na segunda parte do livro com o título *Colonização para trabalhos agrários*. A Sociedade também faz referência a *Colonização para serviços urbanos*, demonstrado que sua preocupação englobava os vários aspectos da colonização, além de apoiar a extinção progressiva da escravidão. Disponível em: <www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01757100#page/2/mode/1up> Acesso em: 13/05/2017.

¹⁸⁷ COSTA, Emília Viotti da. *Op. Cit.*, p. 511.

¹⁸⁸ JÚNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2008, p. 141.

e por mais que se calcule com a selvaticidade do Africano fora puerilidade acreditar que ele ficasse ignorando a sua condição de simples colono, de homem livre e não escravo. Admitido este princípio, que aliás não se pode contestar, está admitindo também e reconhecido o grande perigo da colonização africana, que seria um presente fatal e horrível feito aos nossos lavradores. [...]¹⁸⁹

Vemos, nessa dissertativa, uma avaliação quanto à colonização africana que vislumbrava ser a melhor opção para os lavradores, o que eles queriam de fato e lamentavam a esse respeito. Apresenta também alguns pontos interessantes que permearam o debate ao longo da década de 1850. A civilidade do colono europeu em detrimento ao africano mesmo que livre, a resistência física do africano definido como “homem-máquina” eram questões a serem levadas em consideração na defesa da melhor mão de obra. A selvaticidade e a puerilidade, ou seja, ao mesmo tempo selvagem e infantil são argumentos prestado para que o fazendeiro preferisse o africano. Ele poderia ser domado e educado segundo os desejos e mandos do seu senhor. A preservação da estrutura escravista no seu mais puro designo, estaria assim conservada. Foram argumentos fortes trazidos pelo jornal, mas que não definiu e convenceu totalmente os fazendeiros. A necessidade foi de trazer a discussão do preenchimento de mão de obra suficiente para manter a produção e continuidade das riquezas. Tudo parecia se resumir a um hábito histórico dos grandes proprietários de terras.

O governo partiu em direção da mão de obra do colono europeu, algo já preconizado e definido. Admitir outra solução oficial para o problema dos braços era impensado e poderia sugerir a volta da triste origem. O colono africano livre que suscitou a ideia de colonização africana nos moldes parecidos do projeto imperial, baseava-se tão somente na imprensa da corte. Propagar a ideia foi uma forma de tentar engajar-se numa causa para o salvamento da agricultura. Em 18 de novembro de 1858, o Ministério do Império na figura do ministro, o Marquês de Olinda, lançou por ordem do Imperador o que ficou conhecido como *Instruções para importação, distribuição e estabelecimento de colonos*.¹⁹⁰ Essas instruções definiram as diretrizes a serem cumpridas por aqueles que importassem colonos através da Associação Central de Colonização. Logo, estava previsto no Artigo 1º as formas como a terra poderia ser comprada pelo colono. Diante

¹⁸⁹ A edição desta publicação ocorreu em 6 de outubro de 1857, disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_04&pasta=ano%20185&pesq=Colonisa%C3%A7%C3%A3o%20africana> Acesso em: 06/05/2017.

¹⁹⁰ As *Instruções* podem ser consultadas no *Almanak Laemmert* de 1859 nas páginas 161 a 164. Disponível em: <brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1859/00001257.html> Acesso em: 03/03/2017.

disso, seria possível e aceitável o africano livre como colono prover esta compra? O parágrafo 12 responde a esta pergunta:

Para gozarem dos favores aqui concedidos, os colonos deverão trazer atestados dos cônsules brasileiros, dos quais conste que são de bons costumes, tenham hábitos de trabalhos agrícolas; assim como quais são as relações dos membros da família entre si.¹⁹¹

Os “bons costumes” faziam a diferença, pois o africano não era caracterizado dessa forma. A própria Repartição Geral de Terras Públicas cuidou para que as *Instruções* fossem bem cumpridas dando destino aos colonos. O Brasil tinha através da Associação Central de Colonização representação na Europa, o que inviabilizava a presença do africano livre como mão de obra. Parece-nos concreto afirmar que o governo imperial, incentivando a colonização europeia e vendendo as terras outrora devolutas para os colonos, tinha consciência de que ela supriria as seguintes necessidades: gerar lucro com as vendas, povoar outras áreas do império e prover de mão de obra necessária as zonas cafeeiras. Desse modo, asseguraria a continuidade da produção e manutenção da riqueza advinda da lavoura.

Quem tentou colocar em prática a ideia de colonização africana, sofreu resistência. Pensar entre o africano e o europeu naquele momento, não restava dúvida, o europeu apareceu como o preferido por maioria da imprensa. O que nos faz pensar na resistência de um pensamento em prol do africano, ou seja, a noção de que negro vindo da África poderia se tornar uma propriedade tão logo surgisse a oportunidade. Perdígão Malheiro adverte que “o senhor tem o direito de auferir do escravo todo proveito possível, isto é, exigir os seus serviços gratuitamente pelo modo e maneira que lhes convém.”¹⁹² Este pensamento de “todo proveito possível” pode ter aguçado na continuidade do africano como melhor solução para suprir a carência de braços. É pertinente lembrar que não havia movimento nos periódicos cariocas em relação ao africano escravo depois de 1850, e sim colono livre. A lida do fazendeiro com o africano estava caracterizada como costume.

Para resolver o imbróglio no momento de transição da mão de obra, o governo imperial adotou ações para trazer e acomodar o máximo de colonos. Ilmar Mattos conclui que quando o tráfico intercontinental foi extinto isto incentivou o tráfico interprovincial,

¹⁹¹ O trecho destacado encontra-se no *Almanak Laemmert* de 1859 na página 162. Disponível em: <brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1859/00001257.html> Acesso em: 03/03/2017.

¹⁹² MALHEIRO, Agostinho Marques Perdígão. Ensaio Histórico-Jurídico-Social. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866, p. 67.

o intra-regional e a política de terras, regulamentado também a colonização. Este último teve como objetivo produzir os números de trabalhadores necessários. Ele segue afirmando:

[...] a opção política pela internalização do mercado de trabalho, como forma de preservar os monopólios e garantir a soberania do Império, não era uma opção cujas razões residiam em fatores estritamente econômicos.¹⁹³

Havia, ainda assim, uma tendência do governo de controlar os processos ligados a resolução da colonização. A manutenção da ordem era uma contundente forma de manter o poder. Mesmo que o controle do processo fosse mantido, as críticas não terminavam na conjugação do questionamento a ser resolvido. O deputado Miguel de Araújo no dia 1º de junho de 1860 na sessão da Câmara dos Deputados, estabeleceu o seu entendimento sobre a falta de braços:

[...] Falando da agricultura, sr. Presidente, eu não posso deixar de fazer sentir a casa que, reconhecendo que ela definha, principalmente por falta de braços, o governo do meu país tem tratado esse objeto, alias de tão sabido alcance e tão grande transcendência, com toda a indiferença, sem que tenha tomado medidas convenientes para que no país se estabeleça um bom sistema de colonização, para que os braços livres substituam aos braços africanos que foram extintos pela abolição do tráfico. Eu não deixei de aplaudir, sr. Presidente, e muito de convicção, a extinção do tráfico em meu país; ela foi uma ideia humanitária e progressista que se realizou entre nós; mas também não deixarei de lamentar que os nossos estadistas, realizando esta medida, ao mesmo tempo não lançassem mão de meios que pudessem suprir a deficiência de braços que necessariamente traria a extinção do tráfico, e que pudessem remover e remediar as faltas que necessariamente resultariam em dano da agricultura, por uma lacuna de tão indeclinável necessidade. [...]¹⁹⁴

Mesmo estabelecendo normas, contratos e leis para a colonização, a impressão era que o governo não encontrava a fórmula correta. O deputado Miguel de Araújo reconhece a questão progressista e humanitária da extinção do tráfico, todavia, o inconformismo em não se resolver o problema era falado abertamente. Nem tudo parecia ser como realmente era. Mesmo que os argumentos seguissem, sempre havia a possibilidade de se tentar

¹⁹³ MATTOS, Ilmar Rohloff. *Op. Cit.*, p. 241.

¹⁹⁴ A fala na íntegra do deputado Miguel de Araújo assim com a sessão da Câmara dos Deputados de 01/06/1860, disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=132489&pasta=ano%20185&pesq=bra%C3%A7os%20livres> Acesso em: 16/03/2017.

impor sua própria ideia. Por causa disso, em um breve comunicado, o jornal *Echo da Nação* destacou em 19 de setembro de 1860 deixando claro sobre o comércio de escravos:

Em outro lugar publicamos um *à pedido*, que procura demonstrar, pela lei da necessidade, a conveniência da restauração do comércio de escravos. Repetimos tal ideia com antirreligiosa, antimoral e anti-humanitária, e mesmo como uma tentativa que seria profundamente funesta ou fatal à sociedade brasileira. A colonização africana como meio, e a europeia mais tarde como fim, isso sim, pode ser tentado. É nossa opinião pelo menos.¹⁹⁵

O motivo da afirmação quanto à opinião do jornal, está amparado, como ele mesmo destacou, sobre a publicação em suas páginas de um *à pedido* que definia a mentalidade de uma pessoa ou grupo. O artigo intitulado “Comércio de escravos” não foi assinado. Temos assim um exemplo de indefinição, mesmo dez anos depois da abolição do tráfico, quanto ao entendimento sobre a melhor mão de obra. A continuidade do tráfico significava o retrocesso. O autor, ou autores, porém, justificou suas afirmativas e disparou. A escolha entre um e outro, segundo o descrito, estava feita, nem o colono europeu, nem o colono africano livre:

Nestas circunstâncias, que vimos de esboçar, qualquer brasileiro que reflita na atualidade, e que considere que quem diz Brasil diz lavoura, porque sem esta, aquele desaparece da lista das nações, não pode deixar de julgar o seu país perdido, a não tomar-se uma medida pronta que o venha salvar do abismo a que o precipitam a força bruta do governo inglês, e a inépcia e pusilanimidade do governo brasileiro. E qual é essa medida? A colonização alemã? Não há mais que esperar dela, já o dissemos com experiência. A emigração portuguesa? Pior, com o mesmo fundamento. Qual será? Não vemos outro senão a restauração do comércio de escravatura. Prevemos que nos objetaram cem tratados com a Inglaterra, mas nós respondemos que é para vencer dificuldades que devemos ter ministros nas nações estrangeiras, e não para estarem balouçando-se fabulosos patrimônios e enormes vencimentos que, a falsos títulos de representação, recebem do tesouro, vencimentos cuja grande e clamorosa redução, de passagem, recomendamos ao governo. Resolvido este obstáculo, poderão falar-nos na desmoralização oriunda da escravatura, e na humanidade conculcada. Nenhuma destas coisas se dá, e tão seguros estamos desta nossa asserção, que não nos ocupamos em demonstra-la sem que ela nos seja contraditada. Escravatura, a escravatura boçal, que venha habituar-se ao serviço da lavoura brasileira, é a que querem os nossos lavradores, é o porquê eles suspiram como o seu pão cotidiano, colonização, qualquer que seja a nação, é coisa com que eles não se podem fazer e colonização africana,

¹⁹⁵ A edição completa do *Echo da Nação* de 19/09/1860, disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830330&pasta=ano%20185&pesq=Colonisa%C3%A7%C3%A3o> Acesso em: 18/06/2017.

especialmente, envolve a ideia da escravidão forçada, que tornará mui suspeitos os fazendeiros que dela se servirem.¹⁹⁶

A sugestão ao retorno do tráfico e novamente a importação de escravos boçais nos parece uma afirmação gerada diante dos questionamentos e ineficiência do processo de colonização a todo o momento criticado. Mesmo que o governo tomasse todas as providências, não devemos estranhar a tentativa de sobrevivência da mentalidade há muito tempo implantada. Podemos dizer que se praticou um exercício cultural escravista. Na visão de Manoel Mauricio de Albuquerque, a abolição do tráfico não modificou logo no início do processo o domínio dos interesses econômicos escravistas. A importação de mão de obra escrava disponível do Nordeste exercida pelas zonas cafeeiras do Sudeste continuou, não havia, portanto, a necessidade de se interessar pelo trabalhador assalariado tão rapidamente.¹⁹⁷ Podemos compreender dessa forma que a escolha do fazendeiro dependia de uma campanha e projeto de colonização eficiente. O interessante é que, no final do texto, o autor sugere que a colonização africana envolva a ideia de escravidão forçada colocando em suspeita os fazendeiros que a apoiaram. Isso vai ao encontro com o que percebemos em relação a essa ideia debatida na imprensa, a questão do retorno do tráfico. Mas então por que a sugestão da restauração do comércio de escravos? Entendemos que seria mais fácil a aceitação do antigo empreendimento escravista do que o novo entendimento a respeito da transição da mão de obra.

O pensamento proposto por Manoel Maurício de Albuquerque, acerca da importação de mão de obra do Nordeste para o Sudeste, foi de fato sentido pelas províncias distantes daquela região do país. A retirada de escravos para suprir as necessidades da agricultura cafeeira viabilizou o empreendimento do tráfico interprovincial. Na sessão de 20 de junho de 1850, o deputado pelo Ceará, Macário, destacou alguns pontos dos problemas passados por sua província no que tange à deficiência de braços:

Sr. Presidente, se tomarmos por ponto de partida para o número de recrutas que deve dar o Ceará a sua população creio que ninguém deixará de convir comigo, que essa província dá número superior ao que devia dar., e que consequentemente sofre vexação na distribuição.

¹⁹⁶ O artigo “Comércio de escravos” encontra-se nas páginas 3 e 4 do *Echo da Nação* de 19/09/1860. A Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional aonde fizemos a pesquisa, dispõe para consulta do periódico somente a partir do nº 197 em 11/09/1860. Disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830330&pasta=ano%20185&pesq=Colonisa%C3%A7%C3%A3o> Acesso em: 01/05/2017.

¹⁹⁷ ALBUQUERQUE, Manoel Maurício. Pequena História da Formação Social Brasileira. Rio de Janeiro: Graal, 1986, pp. 286-287.

Se partirmos ainda das circunstâncias peculiares, que sem dúvida deviam ser atendidas na distribuição, porque convenho em que não é a população a única base para a computação do número de recrutas que se devem apurar em cada província, o Ceará estava no caso de merecer o mesmo favor, pro ser uma província aonde apenas há 4 ou 5 anos começou a agricultura a ser uma indústria, e a ocupar o pensamento, a atividade pública; entretanto que a exportação de escravos tem avultado e crescido consideravelmente desse tempo para cá, e a deficiência de braços para a lavoura vai se tornando sobremodo sensível, e desanimando aos que professam essa indústria. Com a abolição do tráfico dos africanos, que é alias uma das glórias da política dominante, os escravos crioulos começaram a dar grande preço nas províncias do Sul, e desde logo sua exportação tornou-se uma vantajosa especulação, sendo que é mesmo uma profissão bem ruinosa sem dúvida para a prosperidade dessas províncias, mas que não é ilícito impedir. O que cumpre, pois, ao governo fazer em semelhante conjuntura? Compensar as províncias do Norte dessa penúria de braços, que lhes são tirados pelos especuladores em benefício de algumas províncias do Sul, deixando-lhes os braços livres que podem contribuir para aumento e engrandecimento da indústria agrícola, tão atrasada ainda nessas províncias, especialmente no Ceará. A agricultura, senhores, que é sem dúvida a fonte real de riqueza para o nosso país, merece toda a proteção e arrimo dos altos poderes do Estado.¹⁹⁸

O reconhecimento de um tráfico interno para alimentar as províncias do Sul estava em vistas claras, e ao governo cabia a repressão ao comércio transatlântico. Não havia nada de novo, o deputado Macário evidenciou apenas a corrente interna do deslocamento da mão de obra escrava para as províncias do Sul. Ele pediu os braços livres para suprir a demanda. Teria isto causado a sensação de que a dialética da colonização estava baseada na carência de braços? Todo argumento era válido, o interesse estava em prover a lavoura. É a partir do período da consolidação nacional entre 1850 e 1865 de uma relativa estabilidade política dos anos da conciliação entre partidos que fazendeiros das províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo assumiram de fato a causa da colonização, segundo José Juan Meléndez.¹⁹⁹ Tâmis Parron também congrega nesta linha de pensamento assegurando que:

[...] as províncias pareciam baixar o tom de revolta para processar suas demandas apenas nos canais consagrados do Estado nacional, ao passo que ranços partidários davam lugar à aparente união entre liberais e conservadores pelo progresso material do país.²⁰⁰

¹⁹⁸ A fala completa do deputado Macário na Câmara dos Deputados, disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=132489&pasta=ano%20185&pesq=bra%C3%A7os%20para%20a%20lavoura> Acesso em: 08/09/2016.

¹⁹⁹ MELÉNDEZ, José Juan Pérez. Reconsiderando a política de colonização no Brasil imperial: os anos da Regência e o mundo externo. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 34, n° 68, p. 35-60 – 2014.

²⁰⁰ PARRON, Tâmis. *Op. Cit.*, p. 269.

A escolha entre o africano livre e o colono europeu dependeu das disposições políticas no engajamento. Escolher o africano era se indispor com o sistema que estava se estabelecendo e, no Parlamento, as evidências não se concretizaram, a imprensa se tornou o canal para distribuir as ideias. Devemos pensar nesta linha, a do progresso trazido pela extinção do tráfico, pela entrada de colonos europeus e no pensamento antiescravista que se formulava a partir de 1850.

A lavoura gerou riquezas e esta produziu poder, os dois juntos no Brasil imperial estavam representados na política. Poder é um conceito amplo, no entanto, segundo Norberto Bobbio, pode ser definido em um significado geral que “designa a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos. Tanto pode ser referida a indivíduos e a grupos humanos como a objetos ou a fenômenos naturais.”²⁰¹

Circulou, no dia 9 de novembro de 1858, um artigo na corte não assinado, no qual o autor examinou as dificuldades passadas pelos fazendeiros diante da carência de braços. Julgou que isto ocorreu por causa da falta da habilidade do governo em solucionar o problema, apontou críticas pertinentes ao processo e discutiu soluções viáveis. A preocupação em manter o poder através da acumulação de capital apareceu. O autor então destacou:

[...] Ora, suponhamos que, em vez da grandeza, se tratasse da própria existência do país, que a Inglaterra e França não tivessem outros meios de existir senão a lavoura, e que só pudesse ser suprida por braços escravos, perguntamos: Teriam elas abrigado a escravidão? ... Não sabemos. O fato é que em todas as circunstâncias, o Brasil supriu de uma vez o tráfico, e que agora está lutando com as maiores dificuldades para sustentar a lavoura, única fonte de sua prosperidade. Mas como é que de antemão adotou o processo de colonização? [...] Tem pois o governo de escolher os terrenos, procurando os que oferecer melhor clima, fertilidade, e meios de comunicação com mercados, remover obstáculos que se opõe à inteira posse e pronta exploração das propriedades, facilitar aos colonos os meios de chegar, sem distúrbios nem sofrimentos, ao lugar que lhes é destinado, e de sustentarem por um tempo razoável. Prover a legitimidade dos casamentos não católicos e a segurança necessária das sucessões. Ter agentes na Europa para fazer conhecer a verdade a menor exageração. Em uma palavra parecemos que a ação do governo se deve cifrar toda em auxiliar os meios naturais de colonização. Graças à Deus, temos boas terras e dinheiro, vejamos a lei.²⁰²

²⁰¹ BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política. Brasília: Editora UNB, 1998, p. 933.

²⁰² A íntegra do artigo encontra-se disponível nos arquivos do IHGB, pertencente à Coleção Marquês de Olinda – Lata 208 Doc. 53.

Percebemos que houve por parte do autor anônimo o esforço de provar que a colonização era de responsabilidade do governo e que a necessidade do seu sucesso seria a solução. Opiniões como esta, onde apontava soluções e críticas ao governo podem ter fornecido argumento para os defensores da colonização africana. Afinal, o africano seria um ser adaptável e de costume no trato com os fazendeiros. Enquanto não houvesse definição, haveria indagações e espaços para se tentar emplacar ideias e projetos de acordo com os interesses de cada grupo.

A influência exercida pelo poder político da corrente por uma colonização realizada através da mão de obra assalariada foi determinante contra a pequena parte que defendia africanos livres como colonos. Em 1871, foi publicado pela *Typographia Nacional* o livro *Comentário Crítico da Proposta do Governo Imperial às Câmaras Legislativas sobre o Elemento Servil*, cujo o autor assinou apenas como *Magistrado*. Trata-se de uma análise jurídica desde o período da Lei de 1831 até a Lei do Ventre Livre de 1871. O interessante no livro é a abordagem dada à questão que ainda estava indefinida, como suprir adequadamente a mão de obra. A colonização como projeto do governo não suscitou confiança e a escravidão se deflagrou como um mal incontestado. Também podemos ver como uma oportunidade de tentativa na fixação do africano. Isso demonstra como o assunto é complexo no sentido de vencer as mentalidades escravistas para uma melhor produção sobre a égide da humanidade e o progresso. Na visão do *Magistrado*:

[...] Duas fontes alimentavam então a escravidão interna no Império, o tráfico, e a procriação da gente escrava. A primeira tinha acabado; era mister acabar com a segunda, ou antes com a mesma escravidão, fonte de imoralidade, causa de perversão do caráter nacional, motor abastardamento da raça caucasiana, origem da opressão de uns, e do absolutismo de outros, desconhecimento dos preceitos do cristianismo, que liga o gênero humano pelo doce sentimento da fraternidade, rêmora de todo o progresso da indústria nacional, que somente pode desenvolver-se pela influência de moderada liberdade, e pelo emprego de braços livres. [...] ²⁰³

O emprego de braços livres por europeus foi vencendo o certame em relação ao braço africano. Frisar a renúncia de um mal e atraso social abasteceu os discursos do prolongamento contra o africano. Se a colonização africana fosse capaz de vencer a

²⁰³ *Comentário Crítico da Proposta do Governo Imperial às Câmaras Legislativas sobre o Elemento Servil*: Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1871, pp.7-8. O autor da obra assina apenas como *Magistrado* e não existem elementos no livro que possamos identifica-lo.

desconfiança, ela certamente seria tentada. Não podemos, porém, dizer que havia alguma suspeita, o que ocorreu era a conjugação de modernidade social através da transição do trabalho no Brasil imperial. Trocar o escravo pelo europeu aparecia como um bom negócio incentivado pelo governo, imprensa e política. No entanto, tínhamos o outro lado da moeda.

A tentativa pelo imigrante europeu esbarrou também em um discurso que podemos perceber na imprensa que apoiou enfaticamente a colonização africana, o do trabalhador não talhado ao labor duro da lavoura. Sobre isto, Ana Lúcia Lanna destaca que um dos empecilhos ao desenvolvimento da imigração era receio dos produtores pelo desconhecimento da capacidade do trabalhador livre e a adaptação as relações do trabalho livre.²⁰⁴ Parece-nos pertinente avaliar dessa forma, mas a onda imigrantista precisava vencer as desilusões dos fazendeiros em não poder contar com o africano na frequência de costume.

Os interesses políticos e econômicos se agregaram em defesa de uma melhor forma e mais viável na substituição dos braços nas lavouras do país. Na província do Rio de Janeiro, essa prática não era diferente. No ano de 1859, o presidente da província do Rio de Janeiro, Ignácio Francisco da Silveira Motta, o Barão de Vila Franca, em seu relatório apresentado na Assembleia Legislativa fez diversas considerações sobre a escassez de braços e a colonização. O relatório demonstrou as dificuldades enfrentadas pelos fazendeiros quanto à disposição de trabalhadores suficientes. Elegeu cessação do tráfico, mesmo reconhecendo a sua importância humanitária e civilizatória, como a culpada pelo “esmorecimento da lavoura.” Alegou que a substituição desses braços era muito lenta e os custos para os lavradores elevados e que isto gerava manifestação contra a colonização.²⁰⁵ O Barão de Vila Franca tinha interesses sobre a agricultura que iam além de suas atribuições como presidente de província. Ocorre que, ele dedicou-se a lavoura se aliando a um importante fazendeiro, o Visconde de Araruama.²⁰⁶

²⁰⁴ LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata mineira, 1870-1920*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988, p. 82.

Mesmo que a autora trate da Zona da Mata mineira a questão da transformação do trabalho escravo para o livre, a discussão proposta por ela compreende aspectos pertinentes ocorridos na província do Rio de Janeiro. Percebemos muitas características que aproximam as regiões tanto nos discursos como na atuação técnica do processo.

²⁰⁵ O Relatório Provincial do Rio de Janeiro apresentado à Assembleia Legislativa em 1859, disponível em: <brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1685/000003.html> A análise do Barão de Vila Franca a respeito da colonização encontra-se nas páginas 20 e 21. Acesso em: 18/05/2017.

²⁰⁶ Sobre o Ignácio Francisco Silveira da Motta, Barão de Vila Franca: Consultar o Dicionário Bibliográfico Brasileiro Sacramento Blake – Volume III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895, pp. 269-270. Disponível em: <www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00295730#page/3/mode/1up> A respeito de José

Como vemos, o Barão de Vila Franca não poupou em seu relatório as críticas que julgava pertinente. Do ponto de vista econômico e das atividades produtivas, a administração provincial dispensava uma carga consistente de preocupação, não à toa, os presidentes da província se mantiveram bem informados. Então, podiam formular políticas de fomento para diversos setores da administração. No relatório essas atribuições ficaram explícitas, ainda mais em um homem proprietário de terras. A escolha pelo colono europeu se configurou como óbvia, devido ao projeto do governo, entretanto, a oportunidade pela escolha do colono africano através da colonização poderia surgir como oportunidade. No relatório de 1860, o Barão de Vila Franca, no item a respeito da agricultura comentou: “Com mágoa cumpre-me expor-vos que a agricultura continua a lutar com os mesmos embaraços descritos no meu último relatório.”²⁰⁷

O sentimento do Barão de Vila Franca, no relatório de 1860, refletindo o de 1859, demonstra como houve dificuldade no momento da passagem da mão de obra escrava para a livre assalariada quanto à melhor e à quantidade adequadas. Possivelmente, as repercussões nos jornais, promovendo artigos a favor da colonização africana, podem ter criado algum tipo dificuldade para a importação dos colonos europeus. O que sabemos era que, no momento, muitas dúvidas suscitavam. Aliou-se a isso, outra propriedade importante que não devemos desprezar na tendência em preferir o africano, o costume ainda falou forte.

Sempre que surgia a oportunidade, conforme já abordamos, aparecia o plano em reproduzir no Brasil o que França e Inglaterra fizeram em suas colônias nas Antilhas. Ajustava um diálogo em que a colonização africana seria possível e viável. Seguiu a discussão, e esta era mais provocada e fomentada pelo lado da imprensa, que defendia o colono africano como referência, do que aqueles que entendiam na viabilidade do colono europeu. Na verdade, houve a tentativa de se prolongar o processo do trabalho africano como lícito no momento da abolição do tráfico de escravos. O próprio tráfico interprovincial, que fomentou economicamente a estrutura escravista, permitiu a criação

Carneiro da Silva, o Visconde de Araruama, consultar: Dicionário Bibliográfico Brasileiro Sacramento Blake – Volume IV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895, p. 380. O Visconde de Araruama dentre suas atribuições: Sócio fundador do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e sócio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Disponível em: <www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00295740#page/386/mode/1up> Acesso em: 19/05/2017.

²⁰⁷ Relatório Provincial do Rio de Janeiro de 1860, disponível em: <www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00295740#page/386/mode/1up> Sobre a citação, consultar as páginas 21 e 22 do relatório. Acesso em: 25/05/2017.

de novas possibilidades do uso do escravo. Do Norte para o Sudeste direto para as lavouras das zonas cafeeiras, a garantia viável e a permanência da produção.

Certo de que a colonização africana seria a melhor solução para a lavoura brasileira e o braço africano, o mais conveniente do que o braço do europeu, o jornal *O Paiz* na edição de 20 de outubro de 1860 foi categórico em afirmar:

[...] A colonização europeia é uma impossibilidade, física e moralmente falando. Os fatos o provam de sobejo, e o estado da Europa não oferece dúvidas ao espírito observador e refletido. O que nos cumpre enquanto é tempo, é estudar a maneira mais conveniente de promover a colonização africana a exemplo de que praticou a França ainda a bem pouco tempo, e que praticará logo que remova as dificuldades em que se acha a respeito da política europeia. É para a Costa da África que devemos voltar as nossas vistas, porque é de lá que nos veio a abundância e a prosperidade que temos gozado e que ainda hoje gozamos. Procuraremos preparar a opinião pública para satisfação de uma necessidade real de nosso país; tratemos de ilustrar a nação a este respeito; vamos preparando o terreno e removendo as dificuldades que nos serão apresentadas pela Inglaterra: deixemos de uma vez essas utopias com que se procura embalar o espírito público e dar ânimo aos nossos fazendeiros, porque o dia do desengano virá e virá breve e a nação com razão se poderá queixar daqueles que tudo podiam ter feito em benefício de todos, mas que só cuidaram da política e da elevação das individualidades.²⁰⁸

As afirmações do jornal foram provocativas e afirmativas ao mesmo tempo. Dizer que da Costa da África “veio a abundância e a prosperidade que temos gozado e que ainda hoje gozamos” é o mesmo que afirmar que o africano através da escravidão proveu ao Brasil suas riquezas. Residiram sobre esse tipo de afirmação as negativas quanto às prerrogativas de uma colonização africana mesmo que temporária. Sobre o africano recaía a desgraça do atraso e da incivilidade, enquanto no europeu morava a esperança da civilidade e razão. A dualidade entre colono africano e europeu precisou ser resolvida, pelo governo o fato estava sacramentado, os europeus dariam conta dos braços carentes na lavoura. Contudo, isto não era fato consumado na imprensa que defendia a ideia de colonos africanos. Principalmente, *A Patria* e *O Paiz* que sustentaram seus argumentos, o braço africano simbolizou para eles a escolha correta, pois, afinal, depois de anos de escravidão, o processo não poderia ser descontinuado definitivamente.

²⁰⁸ A edição do *O Paiz*, disponível em: memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364843&PagFis=86&Pesq=Colonisa%C3%A7%C3%A3o%20africana Acesso em: 15/05/2017.

Diante de todo o panorama estudado, as consequências do pós 1850 definitivamente mexeram nas estruturas da ordem escravista vigente. A escolha do melhor processo da passagem entre a mão de obra escrava para a livre assalariada se afeiçoou na segurança e melhorias progressistas que a colonização europeia poderia trazer. A própria abolição do tráfico de escravos foi responsável por tentar desvincular a estrutura escravista de uma dependência do braço escravo que não parecia ceder. O fazendeiro interessado no colono africano tentou transformar a sua necessidade por mão de obra em continuidade do sistema.

O governo, por outro lado, tinha no projeto de colonização europeia a solução para a lavoura brasileira. Eulália Maria Lahmeyer Lobo definiu perspectivas do processo que determinou parâmetros no momento da transição do trabalho. Para a historiadora, a abolição do tráfico, em 1850, aliada à baixa natalidade e expectativa de vida do escravo, promoveu as justificativas para o alto preço que o escravo passou a ter. A autora segue afirmando que o investimento feito pelos fazendeiros nos cativos, prejudicou a introdução de tecnologia que ajudasse na mão de obra e na restauração do solo. Outra circunstância apontada por ela foi a criação da Carteira de Crédito Agrícola, no Vale do Paraíba, que exigiu, para fins de empréstimos, a comprovação pelo fazendeiro do tamanho da propriedade e mensuração da terra. Muitos agricultores hipotecaram suas terras para superar as crises cíclicas que atingiu o mercado externo, aliado ao alto custo da mão de obra.²⁰⁹

O Vale do Paraíba, segundo Eulália Lobo, sofreu as consequências de uma crise cíclica. A própria posse da terra foi um elemento que influenciou nas mudanças. Mas o que nos chamou atenção foi o fato de que o fazendeiro do Vale investia pesado no escravo e não se apropriava de novas técnicas surgidas para a melhor lida com a terra, principalmente com o uso de máquinas. Tudo isso é colocado no aspecto do lucro do vendedor de escravos, ou seja, as características econômicas podem ter inspirado a continuidade do africano nas lavouras das zonas cafeeiras. Na mentalidade dos defensores da colonização africana, ela estava pronta para cumprir este papel. As eloquências de parte a parte em defesa de suas ideias deram a tônica do que se queria. A escravidão era uma instituição sólida ainda o suficiente para resistir. Pedir colonos vindos da África ou Europa para suprir a demanda de trabalho, não significou diretamente a vitória de uma

²⁰⁹ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. História político administrativa da agricultura brasileira: 1808-1889. Brasília: Ministério da Agricultura, 1979, p. 53.

parte ou outra. Podemos afirmar que diante de tantas consequências em jogo sobre termos econômicos e sociais, não houve a disputa só entre projeto e ideia. Identificamos também a presença de uma forma, talvez, mais eloquente de tratar os assuntos decorrentes da transição do trabalho escravo para o livre. O país discutiu um assunto importante que tinha a degradação do cativo impregnado em sua história, até então, sobre a égide civilizatória. O pensamento que percebia o colono africano como solução foi a oportunidade de continuísmo, sem demonstrar que havia transgressão contra a nova política de colonização. Neste caso, havia também a visão que o africano poderia ser subjugado e o europeu não.

Capítulo III - O jornal *O Paiz* em 1860 e sua ideia de promover a colonização africana

A colonização africana não surgiu como um projeto, e sim como uma ideia. Era necessário abrir a discussão sobre qual a melhor forma para substituir o africano. Isso vinha ocorrendo durante a década de 1850, como já demonstramos, principalmente a partir de 1854, com o jornal *A Patria*. Porém, os defensores da continuidade do africano nas lavouras tentaram, em algumas ocasiões, propor uma transição utilizando-o como colono livre, conforme estava previsto na lei. A partir do ano de 1860, quem mais tentou construir o ambiente para isso foi *O Paiz*. Os periódicos, em sua maioria, não compraram essa ideia, uma vez que ela estava associada ao receio da volta do tráfico. Na imprensa da escravidão, no entanto, havia uma relação complexa, que permitia ao mesmo tempo aos jornais abolicionistas divulgarem livremente debates sobre o assunto e manterem um conservadorismo social.²¹⁰ É dentro desses auspícios que ocorreu a discussão entre os periódicos a respeito da colonização africana e europeia.

A dualidade entre a continuidade do escravismo, depois da extinção do tráfico, em 1850, e o processo que traria para o país, finalmente, a possibilidade de um Estado civilizado com a presença do colono europeu serviu de conteúdo para a imprensa da capital do império. Para os jornais, os métodos antiescravistas aplicados e aliados à ideia de progresso culminaram na inspiração de pensamentos²¹¹, ou seja, não se aventava a possibilidade da entrada de africanos em terras brasileiras. Um espectro positivo trazido pela abolição do tráfico para a imprensa foi o desenvolvimento cada vez mais apurado de argumentações a favor do trabalho livre.

Na primeira parte deste capítulo apresentaremos os periódicos que julgamos importantes contra e a favor da ideia de colonização africana. Quem eram e como se posicionaram, pois, compreender isso é demasiadamente pertinente para o nosso trabalho. Na segunda, analisaremos as argumentações entre esses periódicos. Toda justificativa favorável ou contrária era colocada à disposição do leitor para sua análise, para que ele realizasse uma reflexão sobre se caberia ou não ainda a entrada do africano para trabalhar

²¹⁰ MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro de. Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 86.

²¹¹ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das & MACHADO, Humberto Fernandes. O Império do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, pp. 363-364.

nas lavouras do país. Finalizando o capítulo, na terceira parte, enfatizaremos o fato de que a ideia de colonização africana se manteve restrita aos periódicos. Isso ficou no cenário da planificação da viabilidade de um possível projeto, caso ocorresse uma aceitação mais significativa perante a opinião pública.

3.1– Apresentando os periódicos: como se posicionaram diante da tentativa de uma colonização africana

A utopia da colonização africana parecia perpassar o ideário de *A Patria* e *O Paiz* quando apresentaram propostas sobre a melhor forma de substituir o escravo nas lavouras brasileiras, que certamente não haveria de ser com a realização do braço europeu. Em contrapartida, jornais contrários a tal ideia acreditavam que ela não passava de um tráfico disfarçado. Basicamente, os argumentos se fundamentavam entre o tráfico disfarçado e a barbárie produzida pela escravidão, de um lado, e, de outro, a continuidade de um sistema seguro, de costume que abordou as características físicas do africano como vantajosa para o trabalho pesado na lavoura. A dinâmica dos pensamentos foi importante, pois fomentou a conjuntura da época na tentativa de emplacar uma ideia com o objetivo de pavimentar um projeto concreto. Dessa maneira, nos permite compreender as circunstâncias de como cada protagonista do processo, os jornais, atuaram nos enfrentamentos pós-abolição do tráfico em 1850.

O periódico *A Patria* foi fundado por Carlos Bernardino de Moura, um ex-militar que exerceu a profissão de professor primário em Niterói até 1853, quando passou a dedicar-se ao jornalismo, atuando como redator. Circulou nas cidades do Rio de Janeiro e de Niterói, entre os anos de 1854 e 1890, passando ao longo de todo esse tempo por mudanças de nome. Após 25 de março de 1860, passou a se chamar *Echo da Nação*; de 1861 até 15 de outubro de 1862, denominou-se *A Revolução Pacífica*, quando posteriormente retomou seu nome de origem.²¹² Quanto ao *O Paiz*, circulou na corte durante poucos meses de 1860, mantendo suas edições aos sábados, a partir de 17 de março. A última publicação ocorreu em 10 de outubro.²¹³ Esse periódico foi fundamental

²¹² As informações referentes à Carlos Bernardino de Moura e o *A Patria* são encontradas na seguinte publicação: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Volume II. Dicionário Bibliográfico Brasileiro: Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1893, p. 57. Disponível em: www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681 Acesso em: 09/10/2017.

²¹³ Todas as edições do *O Paiz* estão disponíveis para consulta na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional no site: bdigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Infelizmente não foi possível localizar o editor do jornal, pois em nenhuma das edições está descrito o nome do responsável. Em nossas pesquisas evidenciamos que o periódico circulou apenas no ano de 1860. Esse jornal não é o mesmo de 1884.

para a nossa pesquisa, pois, por meio dele pudemos explorar o tema, para compreendermos os motivos que levaram aos debates na província do Rio de Janeiro, prós e contra a ideia de colonização africana, principalmente na imprensa.

Como contraponto, aos dois referidos periódicos, analisamos jornais importantes e de grande circulação, como o *Jornal do Commercio*, *O Correio da Tarde*, *O Diario do Rio de Janeiro*. Tais publicações surgiram como principais agentes promotores de discursos e argumentos contra a colonização africana e divulgadores do projeto de colonização europeia. *O Correio Mercantil*, também de ampla tiragem, adotou uma linha editorial mais neutra, contudo, deixando evidente que apoiava a colonização europeia. Suas edições se voltaram para o colono europeu como solução do problema da escassez de braços para a lavoura. Periódicos de menor abrangência editorial também fizeram parte do seguimento a favor do colono europeu.²¹⁴ Tania Regina de Luca avalia que “o caráter doutrinário, a defesa de ideias e a intervenção no espaço público caracterizaram a imprensa de grande parte do século XIX”.²¹⁵ As características apontadas pela autora são pertinentes, pois podemos certifi-cá-las nas formas como os jornais escolhiam criteriosamente as melhores palavras e argumentos a serem empregados.

A ideia de colonização africana foi defendida basicamente com os princípios do africano livre como colono. Contemplar essa função de colono livre poderia ser uma possível afirmação concreta, isto é, tentar emplacar o continuísmo do africano nas lavouras. Tanto *A Patria* como *O Paiz* não escreveram em suas páginas qualquer palavra ou argumento que pudesse sustentar a entrada dessas pessoas no Brasil como escravas. A ideia de colonização africana não era nova, e nem tão pouco dispensável para resolver o problema da mão de obra. Ainda em 1826, o militar, matemático e, posteriormente, membro correspondente do IHGB, José Eloy Pessoa da Silva²¹⁶, sugeriu, através de uma “memória”, a entrada de colonos europeus, africanos livres e escravos por meio de uma empresa monopolista. No item denominado *Sobre a colonização dos Africanos*, destacou:

²¹⁴ Jornais como: *A Actualidade*, *O Notificador Curioso*, *O Auxiliador da Indústria Nacional*, *A Abelha*, *O Republico*, *O Grito Nacional*, *O Guanabara*, *A Marmota da Corte*, *A Marmota*, *O Americano*, *O Brasil*, *Periódicos dos Pobres*, *Reformista*, *A Carapuça*, *O Moderador*, *O Tyrano*, *Monitor Brasileiro*, *Compilador e Brasil Commercial* deixaram a sua contribuição quanto à discussão entre colonização europeia e africana. Para esses jornais a exaltação ao colono europeu era positiva e críticas quanto à tentativa do africano como opção negativa. O possível retorno do tráfico de escravos também rondava seus argumentos.

Todos os periódicos citados estão disponíveis para consulta em: <bdigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>
²¹⁵ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) Fontes Históricas: São Paulo: Editora Contexto, 2011, p. 133.

²¹⁶ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Volume IV. Dicionário Bibliográfico Brasileiro: Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1898, pp.411-412.

1-Que se trate de determinar o menor número possível de escravos que devam introduzir no Brasil no primeiro ano de trabalho da Comissão. 2- Que esses escravos só possam ser fornecidos por uma Companhia de Capitalistas existentes nesta Corte a qual deverá gozar do exclusivo e a comprará por isso anualmente ao Governo por intermédio do parecer da Comissão; valor que ficará na Comissão. 3- Que esta mesma Companhia se encarregue de haver transportar os colonos da África à sua custa para ser indenizada pelo caixa da Comissão. 4- Que a Comissão autorizada devidamente pelo Governo proponha e mantenha relações com os Príncipes da África para a entrega dos infelizes, que eles quiserem expelir do seu país, dadvindo por isso a Comissão àqueles Príncipes com ofertas feitas à custa do caixa da mesma: devendo tais indivíduos serem considerados como colonos, e como tais serem distribuídos pelos proprietários. A respeito desses colonos subsistirá igualmente o disposto no artigo 10 para a colonização de europeus.²¹⁷

A proposição apresentada por José Eloy parecia ser a solução para o tráfico de escravos sem burlar a lei, acabando com ele gradativamente, ao mesmo tempo em que haveria o transporte de colonos africanos e escravos. Devemos lembrar que, em 1826, Brasil e Inglaterra assinaram um tratado para a abolição do infame comércio. O negócio interatlântico de cativos se tornaria ilegal em três anos após ratificação do acordo.²¹⁸ Fazia sentido, portanto, que a aquisição dos escravos e colonos africanos fosse realizada diretamente com “os Príncipes da África”, havendo o controle do governo na maior quantidade possível. Assim, o processo estaria contemplado, teríamos colonos europeus, colonos advindos da África e escravos, tudo legalizado sem intermédio do traficante. A permanência do africano como mão de obra essencial, continuou como base dos discursos daqueles que a defenderam. Se o africano livre iria se transformar em escravo ou não, era algo a ser discutido.

Após 1850, não houve muitas mudanças nessa linha de pensamento para a introdução de uma colonização africana. O que pautava essa agenda era tratar do assunto sem ferir os interesses vigentes. Jaime Rodrigues afirma que durante a primeira metade do século XIX, mesmo que se projetassem transformações nas relações escravistas, não havia unanimidade na gradual extinção da escravidão com o fim do tráfico.²¹⁹ Essa ideia nos faz pensar como os antagonistas à colonização africana formaram suas opiniões e formulavam acusações quanto a um tráfico disfarçado, caso a proposta fosse executada.

²¹⁷ SILVA, José Eloy Pessoa da. Memória sobre a escravatura e projeto de colonização dos europeus e pretos da África no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Plancher, 1826, pp. 22-23.

²¹⁸ BASILE, Marcello Otávio Neri de C. O império brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 215.

²¹⁹ RODRIGUES, Jaime. O Infame Comércio: Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil, 1800-1850. Campinas: Editora Unicamp, Cecult, 2000, p. 81.

A historiografia trata da colonização como um processo de transição da mão de obra no Brasil, ou seja, a passagem da escrava para a livre.²²⁰ Os europeus são os mais citados e pesquisados devido à riqueza de fontes; e porque estavam incluídos no projeto do governo Imperial. Para compreendermos como o contexto da frase *Colonização africana sim, tráfico de escravos não*, fazia sentido dentro da ideia de importação dos africanos como colonos livres, precisamos perceber quem eram os demais protagonistas na imprensa. Para tanto, faremos um breve perfil sobre as outras folhas que consideramos importantes.

O *Jornal do Commercio* era um dos principais periódicos que circulava na corte. Fundado em 1826 pelo francês Emilio Seignot Placher, foi dirigido por Junius Villeneuve a partir de 1830, sendo o mesmo que, dois anos depois, passou a ser o proprietário.²²¹ Seu posicionamento era declaradamente contrário à ideia de colonização africana. O *Diario do Rio de Janeiro* se caracterizou por ser um dos mais antigos jornais do país e circulou tanto na cidade do Rio de Janeiro como em Niterói diariamente. Na década de 1850, passou por diferentes direções, como as de Nicolau Lobo Vianna, Antonio Maria Navarro de Andrade, José de Alencar e J. F. Lopes Anjo.²²² *O Correio da Tarde*, por sua vez, teve como redator e gerente, entre os anos de 1855 e 1858, José Christino da Costa Cabral, importante jornalista, conhecido por ter publicado coleções de diversos artigos sobre agricultura, escravidão, colonização e política no *Diario do Rio de Janeiro*, usando, à época, o pseudônimo de *Cincinato*, principalmente entre os anos de 1836 e 1838.²²³ Suas edições também eram diárias. Já o *Correio Mercantil*, também de circulação diária, promovia em suas páginas notícias e posicionamentos quanto à colonização europeia. Não parecia disposto a apoiar a colonização africana, pois entendia que a carência de braços deveria ser resolvida com os europeus. Era de propriedade de Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto e dirigido por seu genro Francisco Otaviano de Almeida

²²⁰ Autores como: Humberto Machado, Manoel Mauricio Albuquerque, Paula Beiguelman, José Murilo de Carvalho, Emilia Viotti da Costa, Caio Prado Junior, Daniel Val Cosentino, Celso Furtado, Maria Lúcia Lamounier, Ana Lúcia Duarte Lanna, José Roberto do Amaral Lapa, Ana Luiza Martins e Roselene de Cássia Coelho Martins contribuíram para a historiografia brasileira sobre o processo de colonização partindo da visão da transição da mão de obra escrava para a livre pós 1850 depois da proibição do tráfico. Este aspecto é totalmente plausível diante das circunstâncias previstas na Lei de Terras. As obras dos autores citados podem ser consultadas na bibliografia disponibilizada em nosso trabalho.

²²¹ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Volume V. Dicionário Bibliográfico Brasileiro: Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899, pp. 268-269.

²²² Podemos encontrar os redatores do *Diario do Rio de Janeiro*, assim como as informações a respeito de sua circulação nas edições disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional: bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 13/10/2017.

²²³ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Volume IV. Dicionário Bibliográfico Brasileiro: Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, p. 383.

Rosa. A conciliação foi o tom político adotado, permitindo que a folha pudesse se alinhar com as ideias vigentes na época.²²⁴

A visão pragmática que o problema da mão de obra exercia sobre a resolução da questão estava pautada em um anonimato que, a nosso ver, dava proteção aos que queriam um projeto de colonização africana. Mesmo que *A Patria* expusesse claramente o nome de seu proprietário, não se pode atribuir a ele qualquer menção sobre africanos livres como colonos. Em *O Paiz*, a figura por trás das edições era ainda mais contundente. Nem mesmo no cabeçalho se divulgava o nome do redator ou proprietário. É possível, no entanto, não auferir aos dirigentes dos jornais algum tipo de responsabilidade?

No caso do *O Paiz* é possível responsabilizar o redator, ou os redatores, já que o mesmo se auto intitulou um “órgão da lavoura”²²⁵, tomando partido a favor da agricultura. Em *A Patria*, por sua vez, é impraticável fazermos uma afirmação, apesar das evidências em defesa da colonização africana. O fato era que tal tema estava no centro de uma situação que se apresentava depois do fim do tráfico, em 1850, e na passagem da mão de obra escrava para a livre. Para Humberto Machado, o trabalho livre por meio do imigrante encontrou condições novas nas áreas cafeeiras em virtude da propagação de práticas capitalistas, pois a cafeeira do Vale do Paraíba foi superada pela do Oeste Paulista. Isto estava atrelado às dificuldades da obtenção de mão de obra escrava após a proibição do tráfico. O autor ressalta, ainda, que houve resistência dos senhores que usaram cativos em suas fazendas até a abolição da escravidão.²²⁶

O cenário descrito por Machado coincide com o debate travado na imprensa sobre colonização africana e europeia sucedido entre os anos de 1854 e 1860. Para pressionar o governo, o discurso na Câmara dos Deputados, em alguns momentos, adotava três vertentes, cujos ecos se faziam sentir na imprensa: a carência de braços; o projeto do governo de colonização europeia; a necessidade de superar o tráfico de escravos e suas mazelas anti-civilizatórias. Tais discursos surgiram como oportunidade para reforçar as alegações de que a saída estava em continuar investindo no africano.

²²⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, pp. 218-219. O autor explica que o periódico foi de importância significativa em seu tempo por ter conseguido diversificar as publicações em suas páginas. Ao mesmo tempo em que falava de política, publicava sobre literatura. Segundo Werneck: O folhetim espelhava os acontecimentos: inauguração das corridas de cavalos, os partidos que se formavam após récitas do teatro lírico, chegando ao choque entre seus componentes, o aparecimento das máquinas de costura(...), p.219.

²²⁵ A edição do *O Paiz* onde ele faz esta afirmação foi na sua primeira em 17 de março de 1860. Disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364843&pasta=ano%20186&pesq=orgam%20da%20lavoura> Acesso em: 16/10/2017.

²²⁶ MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e Brados: José do Patrocínio e a Imprensa Abolicionista do Rio de Janeiro*. Niterói: Editora da UFF, 2014, p. 108.

Peter Eisenberg examinou a mentalidade dos fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878.²²⁷ Ao olhar do autor, o congresso ocorreu dentro da mesma conjuntura da década de 1850 no tocante às questões que envolveram as necessidades por mão de obra, mesmo vinte e oito anos depois. Tantos os fazendeiros do Vale do Paraíba quanto os do Oeste Paulista apresentaram o semelhante problema em relação à diminuição de trabalhadores. A crítica estava ancorada em como pensar a transição do trabalho naquela especificidade. O que podemos concluir da análise de Eisenberg, portanto, é que ela se aproxima da sugestão da vinda e permanência do africano como trabalhador livre via colonização por ser alguém dotado de atributos físicos capaz de suprir, em qualquer circunstância, as dificuldades da lavoura. Do outro lado, estava o argumento permanente do atraso e do tráfico disfarçado. Outra posição é a da singularidade de um pensamento progressista que os fazendeiros do Oeste Paulista pareciam querer imprimir. Quando, em 5 de outubro de 1857, o *Jornal do Commercio* criticou a implementação da colonização africana nos moldes da ocorrida nas colônias francesas e inglesas, também afirmou que a escravidão havia sido abolida em ambos. Então não era útil para o Brasil fazer comparação com tais modelos. E prossegue afirmando outras situações proporcionadas pela presença do africano:

Tendo cessado o tráfico de africanos, que trazia para o seio do Império milhares de escravos por ano, nenhum outro recurso resta para se sustentar e desenvolver a nossa agricultura que não seja a colonização. É evidente pois que o maior cuidado do governo e de todo os brasileiros deve dirigir-se para a escolha dos melhores, dos mais moralizados e mais úteis colonos, e ninguém ousará dizer que o negro africano, estúpido, sem religião e sem moral, deva ser preferido ao colono europeu, inteligente, civilizado e capaz de introduzir melhoramentos em qualquer trabalho do que se ocupar.²²⁸

Podemos perceber a fixação do conceito afirmativo de civilização proporcionada pela presença do trabalhador europeu noticiado pelo periódico. Os lados tentaram avaliar as vantagens de suas ideias quanto ao melhor modelo de colonização. É claro que, para se continuar um progresso que viria com o fim do tráfico, as conclusões do *Jornal do Commercio* eram válidas, foi preciso defender sua posição. O rompimento com o atraso era reforçado sempre que necessário, e o jornal não poupou argumentos para defender

²²⁷ EISENBERG, Peter L. A Mentalidade dos fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878. In: Modos de Produção e Realidade Brasileira. Petrópolis: Vozes, 1980.

²²⁸ *Jornal do Commercio*, edição disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_04&pasta=ano%20185&pesq=colonisa%C3%A7%C3%A3o%20africana> Acesso em: 16/10/2017.

que o país deveria aproveitar o fim do comércio de escravos e rumar em direção a um futuro próspero. A Europa era sinônimo de evolução e de progresso.

Para sistematizar a colonização africana como um “mal necessário”, *A Patria* e, principalmente, *O Paiz* enfatizaram as vantagens físicas do africano. O tráfico de escravos não poderia ser visto como empecilho para este modelo de colonização, afinal, naquele momento esse entrave havia sido superado. Não obstante, a busca permanente pela mão de obra africana não era deixada de lado. Não é difícil compreender por que o jogo de argumentações a favor e contra a introdução de colonos africanos, na década de 1850, era constantemente colocado em pauta.

Nesse jogo entre a ideia e sustentar um projeto, o jornal *Correio Mercantil* se destacou como um divulgador bem fundamentado da colonização europeia. Além de ter atuado demonstrando a importância da cooptação de mão de obra livre para o Império, o periódico não se restringiu à corte, apresentando notícias das experiências em outras partes do país. Ao ver do periódico, não havia muita clareza no projeto de colonização do governo, tanto que, sistematicamente, ele abria a oportunidade de trocar informações e apoiar outras folhas, como fez com o *Jornal do Commercio*. *O Correio da Tarde* também assumiu uma postura de tentar encontrar soluções para a diminuição de trabalhadores aptos para o campo e via, na colonização europeia, a solução. Podemos afirmar que entre os jornais envolvidos não havia uma unanimidade de como deveria ser resolvido o processo de transição do trabalho escravo para o livre. Uma situação, porém, era certa, enquanto houvesse cativos, eles teriam que ser usados. A mentalidade escravista sempre aflorava, apesar de em muitos discursos atentarem para os temas da civilização e da barbárie. A primeira palavra significava um avanço social, já a segunda, o atraso. A autora Célia Maria Azevedo verifica essas questões em sua obra.²²⁹

Nessa intensidade argumentativa, o *Diario do Rio*, que circulava na corte desde os anos 1820, tinha vasta experiência em analisar a colonização europeia e seus benefícios. Mesmo apontando os seus problemas, de qual a mais eficaz forma de fazê-la, acreditava que essa era a melhor direção. Quanto à ideia de colonização africana, o jornal era bastante crítico, utilizando o desmerecimento de ser levado a sério. O caminho para um possível retorno do tráfico aparecia e o periódico afirmou:

Quando emitimos anteriormente algumas considerações acerca da imperiosa necessidade de promover a colonização, quando insistimos

²²⁹ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra medo branco: O negro no imaginário das elites – Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Verificar principalmente os capítulos 1 e 2.

com tanto empenho nas medidas a empregar para obter este resultado, medidas que julgamos em nossa convicção as únicas capazes de chamar os emigrantes a este país, a fim de remediar os males que ameaçam a nossa lavoura, quando pedimos ao governo que atendesse para este importante assunto de interesse público, não estávamos longe de prever as tentativas que os especuladores farão, aproveitando o ensejo, para renovar o desumano comércio do tráfico. [...] Estas ideias, que aventuramos com toda a força da nossa convicção, vemo-las hoje esposadas por quase toda a nossa imprensa periódica, e a redação do Correio da Tarde mostrou ainda há pouco que concordava plenamente com as reflexões que mais de uma vez neste sentido tivemos a honra de oferecer ao público. [...]²³⁰

Outra visão que foi se desenvolvendo nas páginas dos jornais críticos da colonização africana, diz respeito à qualidade do trabalho escravo. Mesmo que por vezes esse argumento não estivesse tão explícito, a desqualificação era buscada com alguma recorrência. Essa visão estava baseada na incapacidade intelectual do negro, dentro de qual entendimento a sua função era apenas trabalhar.

A entrada de pessoas brancas no país, através de um processo de imigração europeia, serviu de pano de fundo para esse debate. Para os defensores da ideia de colonização africana, o esforço em demonstrar que os africanos, como colonos livres, continuariam colaborando para o progresso não bastava. O africano, mesmo que livre, sempre estaria ligado ao retorno do tráfico. Conforme destacamos anteriormente, Célia Maria Azevedo trouxe para o debate historiográfico a visão de um ideal do homem branco europeu para melhorar e civilizar o país.²³¹ Algo que podemos perceber e que se encaixa nos discursos dos jornais que combateram a colonização africana. Mesmo com uma forma de enxergar nos imigrantes europeus um processo civilizatório, o pensamento escravista ainda era muito vigoroso.

A decepção com as práticas em suprir a escassez de braços, exposta nos relatórios (1859 e 1860) do Barão de Vila Franca, conforme destacamos anteriormente no capítulo 2, era uma tendência apresentada nas páginas dos jornais *A Patria* e *O Paiz*. Eles pareciam coadunados com esse tipo de desalento. A incapacidade de o governo prover a agricultura também foi ressaltada por esses jornais. Quanto aos periódicos contrários à ideia de uma colonização africana, fica claro que buscar a solução estava diretamente ligado à tendência das novas maneiras de que se poderia encarar a realidade.

²³⁰ *Diario do Rio de Janeiro*, edição de 18 de dezembro de 1855. Disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&PagFis=45278&Pesq=Colonisa%C3%A7%C3%A3o%20africana> Acesso em: 10/01/2018.

²³¹ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Op. Cit.*, pp. 59-87.

A imprensa, nesse momento, assumiu posicionamentos que ajudaram a modificar e atrair pensamentos. Era a constante tentativa nos jornais de demonstrar que o lado correto estava pronto para quem segue a lei, ou seja, o projeto do governo de colonização. À medida que a imprensa se transformava em uma empresa, mesmo tendo a escravidão permeado suas páginas, havia sempre um espaço privilegiado nos periódicos para a produção intelectual e política.²³² O embate entre a colonização africana *versus* colonização europeia refletiu essa disposição, se fosse colonização africana, sim; tráfico de escravos, não. Isso não bastou para convencer os demais periódicos contra a ideia. Apenas a retórica não se tornou suficiente, teria que avançar mais. No crescente de importância que os jornais ganharam perante o público letrado, mesmo que esse fosse a minoria, provavelmente, a maioria seria atingida. Com a escravidão não foi diferente. Os periódicos *A Patria*, *O Paiz*, *Jornal do Commercio*, *Correio Mercantil*, *O Correio da Tarde* e *Diario do Rio de Janeiro* viveram ligados diametralmente. Para Antonio Gramsci os leitores de um jornal devem ser considerados a partir de dois pontos de vista: como elementos ideológicos “transformáveis” filosoficamente, capazes, dúcteis, maleáveis à transformação, e como elementos “econômicos”, capazes de comprar as publicações e de fazê-las adquirir por outros.²³³ O que podemos extrair com essa afirmação é justamente sobre a forma como ocorreu a peleja entre os periódicos. Houve sempre a tentativa de impor seus ideais pragmáticos dentro de um sistema que estava em transformação após 1850.

O escravismo arraigado na sociedade imperial tentou de todas as maneiras não se dobrar às inovações e a colonização africana apareceu com uma dessas formas de resistência. Foi o momento de se afirmar que a presença de africanos livres como colonos não representava um tráfico disfarçado nem tão pouco um retrocesso. *A Patria* e *O Paiz* correram nessa direção, tentando mostrar que o braço africano significava a produção de riquezas advindas da agricultura para o país. A continuidade do elemento servil para o trabalho nas terras brasileiras não deixou de ser o plano principal, em detrimento das novas perspectivas que o colono europeu poderia proporcionar. Mudar a mentalidade e o costume da utilização do escravo apenas com uma ou duas leis levaria tempo, era preciso converter o entendimento da elite agrária para os novos rumos que o país passou a ter

²³² MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro de. *Op. Cit.*, p. 99.

²³³ GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p. 163.

com a presença do trabalhador livre. Os jornais tinham o poder através do convencimento exercido pelas palavras de provocar essa transformação.

3.2- Os jornais trocam argumentações acerca da colonização africana

[...] O costume faz a lei, e o costume entre nós ainda obriga o nosso lavrador a preferir o trabalho escravo ao trabalho livre; e para o nosso lavrador o colono africano seria um braço escravo, para não ser uma inerte e pesada massa. Assim considerando o chamado colono africano, sendo simplesmente um escravo, embora temporário, o que se segue é que uma tal colonização não seria do que o antigo tráfico de africanos, modificado por certas condições, disfarçado com um outro nome que soa menos asperamente ao ouvido [...]. *Jornal do Commercio*, 05 de outubro de 1857.²³⁴

A própria redação do *Jornal do Commercio* reconhece que a colonização europeia mui longe está de ser uma realidade entre nós. Se estas duas proposições são verdadeiras, cumpre tomar medidas sérias e eficazes para evitar o mal imenso que deve resultar a um país essencialmente agrícola como o Brasil da falta de braços. A colonização africana tem com efeito muitos inconvenientes. Mas, nem por isso deixa de ser um meio. Diz o jornal que a boa colonização europeia é a única que nos convém [...]. *A Patria*, 09 de outubro de 1857.²³⁵

Mas como os jornais – principalmente os de grande circulação, *Jornal do Commercio*, *O Correio da Tarde*, *O Diário do Rio de Janeiro*, *Correio Mercantil*, *A Patria* – reagiram a respeito da colonização africana? *O Paiz*, que circulou somente em 1860, entrou no debate apenas nesse ano. A pergunta nos parece pertinente diante do cenário que envolveu tão importante discussão diante do problema da mão de obra no momento em que sua transição começou. Os exemplos acima citados indicam como valia a pena defender com propriedade o entendimento mais viável para o país manter a lavoura produtiva e, assim, com isso a garantia das riquezas. A colonização realizada pelos braços dos trabalhadores livres europeus e promovida pelo governo seguiu seu fluxo durante a década de 1850. No entanto, conforme explica Ana Luiza Martins, os primeiros anos da experiência de parceria pareciam promissores, mas os colonos logo demonstraram descontentamentos, porque receberam terras, algumas vezes, com pés de cafés velhos e improdutivos, além da cobrança de juros altos sobre as dívidas de viagem e transporte,

²³⁴ Edição disponível em:

<memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_04&pasta=ano%20185&pesq=colonisa%C3%A7%C3%A3o%20africana> Acesso em: 19/10/2017.

²³⁵ Edição disponível em:

<memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830330&pasta=ano%20185&pesq=colonisa%C3%A7%C3%A3o%20africana> Acesso em: 19/10/2017.

ocasionando a dificuldades de muitos em saldarem suas dívidas.²³⁶ Com os sucessivos problemas enfrentados pelos colonos europeus, os grandes fazendeiros perceberam que o sistema precisava de correção. Esta nos parece ter sido a oportunidade de se emplacar o discurso de colonização africana, afinal, na mentalidade vigente, de acordo com esses homens, provavelmente o africano, mesmo como colono livre, não reclamaria e seria facilmente controlado pelo sistema escravista que ainda perdurava no país.

As discordâncias entre os periódicos podem ser vistas sobre o efeito direto das consequências do fim do tráfico de escravos, aliado à Lei de Terras. Na visão de Jurandir Malerba, o incremento do programa de captação de europeus, para trabalharem nas fazendas brasileiras como assalariados, esteve ligado a esses dois fatos.²³⁷ A predileção do africano pelo europeu foi, sem dúvida, uma forma retórica na tentativa da continuidade da escravidão, o quanto ela pudesse distender. A escravidão proporcionou a formação de uma sociedade integrada aos rumos que o projeto econômico baseado na mão de obra do africano foi capaz de sustentar. Durante a década de 1850, a ideia de colonização africana surgiu como uma tentativa de continuidade desse projeto. Ricardo Salles estabelece que o escravismo plenamente desenvolvido foi a base da civilização imperial.²³⁸ A colonização europeia era a oportunidade de ajustar essa civilização com ares de modernidade no pensamento da construção de uma nova sociedade.

A prática de se estabelecer uma espécie de diálogo entre os periódicos nos parece concreta. Afinal, era um meio de promover seus ideais da melhor maneira e combater o pensamento contrário. Ir até a Costa da África buscar africanos como colonos livres também foi uma ideia compelida no fracasso da colonização europeia, pelo menos era vista dessa forma, além das grandes quantias que se gastava. Mais uma vez, o que se via esteve na possibilidade, mesmo que garantissem que o governo fiscalizaria essa ação, do uso de gente especializada no assunto para tanto. Isso abriria e poderia ter sido uma nova forma de os traficantes de escravos continuarem o comércio de almas, só que legalmente. O *Diario do Rio de Janeiro*, em 8 de outubro de 1857, expressou descontentamento em discutir a possibilidade da colonização africana. Afirmou, sem mencionar, que uma das folhas da corte havia começado a discussão de tal projeto, tentando levar o debate para a

²³⁶ MARTINS, Ana Luiza. Império do Café: A Grande Lavoura no Brasil 1850 a 1890. São Paulo: Atual, 1999, 67-68.

²³⁷ MALERBA, Jurandir. O Brasil Imperial (1808-1889): Panorama da História do Brasil no século XIX. Maringá: Eduem, 1999, p. 103.

²³⁸ SALLES, Ricardo. Nostalgia Imperial: A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 42.

Assembleia Provincial do Rio de Janeiro. Para o jornal, a melhor forma de se combater aquela ideia era o silêncio, ou seja, não dar publicidade. Também defendeu a posição do *Jornal do Commercio* em artigo sobre o tema, mostrando que a imprensa tratava de combater tal possibilidade. Por fim, declarou:

Da nossa parte estamos convencidos que o verdadeiro e único meio de combater semelhante ideia é aquele que empregou a Assembleia Provincial, é o silêncio. Não se discutem os paradoxos, porque ordinariamente eles nos levam a negação de todas as verdades e a inversão de todos os princípios da moral e do direito; e não se discutem especialmente quando eles formam uma opinião individual sem apoio no país.²³⁹

O jornal ressaltou que ter colonos africanos, além de ser uma opinião individual, não teria apoio no país. Como podemos perceber, a estratégia era dar como morta a ideia, não deixar gerar o crescimento da possibilidade de debate. A força do escravismo no Brasil era tão contundente que, pensar em estratégias para barrar ideias que pudessem promover a continuidade do tráfico, se fez presente. A colonização europeia não foi apenas uma forma de se enfrentar o momento da transição da mão de obra apostando na imigração branca, era a chance, segundo o pensamento da época, de evoluir para novas relações através do trabalho livre. O florescimento industrial do Oeste Paulista, como possibilidade para isso, nos faz pensar ser plausível a defesa desse pensamento.

Uma sensível questão pairava sobre os movimentos na imprensa a respeito da defesa plena da colonização africana. Os fazendeiros, discretamente em algumas oportunidades, sugeriram o africano livre como colono. O discurso também ocorreu porque no país havia essa categoria circulando no meio dos escravizados. Esse tipo de movimentação, como defende Beatriz Mamigonian, não passou despercebido pelos africanos escravizados com quem conviviam. A circulação das notícias nos espaços públicos e privados inspirou africanos escravos a requererem a liberdade.²⁴⁰ O fim do tráfico e da Lei de Terras impeliram para a necessidade de fazer o uso de todo o tipo de trabalhador disponível. A lavoura precisava continuar ativa e produzindo riquezas.

²³⁹ Edição do *Diário do Rio de Janeiro* disponível em:

<memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&PagFis=42466&Pesq=colonisa%C3%A7%C3%A3o%20africana> Acesso em: 25/10/2017.

²⁴⁰ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos livres: A abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 314.

O projeto do governo em contemplar a colonização europeia, principalmente a partir de 1854, não foi algo que se refletiu em um caminho confiante para resolver a escassez de braços. Não havia uma preferência quanto ao modelo a se adotar, o que não podia acontecer eram gastos dispendiosos na vinda dos colonos para o país. A rejeição à colonização africana era clara, como já salientamos. *O Correio da Tarde* em oportunidades distintas – uma em apoio ao *Jornal do Commercio* em 1857 e outra em desagravo ao *O Paiz* em 1860 – expôs sua opinião quanto aos embaraços da época para a definição da melhor maneira de suprir os braços na lavoura:

A ideia de colonização africana sorri ao espírito de alguns como um poderoso médio de obstar a decadência da nossa agricultura, que começa a sofrer notoriamente à míngua de braços. [...] Já uma vez tivemos ocasião de dizer que esta colonização não pode convir-nos; que a ser a nossa agricultura servida por braços africanos, estes braços fossem sempre escravos. Mas isto é o que vedam os tratados existentes; e, portanto, e ainda mais porque, a continuar a importação de africanos, não teríamos nem colonização nacional, nem colonização europeia, o que nos cumpre é seriamente cuidarmos em uma e em outra, e, no entanto, regular para os campos os escravos que atulham as cidades e grandes povoados, e tratar os fazendeiros dos melhores meios de conservarem os escravos que atualmente possuem, e promover entre eles a procriação por meios morais, moralizando-lhes os costumes. [...] *O Jornal do Commercio* publicando dois artigos sobre o assunto, de que tratamos agora, produziu reflexões muito verdadeiras; sobre as quais devem os fazendeiros pensar muito desprevenidamente. 07 de outubro de 1857²⁴¹

O Paiz, periódico que se publica uma vez por semana, entende que somente a colonização africana poderá preencher o vácuo dos braços escravos. Esta infeliz lembrança não será a escravidão disfarçada? E quando não seja, não encontrará ela embaraços da parte do governo inglês empenhado como se sabe neste negócio? O governo francês com a qual a Inglaterra tem interesse de cultivar relações amigáveis resolveu enviar colonos africanos para suas possessões, e o que sucedeu? O governo inglês reclamou energicamente contra esta resolução da França. 10 de maio de 1860²⁴²

Em 1857, *O Correio da Tarde* demonstrava que a mentalidade escravista estava mais do que viva. Apoiou a visão do *Jornal do Commercio*, quando este se opôs à colonização africana, no entanto, estimulou a continuidade do trabalho do escravo incentivando a procriação como forma de aumento da escravaria. O modelo de trabalho

²⁴¹ Edição nº 228 de 1857, disponível em:

<memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090000&PagFis=2549&Pesq=colonisa%C3%A7%C3%A3o%20africana> Acesso em: 26/10/2017.

²⁴² Edição nº 103 de 1860, disponível em:

<memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090000&PagFis=5573&Pesq=colonisa%C3%A7%C3%A3o%20africana> Acesso em: 26/10/2017.

através do colono africano proporcionou que fosse mostrado que a escravidão, no Brasil, tentou “seguir uma certa normalidade”, mesmo diante da realidade da imigração do europeu. É de fato interessante como o jornal foi capaz de ao mesmo tempo repudiar a colonização africana e se aliar ao pensamento escravista do Brasil. Já em 1860, criticou diretamente *O Paiz*, realizando questionamentos curiosos, como a atitude de os ingleses e franceses, em suas possessões ultramarinas, terem utilizado africanos livres. Como vemos, os jornais estavam ligados a todas as possibilidades que pudessem corresponder aos extremos da escravidão como negócio interno e transgressão das leis vigentes. Em abril de 1860, *O Paiz* havia criticado abertamente a imprensa da corte quanto aos seus posicionamentos. Apesar de não citar diretamente esse ou aquele jornal, resolveu se pronunciar de forma genérica usando como referência o termo “nossos colegas da imprensa”:

Vemos que, nossos colegas da imprensa que procuraram combater as ideias que enunciamos em prol da colonização africana, apenas emitiram suas opiniões sem auxiliá-las com esses argumentos que poderiam destruir o erro se por ventura existisse em nossas asserções. Vimo-los taxar a colonização africana de horrorosa, julgá-la impraticável mesmo, mas sem nos apresentar uma ideia valiosa que nos chegasse a convencer de que não está ela nos interesses da agricultura e menos nos interesses do país. Muita erudição, muito talento nos seus escritos, mas nenhum fato e falta absoluta de argumentação que nos convença.²⁴³

Esse comportamento de *O Paiz* nos soa como uma fala de quem queria defender seu pensamento sobre aquilo que entendia ser o melhor. A tentativa estava fincada em qualificar a colonização africana em meio a discursos que julgou não condizentes com uma provável realidade. Adentrando a década de 1860, e mesmo com todos os questionamentos enfrentados pela colonização europeia, ficou cada vez mais evidente que a transição ocorreria. Os apontamentos em relação aos benefícios do braço africano pareciam não soar bem, muito menos circular com facilidade na política imperial. Usar os escravos de posse do grande fazendeiro e mesclar com o colono europeu assalariado ou por meio de parceria, seguia como uma tendência mais viável e realista. O abandono do cativo como mão de obra não foi aventado com segurança, pois o país ainda tinha muito a perder caso deixasse de usá-lo. Concordamos com Célia Maria Azevedo que houve, no Brasil do século XIX, durante a passagem para o trabalho livre, o tema do

²⁴³ *O Paiz*, 24 de abril de 1860. Disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364843&pasta=ano%20186&pesq=jornal> Acesso em: 27/10/2017.

imigrante ideal, junto à ideia de que ele se fixaria no país e seria o agente introdutor do progresso e da civilização.²⁴⁴ Sendo assim, tanto *A Patria* quanto *O Paiz*, travaram uma luta argumentativa contra os jornais que entendiam que o Brasil precisava romper com a “empresa comercial” do escravismo, proporcionada pelo tráfico de escravos, e se aliar aos “novos tempos”. O discurso civilizatório e do progresso percebeu o colono europeu como o salvador de um país, alimentado pelo atraso da escravidão.

Os jornais da segunda metade do século XIX se transformaram e, de certa forma, assumiram um protagonismo diante da sociedade da época. As letras, o poder de argumentar e a boa retórica tomaram conta das publicações país afora e, principalmente, na corte. Ana Luiza Martins afirma que eles se impuseram para ser a comunicação oficial de atos do governo fazendo a conexão entre as províncias e o poder central. Eram parte do consumo de proprietários rurais que mantiveram residências na corte, visando a algum protagonismo na política imperial.²⁴⁵ Um periódico, como *O Paiz* em 1860, cumpriu muito bem esse papel de agente de informação de uma classe. Já *A Patria*, *Jornal do Commercio*, *Diario do Rio de Janeiro*, *Correio Mercantil* e *Correio da Tarde* foram importantes para alimentar o consumo de notícias. O debate sobre as formas de colonização, africana ou europeia, se insere no contexto apontado por Ana Luiza Martins, foi uma forma de tentar fundamentar os alicerces da continuidade do africano nas lavouras.

Em 1860, *O Regenerador* também se colocou com veemência contra a colonização africana. O jornal teve vida curta, durando apenas um ano. Justiniano José da Rocha, seu redator, adotou nessa folha um tom mais brando em relação à política, porém sustentou suas ideias católicas.²⁴⁶ Defender a ideia de colonização africana era visto, naquele momento, como algo delicado à medida que o colono europeu ia chegando para trabalhar nas lavouras. Isso porque, conforme mencionamos, era a chance de o projeto civilizatório dar certo no país, mesmo que o jornal também se posicionasse contra a colonização europeia. Desse modo, *O Regenerador* partiu para críticas ao *O Paiz*, como a publicada em 28 de abril:

Não queremos travar polêmica com o colega do *Paiz*, e por isso não respondemos as observações que ele fez contra as nossas ideias quanto

²⁴⁴ AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Op. Cit.*, p. 61

²⁴⁵ MARTINS, Ana Luiza. A Imprensa em tempos de Império In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina de (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p. 57.

²⁴⁶ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Volume V. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*: Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899, p. 270.

ao perigo que correria com a colonização, se fosse ela possível, a nacionalidade brasileira. Ainda mais nos demoveria dessa tensão a fineza que nos faz o *Paiz* transcrevendo esses nossos artigos sobre colonização: somente nos permitirá ele uma observação. A intolerância religiosa não está nos nossos desejos, nem nos nossos sentimentos: o catolicismo não admite, e sempre contra ela protestou. Não queremos, pois, mui longe daí, que a pretexto de religião se afaste, se exclua alguém do país; mas também não entendemos que a grande vantagem política e social da unidade religiosa, deva ser desprezada, rasgando-se artigos expressos da Constituição, para nos dar à custa do tesouro uma população em perfeito antagonismo com a nossa. [...] Tomando nota dessa nossa opinião, o *Paiz* vê nela que não podemos achar perigosa a colonização africana. É ver muito. Pois alguém foi com autorização do governo buscar essa gente à África? Pois está ele boçal, e de todo ignorante? Se contratar, não sabe o que contrata? Se não quiser contratar os seus serviços, mas trabalhar por sua conta, embaraçamos nós? O que há pois de comum entre o nosso desejo de excluir das cidades os vadios obrigando-os a ir para o campo, e o desejo da colonização africana?²⁴⁷

O jornal adotou todas as suas posturas afirmativas diante de indagações – a questão religiosa contra os colonos europeus (muitos eram alemães protestantes); a negação à vinda do africano e a manutenção do legalismo quanto ao respeito das leis vigentes no Brasil. Como defendia o uso da mão de obra dos vadios, ou seja, dos ociosos nas cidades para a lavoura, podemos perceber aflorados no periódico seus sentimentos religiosos. A nova estrutura econômica em curso era incompatível com a escravidão. Transformar o trabalho cativo em livre passou a ser uma necessidade.²⁴⁸ Indicar a colonização africana como solução foi, portanto, um evento adverso em todo aquele cenário de mudanças de mentalidades. Não assumir o tráfico como base de um pensamento e tentar suavizar a vinda do africano como colono pode ser visto como estratégia. Também não podemos deixar de perceber nas críticas de *O Regenerador* que ele propôs encontrar a solução para a crise de braços nas lavouras brasileiras. O início da década de 1860 não rompeu totalmente com o pensamento escravista, ao contrário, deu-se continuidade ao que ocorria anteriormente.

A cafeicultura e o tráfico de escravos formavam um mesmo binômio na economia do Império. A produção, sobretudo a cafeeira, estava submetida a um alto nível de dependência da mão de obra escrava, o que fazia com que seus defensores quisessem prorrogar seu uso até onde fosse possível. Mesmo que, em algumas situações na imprensa,

²⁴⁷ Edição disponível em:

<memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258881&PagFis=69&Pesq=colonisa%C3%A7%C3%A3o%20africana> Acesso em: 30/10/2017.

²⁴⁸ MARTINS, Ana Luiza. História do Café. São Paulo: Editora Contexto, 2012, p. 121.

a colonização africana estivesse relegada a um plano menor, havia uma insistência para torná-la viável. Tanto *A Patria* como *O Paiz* foram guardiões e fomentadores da ideia do colono africano livre. Afinal, como esclarece José Roberto Lapa, o regime de trabalho escravo esteve institucional e economicamente ligado à construção da Nação.²⁴⁹ A colonização europeia e a africana tiveram suas proporcionalidades de discussão de acordo com os movimentos e interesses da elite política e agrária da segunda metade do século XIX.

3.3- Colonização africana: uma ideia discutida apenas na imprensa

A partir de 1854, com o tráfico de escravos devidamente abolido, a mazela que incomodava parte da elite brasileira podia ser dada como resolvida. Entretanto, conforme já frisamos, era preciso estar vigilante para garantir o cumprimento da lei e pôr em prática o projeto do governo para a entrada de colonos europeus no país. Quando falamos em colonização africana, devemos perceber que ela não esteve no foco das prioridades e demandas divulgadas pela imprensa, quando o assunto era a mão de obra. Tal ideia apenas entrou no circuito de informação no momento em que algum grupo ou ações individuais insistiram em colocá-la em prática. As formas como a colonização africana apareceram justificadas na imprensa da corte demonstram que os argumentos foram baseados na cultura de ter o cativo nas lavouras. Parece-nos razoável afirmar que era como se fosse destacar a excelência de um braço de trabalho talhado a dureza do campo. A relação era de senhor e escravo, isto é, proprietário e propriedade. Isso era o que temiam aqueles que se propuseram em abominar a possibilidade da vinda de africanos como colonos livres.

Na Câmara dos Deputados, não se discutia a possibilidade do africano como colono e, pelo que pudemos perceber, essa foi uma ideia que nasceu morta. Mas a pergunta que nos faz refletir, diante das insistências dos jornais *A Patria* e *O Paiz*, é a seguinte: Qual ou quais motivos levaram ambos os periódicos a defenderem com veemência a possibilidade de uma colonização africana nos moldes da colonização europeia? A resposta para tal indagação pode estar na condição de que o cativo oferecia ao fazendeiro. Segundo José de Souza Martins, o lucro ditava a jornada de trabalho, o esforço físico e as relações de produção. Outro atributo era a coerção do senhor sobre o escravo. Com o trabalhador europeu, no entanto, não ocorreria o mesmo, afinal

²⁴⁹ LAPA, José Roberto do Amaral. *A economia cafeeira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993, pp. 72-73.

juridicamente ele era tão livre quanto o seu empregador. Os mecanismos de coerção teriam que ser diferentes.²⁵⁰ Essa abordagem da condição, oferecida pelo cativo ao seu dono, é plausível na medida em que identificamos a pré-disposição de uma efetiva lucratividade. Os jornais favoráveis à colonização africana perceberam que os europeus provavelmente não estavam dispostos a se submeterem às mesmas condições dos africanos. Esses, por sua vez, eram vistos pelos fazendeiros como trabalhadores fisiologicamente prontos para a lavoura. Se, a partir de 1850, houve uma venda maciça de escravos do Rio de Janeiro para as zonas cafeeiras, conforme aponta Luiz Carlos Soares²⁵¹, a quantidade de notícias na imprensa da corte sobre colonização africana era restrita. A ida desses cativos da província serviu para ajudar a engrossar as escravarias das fazendas com o intuito de darem conta do trabalho, enquanto os colonos europeus chegavam em quantidade suficiente. Era uma face interessante do processo de transição da mão de obra. Foi necessário dar vigor na imprensa ao colono europeu e não ao africano, afinal, tratava-se de uma oportunidade de virar a página em relação ao tráfico e dar o tom de civilização à sociedade da época. De igual maneira, vale destacar que a política de colonização europeia também estava atrelada a uma política demográfica para povoar o país.²⁵² Assim, para os favoráveis à colonização africana, conseguir emplacar tal ideia significou ter que enfrentar adversários poderosos.

O projeto de colonização do governo, usando o europeu no esquema de parceria, enfrentou inúmeros problemas ao longo da década de 1850. Queixas, como taxas altas para a aquisição do colono e demora em consegui-lo, eram frequentes entre os fazendeiros. Outra questão referia-se à posse da terra. Afinal, como já citamos, esse tipo de colonização mexia com a estrutura das sesmarias. Para o grande fazendeiro e até mesmo para os pequenos proprietários, a terra simbolizava riqueza e poder. Os núcleos coloniais teriam que dar conta não só do povoamento como também suprir a mão de obra escrava.

O problema que suscitou a colonização africana pode ser visto através do prisma da continuidade da mão de obra sem alterar o *status quo* vigente, mantendo o discurso da época de importar colonos. A estratégia era sustentar, através dos jornais, a necessidade

²⁵⁰ MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p. 33.

²⁵¹ SOARES, Luiz Carlos. O “Povo de Cam” na capital do Brasil: A escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2007, p. 108.

²⁵² COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: Momentos decisivos. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, p. 195.

do trabalho do africano para dar conta da lavoura. Para os defensores dessa ideia, seria muito temeroso arriscar toda a produção nos braços de um trabalhador branco, vindo de um continente civilizado e que certamente não aceitaria tão docilmente as determinações do dono da terra. Nesse caso, ao ver desses homens, não parecia ser a melhor condição mexer no que vinha dando certo há tanto tempo no país.

Não é de se estranhar que *A Patria* e *O Paiz* tivessem tomado parte defendendo a utilização do africano. Mesmo que os embates, como os outros periódicos – *Jornal do Commercio*, *O Correio da Tarde*, *O Correio Mercantil* e o *Diario do Rio de Janeiro* –, tivessem ocorrido com baixa frequência, o artifício foi utilizar a insistência e demonstrar a sua boa utilidade para benefício das riquezas do Brasil. A força do trabalho escravo nas lavouras era visível, e isso serviu de contra-argumento. Johann Jakob von Tschudi, um respeitado médico e naturalista suíço que visitou o Brasil entre os anos de 1857 e 1868, em suas impressões argumentou sobre a relevância do serviço do cativo para a economia do Império através da produção do café, destacando:

Nas plantações de café e nas de cana de açúcar empregam-se no Brasil quase que exclusivamente escravos, pois não se pode levar em consideração o reduzido número de colonos de parceria. Segundo dados oficiais, o número de escravos existentes decresce de 2% por ano, desfalcando assim a lavoura anualmente de grandes contingentes de braços. De 1840 a 1851 as colheitas de café dobraram quase, a exportação oscilou entre 1 e 2 milhões de sacas, sendo que no período de 1852 a 1861, o máximo da exportação atingiu a 2.408.256 sacas [1855]. Importaram-se da costa africana cerca de 33.482 escravos por ano, no período que vai de 1840 a 1850. Descontados os que morriam na viagem, que escapavam ou se dedicaram a outras ocupações uma vez chegados ao Brasil, restavam ainda, depois de 3 anos, 15.000 escravos aptos aos trabalhos nas roças. Admitindo que metade apenas se dedicasse aos trabalhos das plantações de café, tal aumento já representaria uma produção de mais de 1 milhão de arrobas [250.000 sacas].²⁵³

O naturalista salientou em sua análise que os colonos ainda não eram suficientes para resolver a questão da mão de obra. A consideração no momento de transição de que o escravo ainda aparecia como importante para a produção impulsionou a tentativa de continuar a se contar com ele. Dessa forma, não podemos deixar de considerar que os jornais favoráveis à colonização africana, principalmente *O Paiz*, que se apresentava como um representante da lavoura, vissem como determinante para a produção de

²⁵³ TSCHUDI, Johann Jakob von. Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. São Paulo: Biblioteca Histórica Brasileira, 1953, pp. 47-48.

riquezas a permanência da utilização do africano. Emília Viotti da Costa afirma que a maior parte dos fazendeiros do Vale do Paraíba, que se desenvolveu por intermédio do braço escravo, era indiferente às experiências de colonização europeia já realizadas em outras regiões. No Rio de Janeiro, em 1860, havia apenas três colônias com europeus num total de 89 famílias.²⁵⁴

A ideia de colonização africana seguiu sendo discutida na imprensa, mas ela só poderia ser colocada em prática se grande parte da opinião pública endossasse o discurso. Os periódicos examinaram as conjunturas e perceberam até onde deveriam chegar para defenderem suas ideias. A própria transformação da imprensa que ocorreu desde o período da Independência, deixou evidente qual era o seu papel no processo. Desde este momento, esclarece Isabel Lustosa, perante o público, os jornais passaram a fixar suas imagens e os jornalistas logo perceberam as possibilidades para a propaganda política nesse veículo.²⁵⁵ A defesa da colonização africana e europeia também assumiu o tom de propaganda. Quando se vende um discurso, onde se exalta as qualidades de um e deprecia o outro, fica claro que “vender o produto colonização” tornou-se uma forma de conseguir superar as dificuldades que se apresentavam. Dentro desse escopo, em 1860, o *Correio Mercantil* publicou o artigo *A Agricultura do Brasil*. O assunto foi tratado dando importância ao que o autor entendia ser o melhor para o país quanto à lavoura. Ao mesmo tempo, se esforçou em demonstrar que o viés contrário, ou seja, colonização africana não era a melhor opção:

A primeira e a maior das dificuldades da colonização europeia provem da nossa educação e de nossos costumes [...]. O lavrador faz do seu escravo uma máquina de produção, sem executar; e, conquanto, justiça seja feita, sejam hoje tratados e pensados com toda humanidade, quando mais não seja porque aí vai também o interesse próprio, muito poucas e limitadas são as necessidades que é preciso satisfazer-lhes. As relações com um colono, com um homem livre que contrata os seus serviços, sobre o qual não temos domínio, com quem nos achamos no mesmo pé de igualdade e reciprocidade perante a lei do contrato e que está costumado a certo confortável, são muito diferentes. É preciso que desapareçam todas as tradições da escravidão, e até as da linguagem falada, e isto é bem difícil para a geração atual; “a escravidão, dizia Jefferson, é uma corrente, da qual uma das pontas está presa ao pescoço do escravo e a outra ao braço do senhor.” Por outro lado, desenganemo-nos que da Europa não vem colonização que preste [...]. Uma ou outra vez tem-se aventado em nosso país a ideia de colonização africana;

²⁵⁴ VON TSCHUDI, Johann Jakob. *Op. Cit.*, p.143.

²⁵⁵ LUSTOSA, Isabel. O nascimento da imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 58.

porém felizmente a opinião pública não a tem acolhido; e a necessidade de historiarmos as diversas fases por que tem passado na Europa este problema, de suprimento de braves nas colônias em que o trabalho agrícola era exercido por escravos, é o que nos levou a discuti-la [...]. A colonização africana demonstramos ser impolítica e antissocial, e a chinesa inconveniente e irracional [...].²⁵⁶

Os problemas alegados quanto aos ajustes para a realização da colonização europeia era algo turvo aos olhares de quem necessitava de braços. Ao mesmo tempo, a falta de apoio da opinião pública chamou a atenção. Não havia como afirmar explicitamente e amplamente que colonos africanos seriam a solução. Os jornais se limitaram a destacar pontos-chaves e evitar se ligarem diretamente ao africano como colono livre. As mazelas da escravidão e, principalmente, do tráfico eram mazelas que impediram que o Brasil finalmente se tornasse uma nação civilizada. A tomada de decisão da imprensa estava mais do que resolvida, era preciso se ligar ao novo discurso progressivo que o trabalho livre proporcionaria ao país. Por sua vez, havia o grupo que insistia na colonização africana. *A Patria e O Paiz* passaram a negar a face da escravidão. Isso quer dizer que, para conseguir aceitação da possibilidade de uma ideia de colonização africana, houve a necessidade de transmitir para o interesse público e para os demais periódicos a confiabilidade de um sistema que seria mais eficaz do que a colonização europeia.

Se o melhor era o europeu ou o africano, na imprensa estavam colocados os prós e os contras, e pertenceu a ela todo arsenal argumentativo explorado nas edições. Os jornais não se furtaram em avaliar todas as possibilidades. Mas foi a política imigrantista do governo imperial que possibilitou toda discussão sobre a colonização. João Antônio de Paula destacou o que entendia ser as três modalidades básicas de tal determinação: a) núcleos coloniais, financiados pelo governo e baseados na distribuição de lotes a serem explorados pelas famílias; b) colônias de parcerias, custeado por particulares e com ônus para os imigrantes; c) e a subvenção, sob a responsabilidade dos governos provinciais e imperial, que subdividiriam parcialmente os custos da vinda dos imigrantes e que acabou

²⁵⁶ *Correio Mercantil*, edição de 14 de agosto de 1860. Disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217280&PagFis=17960&Pesq=colonisa%C3%A7%C3%A3o%20africana> Acesso em: 13/11/2017.

sendo a que prevaleceu.²⁵⁷ O autor aponta para um viés econômico do sistema, algo que não podemos desprezar e devemos considerar. As três características, portanto, abriram caminho para que a defesa da colonização africana tentasse prosperar na imprensa, afinal, os questionamentos tinham que passar pelos aspectos econômicos. Com o africano, os custos eram conhecidos, o tratamento também e a mentalidade de empregar o cativo estava arraigada na sociedade brasileira do século XIX. A instabilidade de compreensão quanto à melhor forma de absorver o colono europeu deu a oportunidade ao pedido do africano como colono na imprensa. *O Paiz* em relação a essa instabilidade do sistema afirmou:

A colonização não pode mais continuar a ser um engodo para os fazendeiros; eles pedem gente para suas terras, e é mister que o governo tome medidas eficazes que lhes garanta um futuro risonho, o valor de sua propriedade em lugar da ruína e da miséria que os espera sem dúvida alguma. Repetimos, e temos a convicção que não seremos contestados, que a colonização europeia é impossível na atualidade e selo-a ainda em remoto futuro; que está morta de modo tal que nada há que a possa fazer tão cedo ressurgir, e que por consequência não teremos nem suíços em alemães mesmo da classe dos que tem vindo: portugueses também não teremos na mesma proporção e já tem vindo; Portugal precisa de sua gente e põe embarços a emigração para o Brasil, não sem motivos justos e valiosos. Portanto, de onde virá a colonização?... Ou não teremos colonos, o que será uma verdadeira calamidade para o Brasil, cuja a ruína é certa com o aniquilamento de sua lavoura, ou então teremos de importar da Costa da África os negros como colonos; mas como não temos onde escolher gente e menos onde a mandar busca além da Costa da África, tratemos quanto antes de tomar providencias que nos garantam os resultados que mais desejamos. Alguém enxerga na colonização africana um grande mal para o país, e até asseveram que a desmoralização de nossa sociedade é devida à classe escrava. Esta opinião tanto tem de errônea como de falta sensível do mais insignificante conhecimento do que foi e do que é hoje o Brasil. Não é uma classe, por muito numerosa e mesmo ignorante que ela possa ser, que desmoraliza uma nação; as causas desta imoralidade que tanto se deplora e que se atribui aos negros são outras e bem patentes ao espírito público.²⁵⁸

Nesse longo trecho, percebemos que a tentativa de emplacar a colonização africana estava diretamente ligada à desqualificação da colonização europeia e seus

²⁵⁷ PAULA, João Antônio de. O Processo Econômico. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.) História do Brasil Nação: 1808-2010. Volume II: A Construção Nacional: 1830-1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 200.

²⁵⁸ *O Paiz*, 3 de abril de 1860. Disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364843&pasta=ano%20186&pesq=colonisa%C3%A7%C3%A3o%20africana> Acesso em: 14/11/2017.

muitos problemas. A Costa da África, como alvo, deixava um rastro de indignação, pois o retorno do tráfico poderia passar por ali. Esse discurso de ruína econômica dos fazendeiros foi recorrente no *O Paiz* e *A Patria*. O mais interessante, no entanto, é o jogo de palavras, que deveria se justificar por si só, quer dizer, o africano como sujeito ativo nesse processo. Se os jornais promoveram suas batalhas argumentativas, não é possível afirmar que conseguir os colonos africanos seria levado tão a sério. Na verdade, percebemos que para os opositores, o importante era não deixar se desenvolver abertamente o desejo pelo africano e convencer sobre as vantagens do europeu.

Conforme passava o tempo, a imprensa da corte se alinhava ao projeto da colonização europeia em grupos distintos. A mão de obra escrava, vista como uma necessidade para a lavoura, era algo que não se podia reprimir tão facilmente. Era preciso um esforço político e apoio da imprensa para vencer as expectativas negativas. Na província do Rio de Janeiro, com a baixa quantidade de núcleos coloniais, constatamos que tentar o africano livre como colono era muito mais que imprescindível, resultava na manutenção da permanência da posse da terra. A visão do africano como ignorante e de fácil trato foi, sem dúvida, uma segurança para os fazendeiros apegados ao sistema escravista. A escravidão não era o meio de promover um povoamento do território, e sim uma forma de exploração do outro compulsoriamente. Já a colonização europeia teve como uma de suas atribuições a de promover esse povoamento nas áreas ociosas do país, além de suprir a mão de obra escrava.

Uma importante publicação da época, de autoria de Luiz Lacerda Werneck, demonstrou como o problema dos braços para a lavoura impactou nas discussões sobre a colonização. O seu livro de memórias *Ideias sobre Colonização precedidas de uma sucinta exposição dos princípios gerais que regem a população* foi fartamente anunciado na imprensa. Em 1856, o *Jornal do Commercio* divulgou a ata de cerimônia do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro celebrando tal obra, e afirmando que:

[...] O nosso talentoso concidadão tomou por assunto uma das questões que sem dúvida alguma mais preocupa todos os estadistas e homens esclarecidos do país; tratar da colonização é tratar do futuro, da prosperidade e da grandeza do Brasil.; é falar aos campos, que estão pedindo lavradores que os roteiem; é falar aos nossos vastos desertos, que estão clamando pelo braço do homem; é falar aos rios corpulentos, que estão oferecendo livre curso à navegação; é falar a um mundo imenso enfim, que Deus encheu de riquezas, e que desabitado ainda

oferecendo debalde os seus tesouros, e não tem quem os aproveite. Justos elogios merece, pois, o Sr. Werneck pela escolha que faz do objeto dos seus estudos [...].²⁵⁹

A forma poética como foi saudada a obra de Lacerda Werneck nos dá indícios de que tratar da colonização era prestar um serviço à nação. Tanto que a própria ata destaca a presença do Imperador Dom Pedro II na cerimônia. Chama-nos a atenção o posicionamento do nosso referido autor, afinal, seus interesses como grande fazendeiro eram relevantes. Neste livro, ele atentou no capítulo VIII para o uso do africano livre e os altos preços dos escravos, promovendo uma reflexão até onde seria conveniente o uso desse trabalhador na agricultura.²⁶⁰ Em sua opinião, o africano livre abandonaria a grande fazenda e praticaria a pequena cultura em lotes modestos de terra. O receio estava sempre rondando as ponderações.

Solucionar o problema e direcionar que caminho seguir foi o que mais fizeram os jornais. Mesmo que defendessem a colonização africana, o importante era apresentar soluções para a carência da mão de obra, e esse era o cerne dos debates na imprensa; todavia, tolerar o africano como colono foi um risco que estiveram dispostos a correr.

A colonização europeia aparecia como a solução nas mentes daqueles que a vislumbravam, e não nos deixemos enganar, ela também promoveu lucros a partir das associações de colonização. A parceria não foi apenas no trabalho da terra, seguiram entre o governo e as associações. Logo, que lucro daria a colonização africana? Que processo civilizatório se construiria no Brasil após a lei antitráfico de 1850 entrar em vigor, se os africanos continuassem a chegar mesmo que legalmente? São questões que a imprensa nem sempre tratava abertamente, mas deixava implícita.

É importante frisar que a colonização africana representou a tentativa da continuação da mão de obra do africano, no momento da passagem para o trabalho livre no Brasil. A nosso ver, significou também a busca de uma nova forma de atuar na escravidão. Seja como for, entre o braço do branco ou do negro, os modos de utilizar uma ideia que permitisse a continuidade do processo tradicional esteve presente. A

²⁵⁹ *Jornal do Commercio*, 16 de dezembro de 1856. Disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_04&PagFis=12900&Pesq=Id%C3%A9as%20sobre%20colonisa%C3%A7%C3%A3o> Acesso em 16/11/2017.

²⁶⁰ WERNECK, Luiz P. de Lacerda. *Ideias sobre Colonização precedidas de uma sucinta exposição dos princípios gerais que regem a população*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1855, p. 62.

permanência do africano como solução para a escassez de braços não estava alinhada com a moralidade e modernidade em voga no momento da transição. A maioria dos periódicos exigia o rompimento com o antigo pensamento escravista, utilizando o discurso da colonização europeia. Afinal, a escravidão representou muito mais do que um posicionamento social, ela morava no imaginário coletivo dos brasileiros do século XIX.

A mão de obra escrava resistiu para evitar o seu fim e um longo caminho foi percorrido até que isto ocorresse, pois, a relutância para encarar uma nova mentalidade persistia. Havia muito em jogo, os homens que defenderam a colonização africana perceberam que, mesmo admitindo em discurso o africano livre, seria para eles complexa a mudança. No entendimento de Lucia Lippi, entre os problemas enfrentados para a introdução do imigrante estavam a existência do latifúndio, a vigência da escravidão e a associação entre a vida civil e a religião.²⁶¹

Temos que destacar e reafirmar que a própria instabilidade de se concretizar o projeto imigrantista naquele momento, permitiu a evolução da ideia pela importação de africanos livres. Sendo assim, objetivando também a oportunidade de os indicar por parte da imprensa da corte como a saída viável para o problema. Entretanto, é pertinente lembrar que qualquer brecha dada pelo sistema de trabalho livre utilizando os imigrantes brancos, poderia se transformar em argumento para a implantação da colonização africana. *A Patria e O Paiz* apareceram como uma espécie de voz permanente e representativa na imprensa aproveitando a incerteza dos discursos sobre a carência de braços para a lavoura.

A conjuntura da época permitia acreditar que em algum momento a colonização africana poderia ser pedida, mesmo com o projeto do governo tentando viabilizar a colonização europeia. Mas isto não ocorreu. Ela transitou apenas nas oratórias. Acreditava-se que seria possível burlar a lei que determinou a extinção do tráfico, usando uma retórica que conjugava com aquilo considerado correto no momento, o trabalhador livre. A colonização foi o substantivo; o Parlamento, o meio jurídico e a imprensa da capital do Império, o local de discussão. Devemos compreender que havia uma dicotomia entre colonização africana e colonização europeia e na representação dos meios impressos.

²⁶¹ OLIVEIRA, Lucia Lippi. *O Brasil dos Imigrantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, pp. 14-15.

Na década de 1850, frutificou a tentativa de criar um país que respondesse à demanda do mercado externo sem a mácula do tráfico e da escravidão. Tanto *A Patria* quanto *O Paiz* estiveram em uma linha tênue justificada pelos outros jornais como algo impossível e desnecessário. A colonização africana foi uma forma de conjugar trabalho e possibilidade, afinal não estamos diante de algo que esteve concluído, mas na tentativa de emplacar uma pessoa considerada “robusta e resistente” contra outra percebida como “frágil e civilizada”. A troca de argumentos estava baseada na configuração do que seria o ideal para as lavouras brasileiras, diante de uma iminente crise de braços. O caminho não se abriu para o colono africano, os ensaios de tentativas exauriram-se nas páginas dos jornais envolvidos. A ideia ficou apenas vinculada nas folhas, entre palavras, e o projeto de colonização africana tão somente restringiu-se ao ambiente da imprensa.

Considerações finais

O fim do tráfico de escravos, a partir de 1850, significou uma nova perspectiva para o Brasil nas ordens econômicas e sociais. Entretanto, vencer a escravidão e suas múltiplas formas de atuar tornou-se uma tarefa complexa. Com a divisão de forças no momento da transição do trabalho, a tentativa do equilíbrio das ideias se fez presente. A imprensa teve papel fundamental nesse momento tão significativo de nossa história.

A difícil missão estava, de um lado, em tentar avançar na entrada de colonos europeus e, do outro, na continuidade da mão de obra de costume, ou seja, a africana. Quando falamos em costume, estamos diagnosticando algo presente com força na sociedade escravista do século XIX. Não se torna vencedor e percorre uma estrada tão sinuosa quanto essa, sem estar preparado.

A presença britânica, ou mesmo intromissão nos assuntos internos, incomodou e levantou vozes contra essa atitude, principalmente por causa do *Bill Aberdeen*. Se por tratados anteriores não cumpridos os ingleses se acharam senhores da razão e no direito de fiscalizar e cobrar, depois da Lei Eusébio de Queiroz isso já seria ultrapassar os limites do aceitável. Foi determinante em nossa visão que o incômodo provocado pela Inglaterra inflamou discursos e cobranças para mudanças na ordem do trabalho. Isso fica evidente, principalmente, nos jornais.

Os discursos parlamentares e a imprensa encontraram na carência de braços para a lavoura uma fonte quase que inesgotável para discussão e sentimentos a respeito da melhor forma e o mais apropriado trabalhador diante daquele momento. Não seria aceitável tangenciar os discursos, tinha que ser decisivo e manter o posicionamento. A mera tentativa de desvirtuar a negativa da entrada de africanos no país merecia críticas pesadas. A imprensa agiu tentando ser uma força moderadora, seguiu toda e qualquer análise que pudesse encontrar a solução para o problema dos braços. Não nos parece impreciso afirmar que houve uma demonstração explícita de maniqueísmo na imprensa da corte em determinado momento. Foi uma questão de lado certo ou errado do processo.

O que podemos comprovar, nas retóricas construídas, foi uma desvirtuação de tendências, isto é, acertar era estar condizente com a colonização europeia. A colonização africana não teve bênçãos, era marcada pela tragédia do tráfico de escravos. Enumerar os prós e os contras da colonização europeia e africana nas retóricas expressadas foi um trabalho de evidenciar o que ocorreu no Brasil Imperial da segunda metade do século XIX. Em 1854, com a entrada em vigor da Repartição Geral de Terras Públicas,

modificou-se o cenário da remarcação e posse da terra. Isso provocou desconforto nos grandes fazendeiros. Tentar manter o *status quo* no continuísmo de possuir amplas propriedades, parece-nos plausível para tal sentimento.

A busca pelo melhor embate e convencimento de que o país precisava resolver o problema da colonização foi uma excelente oportunidade de se aproximar do continuísmo do braço africano. Se a civilização passava pelos colonos europeus, a eficiência do trabalho na terra passava pelo africano. O entendimento se arrastou entre uma simples palavra, mas de significado abrangente, livre. Sim, livre. Sendo livre, não haveria qualquer queixa de um possível retorno do tráfico. Conforme verificamos, afirmar que a colonização africana era um tráfico disfarçado também serviu de argumento contra. A imprensa esteve dialeticamente preparada para sustentar afirmações.

A transição do trabalho escravo para o livre surgiu como oportunidade para a construção do cenário perfeito de justificativas em relação ao africano. A positividade em tê-lo como a mão de obra mais adequada encontrou um contraste de combate nos jornais que se posicionaram a favor da colonização europeia. Um traço forte do colono europeu chegando ao país estava, sem dúvida, o fato da civilização. Desafiar os grandes fazendeiros para aceitar nas suas terras os europeus em esquema de parceria previsto na Lei de Terras foi trabalhado pelos jornais. O Vale do Paraíba como zona cafeeira buscou a permanência do africano em suas propriedades.

Apresentar as nuances envolvidas do processo sem aproximar ao máximo das possibilidades inseridas nos discursos seria possível. Esse, justamente, foi o alvo. As argumentações na imprensa preencheram lacunas quanto à colonização africana. Enquanto se pensava em ajustar os meios de se trazer colonos da Europa, a Costa da África era caminho conhecido para abastecer as grandes propriedades rurais de trabalhadores. Assim pensaram os defensores da ideia de colonização africana. Por outro lado, a Associação Central de Colonização uma empresa privada que manteve contrato com o governo, providenciou levas de trabalhadores europeus para as fazendas brasileiras. As dificuldades e os custos para se trazer quantidade ideal de mão de obra europeia era argumento farto em defesa do africano como colono. Não havia previsão de quando e quantos chegariam, o que se sabia era que a necessidade por braços urgia.

Os jornais, analisados da década de 1850, mostraram-nos que falar em colonização era um assunto prioritário. Afinal, o que estava em voga era a produção do café, algo amplamente destacado nas páginas dos periódicos e que apontavam a lavoura como a grande produtora de riqueza. O processo mercantil precisava de continuidade, a

roda econômica não podia parar de girar. Para isso, todo esforço esteve presente. Quando analisamos as questões políticas sobre a colonização na imprensa, percebemos que isso causou reflexos nela. Em 1860, surgiu o jornal que foi em nossa avaliação, o grande motivador da colonização africana, *O Paiz*. Infelizmente não conseguimos descobrir quem ou qual grupo estava por trás dele. O que sabemos era que o periódico se colocou como um representante da lavoura. Uma pena o autor não ter se revelado quando produziu as colunas sobre colonização africana, tão destacada no jornal. Provavelmente não quis se identificar tentando evitar estar fora da lei. Talvez. A importância do *O Paiz* como divulgador da ideia de colonização africana foi o que nos provocou em investigar e trazer luz ao tema. No entanto, durante a década de 1850, *A Patria* já cumpria esse papel, a diferença esteve na forma incisiva de como *O Paiz* conduziu a ideia de colonização africana. Os jornais críticos a esse pensamento fizeram um trabalho de mantenedor da lei.

Durante o período da escravidão no Brasil, principalmente no século XIX, viu-se erguer com mais força a condição de estratificação social. A atividade mercantil não poderia sofrer nenhuma disfunção. Notadamente, como destacou Maria Sylvia Franco, o fazendeiro tinha noção em ser proprietário de uma empresa mercantil e, para mantê-la, precisava de trabalhadores expropriados.²⁶² Conservar, portanto, as condições para ter colono africano, seria o ideal na continuidade do processo. O que se queria com a colonização africana era a permanência de um sistema que promoveu lucros, mesmo que se dissesse o contrário.

A colonização via europeu era um assunto de governo que envolveu política. Já a colonização africana ficou restrita aos jornais. Podemos verificar que a dependência do proprietário em relação ao braço escravo foi tamanha que se livrar intimamente dela não esteve entre as tarefas mais fáceis. Imaginar a produção sem o escravo é decorrer na mentalidade escravocrata em perder posição social e econômica. Conseguimos enxergar na colonização africana um mecanismo de estratégia para manter a escravidão. A derrota da ideia que não se transformou em projeto como queriam, em trazer africanos livres como colonos durante o período pesquisado não foi definitiva. Durante a década de 1860, ela continuou ecoando.

Esse trabalho decorreu entre o “vício” da mão de obra servil e a importação do novo que salvaria a sociedade da degradação escravista. Joaquim Nabuco assim afirmou: “Cada força social, e as forças sociais são ideias, sofreu com a escravidão um abalo

²⁶² FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: Editora Unesp, 1997, p. 227.

profundo. O laço moral dos cidadãos afrouxou-se, quebrando o laço moral dos homens.”²⁶³ Dentro do aspecto da moralidade e civilização contra a degradação, os discursos transcorreram. A partir de 1850, esse tipo de pensamento ficou cada vez mais concreto e recorrente com o fim do tráfico. Podemos, portanto, assegurar para concluir que a colonização africana não passou das páginas dos jornais que a defenderam, e o resgate dessa ideia evidenciou que a sociedade escravagista tentou, sempre que pôde, manter-se intacta.

²⁶³ NABUCO, Joaquim. *A Escravidão*. Recife: Editora Massangana, 1988, p. 29.

Fontes

Impressas:

Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional:

Periódicos – *O Instincto e Diario do Rio* (1840). *O Correio da Tarde*, *O Paiz*, *Jornal do Commercio*, *A Patria*, *Diario do Rio de Janeiro*, *O Philantropo*, *O Regenerador*, *O Correio da Tarde*, *Echo da Nação e Correio Mercantil* (1850-1860). *A Revolução Pacifica* (1862).

Annaes do Parlamento Brasileiro - Câmara dos Deputados (1850-1860)

Disponível em: <bdigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Almanak Laemmert: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak>> (1854-1860)

Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro: <www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro> (1854-1860)

Relatórios Ministeriais: <www-apps.crl.edu/brazil/ministerial>

Ministério do Império, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Ministério da Agricultura – 1854 a 1860

Manuscritas - IHGB:

Parecer não assinado sobre os meios de promover eficazmente a colonização no Brasil (09/11/1855) Lata 208-Doc. 53 – Arquivo Marquês de Olinda.

Extrato de um parecer da Seção dos Negócios do Império ao conselho de Estado sobre um plano para a introdução de colonos no Império (04/02/1853) Lata 824-Doc. 18

O parecer de Luiz Pedreira do Couto Ferraz e outro sobre projeto para promover a colonização no Brasil (03/11/1858) do mesmo autor, estão disponíveis na Lata 824-Doc. 23

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício. *Pequena História da Formação Social Brasileira*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ALVES, Andréia Firmino. *O Parlamento Brasileiro: 1823-1850. Debates sobre o tráfico de escravos e a escravidão*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Ciências Humanas – Departamento de História da Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

AMARAL, Flávia Company. *Os negociantes de escravos e a pressão inglesa pela abolição do tráfico transatlântico (1830-1850)*. Polis: Laboratório de História Econômica e Social (UFF). Texto discutido em: 25/09/2009. Disponível em: <www.historia.uff.br/polis/wp-content/uploads/2013/11/texto_19.pdf> Acesso: 20 fev. 2017.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: O negro no imaginário das elites - Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BASILE, Marcello Otávio Neri de C. O império brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 215.

BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

_____. *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro: Aspectos Políticos*. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. *Formação Política do Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1976.

BETHELL, Leslie. *A Abolição do Comércio Brasileiro de Escravos: A Grã-Bretanha, o Brasil e a Questão do comércio de escravos, 1807-1869*. Brasília: Editora do Senado, 2002.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro: Volumes II, III, IV, V e VII*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893, 1895, 1898, 1899 e 1902. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>>

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política – Volume 1 – 11ª Edição*. Brasília: Editora UNB, 1998.

BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. *Textos Políticos da História do Brasil: Império, Segundo Reinado (1840-1889) - Volume II*. Brasília: Senado Federal, 2002.

BOSI, Alfredo. A Escravidão entre dois Liberalismos. *Revista Estudos Avançados da USP*, v. 2, n° 3, São Paulo set/dez.,1988, pp. 4-39. Disponível em: <www.revistas.usp.br/eav/article/view/8495> Acesso: 17 fev. 2017.

CALMON, Pedro. *História Social do Brasil: Espírito da Sociedade Imperial – Volume 2*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CAMPOS, Thiago. A força da escravidão ao sul do Rio de Janeiro: os complexos de fazendas e a demografia escrava no Vale cafeeiro na segunda metade dos oitocentos. In: MUAZE, Mariana & SALLES, Ricardo (Org.). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil: nos quadros da Segunda Escravidão*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015, p. 326.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. A imagem do imigrante indesejável. *Revista Seminários*, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 5, dezembro/2003. <www.usp.br/proin/download/revista/revista_seminarios3_imagemimigrante.pdf> Acesso: 03 mar. 2017.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem. Teatro das sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CHALHOUB, Sidney. *A Força da Escravidão: Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus & VIDAL, Laurent. *Do depósito à hospedaria: gênese de um “território da espera” no caminho da emigração para o Brasil*. *Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol.21, no.1, Rio de Janeiro: jan./mar. 2014, pp. 1-23. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/hcsm/v21n1/0104-5970-hcsm-2014005000008.pdf> Acesso: 25 jul. 2017.

CLASTRES, Pierre. *A Sociedade contra o Estado*. Porto: Afrontamento, 1979.

CONRAD, Robert Edgard. *Tumbeiros: Tráfico de escravos para o Brasil*. Brasiliense: São Paulo, 1985.

COSENTINO, Daniel do Val. *A transição do trabalho escravo para o trabalho livre e as raízes da desigualdade sociais no Brasil*. Disponível em: <www.economia.unam.mx/cladhe/registro/ponencias/448_abstract.pdf> Acesso: 05 mai. 2017.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: Momentos decisivos*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

_____. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

DUQUE-DUQUE-ESTRADA, Osório. *A Abolição*. Brasília: Editora do Senado, 2005.

FILHO, Evaristo de Moraes. *As ideias fundamentais de Tavares Bastos*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FONER, Eric. *Nada além da liberdade: emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 2005.

_____. *Introdução ao desenvolvimento: Enfoque Histórico-estrutural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GEBARA, Alexsander Lemos de Almeida. *Relações entre Brasil e Inglaterra no período do final do tráfico escravo e seus reflexos no relato de Richard Francis Burton em 1869*. Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. ANPUH/SP-UNICAMP. Campinas, 2004. Disponível em: <www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVII/ST%20IV/Alexsander%20Lemos%20de%20Almeida%20Gebara.pdf> Acesso: 10 fev. 2017.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das Províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil: 1850-1914*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

JANCSÓN, István (Org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003.

JÚNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KODAMA, Kaori. *Mortalidade escrava durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-1856): uma análise preliminar*. Revista História, Ciência, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 19, supl., dez. 2012, pp. 59-79. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/hcsm/v19s1/05.pdf> Acesso: 20 set. 2017.

_____. *Os debates pelo fim do tráfico de escravos no periódico O Philantropo (1849-1852) e a formação do povo: doenças, raça e escravidão*. Revista Brasileira de História:

São Paulo, v. 28, nº 56, p. 407-430, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v28n56/07.pdf>> Acesso: 25 set. 2017.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre*. Campinas: Papirus, 1988.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata mineira, 1870-1920*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A economia cafeeira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

_____(Org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História político administrativa da agricultura brasileira: 1808-1889*. Brasília: Ministério da Agricultura, 1979.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

LUCA, Tania Regina de & MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MACHADO, Humberto Fernandes. *Escravos, Senhores e Café: A crise Cafeicultura Escravista do Vale do Paraíba Fluminense, 1860-1888*. Niterói: Cromos, 1993.

_____. *Palavras e Brados: José do Patrocínio e a Imprensa Abolicionista do Rio de Janeiro*. Niterói: Editora da UFF, 2014.

MALERBA, Jurandir. *O Brasil Imperial (1808-1889): Panorama da História do Brasil no século XIX*. Maringá: Eduem, 1999.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *Ensaio Histórico-Jurídico-Social*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *Africanos livres: A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MANCHESTER, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

MARQUESE, Rafael & TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: MUAZE, Mariana & SALLES, Ricardo (Org.) *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil: nos quadros da Segunda Escravidão*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015, p. 25.

MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina de (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

_____. *Império do Café: A Grande Lavoura no Brasil 1850 a 1890*. São Paulo: Atual, 1999.

_____. *História do Café*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

MARTINS, Roselene de Cássia Coelho. *Colonização e Política: Debates no final da escravidão*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2011.

MELÉNDEZ, José Juan Pérez. *Reconsiderando a política de colonização no Brasil imperial: os anos da Regência e o mundo externo*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 34, nº 68, 2014, pp. 35-60.

MELO, José Marques de. *Sociologia da Imprensa brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1973.

MENEZES, Lená Medeiros de. A imigração nos anúncios de jornais do Rio de Janeiro: facetas parisienses do sonho civilizatório. In: LESSA, Mônica Leite & FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. *Entre a Monarquia e a República: Imprensa, Pensamento Político e Historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2008, pp. 221-241.

MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

NABUCO, Joaquim. *A Escravidão*. Recife: Editora Massangana, 1988.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PAULA, João Antônio de. O Processo Econômico. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.) *História do Brasil Nação: 1808-2010. Volume II: A Construção Nacional: 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 200.

QUESNAY, François. *Economia*. (Org.) Rolf Kuntz. São Paulo: Ática, 1984.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. Disponível em: <ebooksbrasil.org/novidades4.html> p. 15. Acesso em: 20 dez. 2017.

SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

SOARES, Luiz Carlos. *O “Povo de Cam” na capital do Brasil: A escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2007.

SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas sobre a produção agrícola e carestia de gêneros alimentícios no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional J. Villeneuve e Comp., 1860.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. *Panorama do Segundo Império*. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

SOUSA, João Bosco Medeiros. *Direito Agrário*. São Paulo: Saraiva.

TSCHUDI, Johann Jakob von. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo: Biblioteca Histórica Brasileira, 1953.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

VIEIRA, Martha Victor. História, literatura e circulação das ideias antiescravistas de Joaquim Manuel de Macedo. In: BESSONE, Tânia, RIBEIRO, Gladys Sabina, GONÇALVES, Monique de Siqueira e MOMESSO, Beatriz (Org.). *Cultura escrita e circulação de impressos no Oitocentos*. São Paulo: Alameda, 2016, p. 128.